

Revista do
INSTITUTO
HISTÓRICO *e*
GEOGRÁFICO

DO RIO GRANDE DO SUL

Meus senhores.

Ao iniciar estas palavras de abertura da sessão comemorativa do aniversário hoje celebrado, recordei os 34 homens de boa vontade, fundadores do sodalício, e a cujo esforço inicial muito deve a instituição hoje triunfante em nosso meio intelectual.

Nos 21 anos hoje completados, a Morte tem atacado duramente as nossas fileiras, e dos 34 fundadores do Instituto, são atualmente desaparecidos 16 nobres companheiros, que militando em profissões as mais variadas, no sacerdócio, no magistério, na medicina, na engenharia, no jornalismo, consagravam ainda muitas vigílias estudiosas à investigação dos assuntos explanados em nossas reuniões, e perpetuados nas páginas da nossa Revista.

Êsses 16 confrades, ora desaparecidos, vivem em nossos corações, e não são esquecidos em um dia de júbilo, qual seja o da fundação do Instituto. Êles estão agora aquí presentes a esta solenidade, e são por nós comemorados com viva satisfação e gratidão, pela obra aquí realizada. Êles se chamam Roque Callage, Padre Tschauer, Rodolpho Simch e Achylles Porto Alegre, para citar apenas os que mais íntima e estreita colaboração tiveram conosco, nos trabalhos desta casa.

E agora, que temos cumprido o nosso dever, rendendo um preito de saudade aos companheiros que repousam no seio amorável da terra do Rio Grande, vamos encerrar esta nossa oração, com palavras de gratidão e de aprêço, que temos a maior satisfação em endereçar agora à Pública Administração, pelo agasalho, e pelo apóio material generosamente dispensados ao sodalício desde 1920, até hoje.

Saudamos ainda, com a maior efusão, os Institutos nacionais e estrangeiros, que estão a realizar obra análoga a dêste sodalício, e que durante a nossa existência muito nos tem auxiliado, com suas luzes, e com sua inteligente colaboração.

Igual saudação, de envolta com os nossos agradecimentos, a todos os estudiosos, brasileiros e estrangeiros, que muito contribuíram com suas luzes, e com o fruto de seu labor, para o maior brilho dos nossos 3 Congressos, e dos respectivos Anais.

Por último, uma saudação muito carinhosa aos nossos confrades e colaboradores de todos os instantes na obra aquí realizada em proveito do Rio Grande do Sul, de sua glória e de renome.

Continuemos, meus caros confrades, sem desfalecimentos a obra iniciada em 1920, que tanto exaltou o entusiasmo de Florencio de Abreu, Eduardo Duarte, Souza Docca, e que até hoje desfruta a

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO R. G. DO SUL

ANO XXI — IV TRIMESTRE — DEZEMBRO DE 1941 — N.º 84

SUMÁRIO

Discurso proferido na sessão comemorativa do 21.º aniversário do Instituto — pelo <i>Dr. Leonardo Macedônia</i>	245
Discursos pronunciados, nas sessões do Instituto, pelos seguintes novos sócios:	
<i>Carlos de Paula Couto</i>	249
<i>Nestor Bricksen</i>	258
<i>Jorge Felizardo</i>	282
<i>Estevão Leitão de Carvalho</i>	290

NOTICIÁRIO

Pequena resenha de ocorrências de interesse cultural	299
--	-----

ATRAVÉS DA IMPRENSA

"NISIA FLORESTA e o sentimento nacional" (conferência) — por <i>Deaclecio O. Duarte</i> ("Dom Casmurro")	337
--	-----

"LEWIS HANKE" (entrevista) — por <i>Silveira Peixoto</i> — (Gazeta — Magazine)	352
"JOAQUIM SILVERIO DOS REIS" — <i>Luiz Oliveira Belo</i> ("Correio da Manhã")	358

LIVROS

Notas bibliográficas de livros recebidos pelo Instituto — Por <i>Olinto Sanmartin</i>	383
---	-----

DIVERSOS

REVISTAS	387
ATAS DAS SESSÕES	391
Enderêço dos sócios	399
Cadastro das corporações com as quais o Instituto mantém intercâmbio	402

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Presidente honorário: Desemb. Florêncio C. de Abreu e Silva.

Presidente: Dr. Leonardo Macedônia Franco e Souza.

Vice-Presidente: Prof. Oтелo Rosa.

Secretário Perpétuo: Dr. Eduardo Duarte

2.º Secretário: Prof. J. A. L. Tupi Caldas.

Orador: Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Tesoureiro: Professor Afonso Guerreiro Lima.

Bibliotecário: Dr. Olinto Sanmartin.

COMISSÕES PERMANENTES

Fundos e orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa

Cel. Gaston Hasslocher Mazon

Prof. Jorge Bahlis

Dr. João C. Maia

História:

Cap. D. Paranhos Antunes

Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.

Dr. Mario Teixeira de Carvalho

Dr. Manoelito G. de Ornellas

Geografia:

Prof. A. G. Lima

Dr. Darcí Azambuja

Prof. Oтелo Rosa

Dr. Olinto Sanmartin

Arqueologia, Etnografia e Paleontologia:

Prof. Angelo Guido

Dr. Armando Dias de Azevedo

Prof. J. A. L. Tupi Caldas

Prof. Jorge Bahlis

Folclore e linguas indígenas:

Prof. Angelo Guido

Sr. Dante de Laytano

Cel. Luiz Carlos de Moraes

Dr. Manoelito G. de Ornellas

Admissão de Sócios:

Dr. Armando Dias de Azevedo

Dr. Eduardo Duarte

Cel. Gaston Hasslocher Mazon

Cel. Luiz Carlos de Moraes

Estatutos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa

Cel. E. F. de Souza Docca

Dr. Eduardo Duarte

Prof. Walter Spalding

**REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO
RIO GRANDE DO SUL**

(FUNDADA EM 1920)

—X—

- Registrada de acôrdo com as exigências da lei.
- Publicação trimestral
- Órgão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- Reconhecido de utilidade pública por decreto n.º 4373 de 24 de novembro de 1921.

—X—

**DIRETOR
DANTE DE LAYTANO**

—X—

- Assinatura anual 20\$000
Cada número 6\$000
Números atrasados: preços especiais.
- A Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos por seus colaboradores.
- Tõda a correspondência deverá ser remetida para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.
- Solicitamos permuta.

Discurso pronunciado pelo Dr. Leonardo Macedônia na sessão comemorativa do 21.º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Minhas senhoras e meus senhores.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul atinge hoje a maioridade, marcando a idade de 21 anos completos, integralmente consagrados ao cumprimento do programa de estudos e de trabalhos indicados em seus Estatutos.

Efetivamente, em 5 de agosto de 1920, 34 homens de boa vontade, amantes da sua terra e da obra cultural aqui em franca expansão, deliberaram criar um centro de estudos da História e Geografia, da Arqueologia e Paleontologia, da Etnografia do Brasil, e especialmente do Rio Grande do Sul, e ainda do opulento "Folclore" rio grandense.

A magnífica iniciativa foi recebida com simpatia pela nossa gente, e contou desde logo com o aplauso e o apoio da Pública Administração, do Estado, e do Município de Porto Alegre.

Desenvolveram-se regularmente os trabalhos do sodalício, sob a vigilante direção de Florencio de Abreu, Eduardo Duarte e Guerreiro Lima, trindade magnífica que jamais deverá ser olvidada, sempre que se quiser celebrar a vida e a obra do Instituto.

Cuidados sempre crescentes são dispensados ao Arquivo, muito precioso, e à magnífica Biblioteca à disposição dos estudiosos confrades, membros do Instituto.

E, logo em seguida ao ato da criação do sodalício, surge a Revista, que conserva, divulga e celebra o labor magnífico dos nossos confrades, na benemérita tarefa de instrução da nossa gente, especialmente da nossa mocidade, de acordo com o programa traçado em nossos Estatutos.

Meus Senhores.

Em prazo de existência relativamente curto, o Instituto já se impôs ao aprêço e à estima da sociedade riograndense, e do Brasil.

graças à obra honestamente realizada em sessões e comemorações, e nas páginas da sua Revista.

A obra, porém, que a nosso ver mais avulta, e que melhor deve recomendar o Instituto ao aprêço do mundo intelectual brasileiro, e mesmo do exterior, é a que ele tem conseguido realizar em 3 Congressos reunidos, nesta Capital, e na cidade do Rio Grande.

No 1.º, reunido nesta Capital, em 1935, o Instituto prestou sincera colaboração à magnífica comemoração do 1.º centenário da Revolução Farroupilha, e junto a voz dos seus oradores e congressistas ao cântico de louvores com que foi celebrada a obra e a glória, a bravura e abnegação dos nossos maiores, que deram suas vidas e seu sangue pela honra e pela glória, pela integridade e pela grandeza do abençoado torrão que nos foi berço, e onde um dia repousaremos da humana lida.

No segundo Congresso, reunido em 1937 na cidade do Rio Grande, o sodalício acudiu ao convite da Administração Municipal, e deu adesão às brilhantes comemorações do 2.º centenário da fundação do Presídio do Rio Grande.

No 3.º Congresso, instalado em Pôrto Alegre, em novembro de 1940, o nosso sodalício participou das grandes solenidades aqui realizadas para celebrar o 2.º centenário da fundação de Pôrto Alegre, a nossa linda capital.

Esses Congressos receberam o concurso de instituições congêneres do nosso sodalício, nacionais e estrangeiras, e acolheram com a maior satisfação e ufania a contribuição magnífica de estudiosos das ciências que se encontram no programa dos nossos estudos.

E os Anais, publicados sem perda de tempo, estão agora a perpetuar a obra dos 3 Congressos, e a facilitar o estudo e apreciação dos trabalhos de altíssimo valor, que muito recomendam o talento e a instrução de seus respectivos autores.

Meus Senhores.

Com essa fé de ofício, assaz opulenta, e documentada com a Revista, mantida durante 21 anos, e os Anais de 3 Congressos, em dez grossos volumes, o nosso sodalício tem o direito de dizer que está servindo digna e corretamente a causa da instrução da nossa gente, em todos os assuntos que fazem objeto dos nossos estudos e investigações.

E, assim, o nosso sodalício confia e espera que a Pública Administração, e a nossa sociedade em geral, continuem a dispensar o apóio até agora generosamente prestado a uma instituição que não visa proventos ou recompensas materiais, e tem como único escopo servir a nossa terra, e a nossa gente.

Meus senhores.

Ao iniciar estas palavras de abertura da sessão comemorativa do aniversário hoje celebrado, recordei os 34 homens de boa vontade, fundadores do sodalício, e a cujo esforço inicial muito deve a instituição hoje triunfante em nosso meio intelectual.

Nos 21 anos hoje completados, a Morte tem atacado duramente as nossas fileiras, e dos 34 fundadores do Instituto, são atualmente desaparecidos 16 nobres companheiros, que militando em profissões as mais variadas, no sacerdócio, no magistério, na medicina, na engenharia, no jornalismo, consagravam ainda muitas vigílias estudiosas à investigação dos assuntos explanados em nossas reuniões, e perpetuados nas páginas da nossa Revista.

Êsses 16 confrades, ora desaparecidos, vivem em nossos corações, e não são esquecidos em um dia de júbilo, qual seja o da fundação do Instituto. Êles estão agora aquí presentes a esta solenidade, e são por nós comemorados com viva satisfação e gratidão, pela obra aquí realizada. Êles se chamam Roque Callage, Padre Tschauer, Rodolpho Simch e Achylles Porto Alegre, para citar apenas os que mais íntima e estreita colaboração tiveram conosco, nos trabalhos desta casa.

E agora, que temos cumprido o nosso dever, rendendo um preito de saudade aos companheiros que repousam no seio amorável da terra do Rio Grande, vamos encerrar esta nossa oração, com palavras de gratidão e de aprêço, que temos a maior satisfação em endereçar agora à Pública Administração, pelo agasalho, e pelo apóio material generosamente dispensados ao sodalício desde 1920, até hoje.

Saudamos ainda, com a maior efusão, os Institutos nacionais e estrangeiros, que estão a realizar obra análoga a dêste sodalício, e que durante a nossa existência muito nos tem auxiliado, com suas luzes, e com sua inteligente colaboração.

Igual saudação, de envolta com os nossos agradecimentos, a todos os estudiosos, brasileiros e estrangeiros, que muito contribuíram com suas luzes, e com o fruto de seu labor, para o maior brilho dos nossos 3 Congressos, e dos respectivos Anais.

Por último, uma saudação muito carinhosa aos nossos confrades e colaboradores de todos os instantes na obra aquí realizada em proveito do Rio Grande do Sul, de sua glória e de renome.

Continuemos, meus caros confrades, sem desfalecimentos a obra iniciada em 1920, que tanto exaltou o entusiasmo de Florencio de Abreu, Eduardo Duarte, Souza Docca, e que até hoje desfruta a

preciosa colaboração de Othelo Rosa, Paranhos Antunes, Walter Spalding, Tupy Caldas e Dante de Laytano.

Orgulhosos do patrimônio já conquistado, a bela Revista, com 21 anos de existência, e os opulentos Anais de 3 Congressos, marchemos para o futuro, confiantes na vitória dos propósitos que nos animam: a Glória da nossa Terra, e da nossa Gente.

E brademos, com fé e com entusiasmo:

Viva o Brasil.

Viva o Rio Grande.

Disse.

Discurso pronunciado pelo Sr. Carlos de Paula Couto ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Senhores.

Passam-se, na vida de todos nós, certos momentos de características tão marcantes que se gravam, para sempre, em nossa memória e que frequentemente evocamos, com prazer e orgulho: tais são, entre outros, os momentos em que, de homens ilustres, recebemos homenagens e distinções, determinadas por nossos estudos e trabalhos, no ramo de atividade humana a que especialmente nos dedicamos ou a que damos nossa preferência.

Investindo-nos na categoria de seu sócio efetivo, faz o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul com que passemos, agora, como modesto diletante que somos ainda da Paleontologia, por um desses momentos supremos de nossa vida.

Temos certeza de que devemos tão grande distinção à ciência a que, de há muito, dedicamos o melhor de nossa atenção, de nosso tempo e de nosso entusiasmo, isto é, à Paleontologia, e julgamo-nos, por isso, na obrigação de dizer algo, a respeito desta mesma ciência a que a maioria de nossos homens considerados cultos não liga muita atenção, por não considerar o valor que ela de fato tem.

Vamos, pois, a seguir, fazer uma síntese histórica da Paleontologia, dando antes a sua definição e esclarecendo os seus objetivos.

Sabemos que a vida não se manifestou sempre com as mesmas formas vegetais e animais, nossas contemporâneas. Escavações efetuadas em diversas partes do mundo revelaram-nos a existência de seres (vegetais e animais) que não mais existem na flora e fauna hodiernas e que são tanto mais rudimentares quanto mais antigos são os terrenos ou camadas sedimentares em que são, hoje, encontrados os seus restos. Tais restos são denominados *fósseis*.

Assim, pois, podemos definir como *fóssil* todo o corpo orgânico proveniente das camadas ou terrenos geológicos sedimentares, formados em eras geológicas anteriores à atual. *Fósseis* ou *subfósseis* são considerados também os produtos dos organismos antigos (ovos, detritos) e até suas *impressões*.

Os fósseis são, pois, os restos, os vestígios dos vegetais e animais antigos que viveram em épocas geológicas anteriores à atual e que, por sua morte e consequente desaparecimento do rol da vida, ficaram sepultados nos terrenos geológicos respectivos, formados por sedimentação, no decurso de muitos séculos ou milênios.

A ciência que se ocupa do estudo dos fósseis é a *Paleontologia* (tratado da vida antiga). Ela estuda não só as formas e os caracteres dos organismos antigos, como o seu modo de vida, a sua distribuição na face da Terra e a sua sucessão nas diversas eras geológicas. Podemos, pois, dizer que o estudo da Paleontologia compreende o estudo da *história da vida*. A Paleontologia é, portanto, uma ciência essencialmente *biológica*, como a Zoologia e a Botânica.

Os achados de animais e vegetais fósseis, ou melhor, dos restos fossilizados dos animais e vegetais antigos não são muito comuns, como vulgarmente se julga: pelo contrário, são relativamente raros.

Quase todos os fósseis até hoje conhecidos devem a sua descoberta a simples acasos. Muitas vezes, os restos fósseis estão situados na flor da terra e basta um acaso qualquer, para serem descobertos. Outras vezes, estranhas pedras roliças, atiradas pelo mar à praia, encerram fósseis que um acaso qualquer se encarrega de nos mostrar. Porém, na maioria das vezes, os fósseis estão situados nas profundidades dos terrenos, no seio das mais antigas e profundas camadas sedimentares. Então, a exploração das minas favorece muito a sua descoberta, assim como os cortes feitos nos terrenos, para a construção de estradas, razão por que os paleontólogos costumam seguir, frequentemente, os rastros dos engenheiros, quando não fazem as explorações por conta e iniciativa próprias.

Até hoje, muitos são os restos fósseis já descobertos e estudados, embora seja a Paleontologia uma ciência relativamente recente, pois sua fundação data, propriamente, do século XVIII.

A maioria dos restos fósseis encontrados consta apenas das partes duras (ossos, dentes, chifres, garras) dos corpos dos animais. Muito mais raro é, porém, o caso da descoberta de impressões cutâneas, impressões de penas, escamas, etc., assim como de vísceras, músculos, tendões petrificados ou múmias de animais extintos. A raridade de tais achados faz com que não possam ser tomados como bases para o estudo da Paleontologia.

Constando a maioria dos restos fósseis apenas das partes duras dos animais antigos, é claro que não podemos fazer uma idéia, senão aproximada, de sua organização, comparando-os com os animais modernos, e da vida nos remotos tempos geológicos passados.

Podemos, porém, afirmar que muitos animais e vegetais existiram, sem ter deixado, após sua morte, o mínimo vestígio de sua passagem por este planeta, em eras remotíssimas.

A fossilificação, isto é, a conservação no estado fóssil dos restos de animais e vegetais antigos depende muitíssimo das condições do meio em que o animal ou vegetal morreu, como também dos acidentes geológicos posteriores que, por acaso, tenham sofrido ou venham a sofrer os terrenos fossilíferos. Há condições que favorecem a conservação, no estado fóssil, de tais restos mas, na grande maioria das vezes, elas são completamente desfavoráveis a uma tal conservação, razão por que não são mais frequentes as descobertas de fósseis. Mais rara é a descoberta das formas chamadas de transição (*missing-link*, dos ingleses), pois, tendo sido elas troncos ou pontos de partida de novos grupos, não foram, evidentemente, tão numerosas quanto seus ascendentes e descendentes.

O paleontólogo, ao contrário do zoólogo e do botânico que, em suas pesquisas, podem apoiar-se na grande multiplicidade de caracteres apresentada pelos organismos vivos, é obrigado a abster-se à observação de mínimos detalhes, de mínimas diversidades de forma a estrutura, motivo por que o menor carácter apresentado por um fóssil pode ser, para êle, de um valor decisivo.

O paleontólogo deve, pois, possuir, mais do que qualquer outro naturalista, a faculdade da intuição, pois, para discernir a que espécie de animal pertenceu, por exemplo, um osso ou um dente fóssil, não tem outro elemento em que basear o seu estudo senão êsse próprio fóssil, se bem que a anatomia comparada constitua a base da solução de seus problemas.

— Um dos primeiros fundadores da Paleontologia moderna foi William Smith (1768-1839) a quem devemos o lançamento dos princípios da Paleontologia estratigráfica. Cabe, porém, a Cuvier a honra de ser considerado, com muita razão, aliás, como o verdadeiro fundador da *Paleontologia científica*, propriamente dita.

É certo, porém, que os fósseis eram conhecidos, embora mui superficialmente, desde a antiguidade grega ou mesmo de antes. Os sábios filósofos de então pouca importância ligavam, porém, a êles, sendo certo que naquelas remotas eras se desconheciam, por completo, as relações existentes entre os animais prehistoricos e os atuais.

Antes de nossa era, *Xenophones* (614 ant. C.), *Anaximandro* (550 ant. C.), *Herodoto* (500 ant. C.), *Aristóteles* (384 ant. C.), e outros, falando das conchas e outros restos fósseis, faziam já uma idéia mais ou menos exata de sua origem e do fato de serem encontrados longe do mar restos fósseis de animais marinhos. *Aristóteles* fez, em sua *História Natural*, um bosquejo rudimentaríssimo da doutrina da evolução mas considerava os fósseis, que êle chamava de “sêres petrificados”, como nascidos da lama, por obra duma força plasmadora da matéria, que chamou de “vis plástica”, teoria essa que perdurou ainda por muitos séculos.

Nos primórdios da era cristã, *Tito Lívio* (59 ant. C. a 19 dep. C.), *Strabão* (24 de nossa era), *Sêneca* (65 de nossa era), *Plínio*, *Ovídio*, *Svetônio* e tantos outros tinham teorias ou idéias mais ou menos exatas a respeito dos fósseis, seguindo, até certo ponto, os ensinamentos de seus predecessores, mas consideravam como restos duma raça de gigantes humanos, extintos, as ossadas fósseis dos grandes vertebrados.

No começo da Idade Média (395-1453), nenhuma novidade apareceu, a respeito dos fósseis. É, entretanto, natural que a Paleontologia, numa época em que a atividade intelectual se dedicava principalmente a comentar os escritos antigos, não tenha podido ainda constituir-se em ciência. As teorias aristotélicas exerciam ainda um grande domínio sobre as idéias de então. Entre os árabes, conservadores, naquele tempo, da ciência antiga, apenas *Ibn Sina*, mais conhecido por *Avicenna* (980-1037) exprimiu, em complemento às teorias de Aristóteles, uma estranha hipótese, na qual procurou relacionar a *generatio aequivoca* aristotélica com as petrificações fósseis, atribuindo ao “barro úmido primitivo” a faculdade produtora de animais e plantas “petrificados”, em virtude duma misteriosa força criadora, plasmadora da matéria, força essa que, como os escultores, não tinha, entretanto, poder bastante para dar vida às suas criações. Parece não haver dúvida de que essa teoria, como a de Aristóteles, na qual se baseia, fundamenta-se na narração mosaica da criação do homem, embora saibamos que no Gênesis tudo tem sentido figurado, afim de que a narrativa da criação pudesse ser bem compreendida pelos povos incultos da época de Moisés. Tal foi o conceito básico da teoria da “vis plastica” que, até os meados do XVIII^o século, teve um papel preponderante nos escritos sobre as petrificações e foi, finalmente, derrubada e ridicularizada, em 1700 e tanto, com o fiasco das “pedras figuradas” (*lapides figuratae*), de *Beringer*.

As petrificações, criadas por essa “vis plastica” ou “virtus formativa”, não eram, na opinião da maioria dos cientistas da época, verdadeiros restos de plantas ou de animais mas “caprichos da Natureza” (*lusus naturæ*). Apenas uma pequena minoria de cientistas de então já considerava, porém, essas petrificações ou fósseis como autênticos restos de vegetais e animais extintos mas as suas sábias idéias não encontraram apóio, no meio da avalanche das teorias retrógradas da época.

A *Renascença*, que marcou o início duma era brilhante, na história da humanidade, trouxe também novos lumes, abriu novos horizontes e deu novo vigor à Ciência, em geral, e também à Paleontologia. *Leonardo da Vinci* (1452-1519), gênio da arte e da ciência, foi o primeiro que procurou destruir as ridículas lendas que faziam das conchas fósseis obras produzidas nas montanhas, “por operação das estrélas”, e a explicar a sua presença ali por

causas geológicas naturais mas as idéias aristotélicas encontravam ainda eco entre muitos dos pensadores de então.

Aos poucos, porém, foi a Paleontologia libertando-se dos conceitos errados dos antigos, até que, com *William Smith* (1768-1839), *Alexandre Brongniart* (1770-1847), Jorge Leopoldo Cristiano Frederico Dagoberto Cuvier, barão de *Cuvier* (1769-1832), *Lamarck* e outros, já nos fins do século XVIII, recebeu um impulso formidável em seu progresso e firmou-se, em seguida, sobre os fundamentos exatos em que hoje ainda se baseia, constituindo-se ainda em ciência autônoma cuja vastidão é hoje tão grande que os paleontologistas são obrigados, como os médicos e outros técnicos, a especializar-se dentro de determinados ramos de sua ciência, afim de que possam dominar perfeitamente a matéria, em seu setor.

É já elevadíssimo o número de sábios que dedicaram a sua vida ao estudo dos fósseis e que fizeram da Paleontologia a maravilhosa ciência de nossos dias.

A citação, aqui, de todos esses nomes seria, porém, inoportuna. Limitar-nos-emos, porisso, a mencionar, em seguida, os nomes dos naturalistas que mais concorreram, com explorações e estudos, para o progresso da Paleontologia brasileira.

Além de *Peter Wilhelm Lund*, o notável naturalista dinamarquês, que pode ser considerado como o pai da Paleontologia brasileira, por seus notabilíssimos trabalhos de exploração e estudos sobre os mamíferos fósseis das cavernas da região calcárea de Minas Gerais, muitos outros sábios naturalistas, não menos ilustres, como Marsh, Cope, Florentino Ameghino, Paul Gervais, Arthur Smith Woodward, Mc Gregor, von Ihering, Clark, Jordan, Branner, Gabb, Conrad, Etheridge, Agassiz, Hartt, Derby e tantos outros cujos nomes não nos ocorrem, no momento, realizaram importantes investigações e publicaram, em diversas épocas, notáveis estudos sobre os nossos fósseis. Alguns deles, mesmo, como John Casper Branner, Charles Frederik Hartt e Orville A. Derby, salientaram-se por sua grande dedicação à nossa pátria, tendo mesmo os dois últimos aqui morrido, vítimas, o primeiro, da febre amarela, e o segundo, da incompreensão daqueles a quem cabia o amparo de nossas instituições técnicas e científicas, isto é, vítima da politicalha desenfreada e retrograda que até pouco tempo ainda, constituía, infelizmente, o pão nosso de cada dia dos homens a quem estava entregue o governo do Brasil, dessa mesma politicalha malsã que o Estado Novo, num golpe feliz de audácia e destemor, atirou por terra e esmagou, sob o peso da consciência nacional.

— Atualmente, um vulto levanta-se do Serviço Geológico e Mineralógico Federal e projeta-se, luminoso, no cenário científico na-

cional, como o maior de nossos paleontologistas — *Mathias Gonçalves de Oliveira Roxo*.

Somente quem, como nós, conviveu por algum tempo, na repartição e no trabalho, com êsse sábio e modesto brasileiro, trabalhador incansável e sistemático, verdadeiro coração de patriota, pode bem aquilatar o seu grande valor e melhor pesar os seus bem reais méritos.

Engenheiro de minas, cedo caiu Mathias Roxo no âmbito do Serviço Geológico onde, dentro de pouco tempo, o seu pendor pela Paleontologia se evidenciou e agigantou de tal forma que o estudo dos fósseis veio a constituir o seu maior prazer e a sua maior ocupação. Enveredando, decidido, pela senda paleontológica, apresentou-nos já o Dr. Roxo notáveis trabalhos sobre os nossos vertebrados e invertebrados fósseis e sobre a nossa paleofitologia. Especializando-se no estudo dos nossos répteis fósseis, sobre o quais publicou, há pouco, um esplêndido trabalho de introdução, o chefe da secção de Paleontologia do nosso Serviço Geológico federal nada mais fez, com isso, do que seguir a sua mais natural inclinação e dele podemos dizer que gosta mais dum jacaré que de si próprio.

Ainda, no Serviço Geológico, salienta-se, como paleontólogo-malacologista de valor, um filho da grande capacidade que foi Euzébio Paulo de Oliveira. Referimo-nos a Paulo Ericksen de Oliveira, o jovem e talentoso ajudante da secção de Paleontologia do Serviço.

— Resta-nos falar, finalmente, a respeito das expedições científicas estrangeiras que, nestes últimos anos, têm aportado ao Brasil e aqui realizado importantes explorações paleontológicas.

A primeira dessas expedições, chefiada pelo notabilíssimo paleontologista alemão barão *Friedrich Freiherr von Huene*, especialista em répteis do período permotriássico, explorou, em 1928-1929, sob o patrocínio da *Universidade de Tübingen* (Alemanha), a parte meridional do Brasil, tendo realizado importante colheita de fósseis triássicos, principalmente no Rio Grande do Sul. Êsses fósseis, que foram todos levados para a Alemanha, acham-se descritos em grande número de esplêndidos trabalhos, dos quais o nosso Serviço Geológico Federal possui alguns exemplares, senão todos, em sua biblioteca.

A *Universidade de Harvard*, de Cambridge, Massachussets, Estados Unidos, enviou-nos também, em 1936, sob a chefia do notável paleontologista *Llewellyn Ivor Price*, uma expedição paleontológica, destinada a fazer estudos e coletas sobre a fauna dos afloramentos triássicos do sul do país. A expedição foi muito bem sucedida, pois conseguiu coletar e levar para o Museu de Zoologia Comparada daquela Universidade grande número de fósseis, a maioria dos quais de enorme valor científico, por serem de animais novos para a ciência.

Grande número d'esses fósseis já se acham preparados e montados, prontos para ser descritos e apresentados ao mundo científico, em publicações que antevemos valiosíssimas e que aguardamos com ansiedade.

Em 1940, ainda comissionado pela Universidade de Harvard, voltou Price ao Brasil, onde pretende demorar-se por dois anos, para fazer, em colaboração com o Serviço Geológico e Mineralógico Federal e sem ônus nenhum para nós, explorações e estudos paleontológicos, por todos os recantos de nossa terra. Tivemos, no ano próximo passado, o prazer e a felicidade de privar com êsse notabilíssimo especialista, durante cinco proveitosíssimos meses, no Serviço Geológico, e não sabemos o que mais admirar neste homem, se a sua vasta e sólida cultura, se a sua grande modéstia, se o prazer de ensinar que demonstra nos mínimos detalhes, se, enfim, a sua capacidade e grande vontade de trabalho e seu cavalheirismo constante. A êle devemos preciosíssimos ensinamentos e conselhos, pois a sua prodigalidade em transmitir aos outros tudo o que sabe constitui uma de suas mais notáveis características, evidenciando um espírito de escol, de verdadeiro sábio.

A respeito do material coletado e levado pelas expedições científicas estrangeiras que têm operado em nossa terra, dissemos, em nosso trabalho sobre a Paleontologia do Rio Grande do Sul, publicado em 1940, o seguinte:

“Outro fato, para o qual queremos chamar a atenção dos poderes competentes, é o da evasão quase contínua de nosso material científico para o estrangeiro. Peças fósseis esplêndidas e mesmo esqueletos inteiros de animais extintos e raros para a ciência, de valor inestimável, têm sido encaminhados para diversos Museus estrangeiros, na grande maioria das vezes, com o beneplácito de nossas autoridades”.

“Achamos, até certo ponto, justo que as expedições científicas estrangeiras levem para os seus museus as peças encontradas em duplicata e que levem também, com a condição expressa de as devolverem, depois de classificadas, as que forem únicas mas cuja classificação depender de recursos técnicos especiais e do indispensável material comparativo, só existentes nos grandes Museus, pois, para o verdadeiro naturalista, só o fato de consignar uma nova descoberta é uma honra bastante grande para dispensar qualquer outra honra e mesmo qualquer provento de ordem material”.

“Doutro modo, muito tempo nos custará a organização dum Museu ou duma galeria paleontológica em condições e muito mais numerosas serão as vezes em que os nossos naturalistas, por falta de elementos comparativos, não possam deixar de depender do auxílio estrangeiro, para a classificação dos espécimes fósseis encontrados em nosso território.”

Compreendemos, porém, agora, que não nos é possível, por enquanto, fazer Paleontologia, em nossa terra, principalmente no que diz respeito aos fósseis vertebrados de idade inferior ao Terciário, sem o auxílio de entidades especializadas estrangeiras, pois, não só nos falta ainda, quasi que completamente, a bibliografia científica especializada, indispensável a tais estudos, como também ainda não contamos com pessoal de laboratório cuja competência seja bastante para preparar, com a devida perfeição, as peças fósseis de mais difícil trabalho, de modo a tornar possível o seu estudo. Eis a razão pela qual modificando nosso anterior ponto de vista, somos por que se facilite a todos os emissários estrangeiros, devidamente credenciados e reconhecidamente idôneos, enviados ao nosso país, em missões científicas, pelas entidades culturais a que pertencem, tudo o que fôr necessário para o mais completo êxito de sua missão, inclusive levar daqui o material paleontológico coletado, desde que se prontifiquem a dar o resultado de seus estudos, sobre os espécimes que levarem, as nossas entidades científicas oficiais, dedicadas à especialidade. Huene, por exemplo, já nos deu o resultado de seu estudo sobre os fósseis que daqui levou. Quanto à Universidade de Harvard, ainda não teve tempo para publicar os seus estudos e observações, relativas ao material que aqui coletou Price, em 1936.

Só assim conseguiremos uma base sólida, sobre a qual poderemos, então, construir, pouco a pouco, é certo, mas com segurança e experiência, o edifício da Paleontologia nacional, que, dête modo, será — não um castelo de areia — mas um dos baluartes da ciência indígena.

Podemos dizer — sem receio de errar — que 95% dos atuais conhecimentos que possuímos sobre a nossa fauna de vertebrados fósseis devemos a explorações e estudos de técnicos e de entidades científicas estrangeiros, o que é bastante para ressaltar a justeza do que atrás sugerimos.

Uma vez apoiados em sólida base e depois de prover as nossas bibliotecas de toda a bibliografia técnica indispensável e de dotar, paulatinamente, os nossos museus de galerias paleontológicas bem organizadas, poderemos, aos poucos, fazer-nos relativamente independentes do auxílio estrangeiro, para a solução dos nossos problemas paleontológicos. Dissemos *relativamente*, porque, neste mundo, só o que há de absoluto é a afirmação de que tudo é relativo.

E aqui chegamos ao fim de nossas considerações.

Terminando, agradecemos, mui sinceramente, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul a inestimável distinção que nos concede, assim como o grande estímulo que, com isso, nos

dá, para a continuação de nossos estudos e de nossos trabalhos, na seara paleontológica.

— *Carpent tua poma nêpotes* (Teus netos colherão os teus frutos), diz, mui acertadamente, o poeta. Trabalhemos, pois, com persistência e boa vontade, para o engrandecimento de nossa pátria, afim de que os nossos netos a encontrem ainda mais elevada no conceito universal e, buscando exemplo em nosso esforço, a façam ainda maior.

Disse.

Discurso pronunciado pelo sr. Nestor Ericksen ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Exmo Sr. Presidente

Exmo. Representante do Sr. Interventor Federal
Senhores.

O Rio Grande do Sul não foi, por circunstâncias excepcionais que presidiram à sua formação, um reservatório de escravos, anos depois do início do tráfico mais infamante que a nossa história regista, onde o comércio e a importação do negro se transformaram num imperativo econômico da época.

O panorama do nosso passado, através dêste ângulo ainda pouco estudado, põe a nu, sem dúvida, um dos problemas sociais de maior relevância, e apresenta, inquestionavelmente, nesta hora de redescobrimto de todos os valores determinantes de nossa civilização e cultura, coordenadas e perspectivas dignas de maior carinho e análise por parte dos investigadores.

Num rápido ensaio, pois, à guisa de modesta contribuição à magnífica tarefa de esclarecimento de um tema tão sedutor ao espírito dos que se dedicam ao estudo e pesquisa, é que nos decidimos, no momento exato de ingressarmos para o quadro desta egrégia corporação, a balancear alguns fatos relacionados com a escravatura neste recanto do Brasil-meridional.

Como um princípio de método, contudo, impõe-se examinar preliminarmente, num rápido retrospecto, com indispensável equilíbrio, a escravidão no país desde as suas origens mais remotas, assim como os fatores que, direta ou indiretamente, determinaram a entrada, a distribuição e o crescimento das populações negras nesta Província até ao movimento emancipacionista.

A importação de escravos da África iniciou-se, no Brasil, em 1531, alguns anos após a descoberta, tendo se utilizado os primeiros africanos cativos nas lavouras de açúcar da Capitania de São Vicente, e o primeiro carregamento de escravos para vender chegou à Baía em 1532, trazido pelo traficante Jorge Lopes Taborda.

No século XVI, "só da África Centro-Austral e dos portos de

resgate da sua Costa Atlântica nos vieram levas de escravos, embarcados nos porões infectos dos navios negreiros, que saíam superlotados com essas “peças” de gado humano dos portos e feitorias portuguesas de São Jorge da Mina, São Paulo de Loanda, de São Felipe de Benguéla etc.” (1)

Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, pedia em 1539 permissão para importar negros escravos destinados às lavouras de cana e para os engenhos, introduzindo-se o comércio de escravos procedentes do Congo e da Guiné naquela zona, e, mais tarde, em 1583, já existiam, conforme esclarece o padre Vieira, em toda a Colônia, quatorze mil africanos cativos empregados nas lavouras e outros misteres, assim distribuídos: 10.000 em Pernambuco, 3.000 na Baía, e mil em outras capitanias.

Torna-se então permanente o tráfico para o Brasil.

À medida que se intensifica, porém, a colonização, a importação de negros cresce em ritmo ascensional, registrando-se que “só a Companhia das Índias Ocidentais, durante o domínio holandês, introduziu 23.163 escravos africanos em Pernambuco, Alagoas e Paraíba do Norte, no curto período de nove anos, entre 1636 e 1645.” (2)

O comércio de escravos principia, efetivamente, depois do estabelecimento do governo geral da Baía em 1549, após o declínio do regime feudal das capitanias hereditárias (3), estimulando o próprio governo o tráfico, do qual tirava vultosos dividendos.

A última feitoria de resgate da África Ocidental portuguesa foi fundada em Ambriz em 1845, estabelecendo-se, então, no período compreendido entre 1550 e 1850, um verdadeiro cinturão negro, de norte a sul do território, operando-se maior ou menor incremento da escravidão à medida que se estrutura e se desenvolve a economia brasileira.

Há um momento, contudo, em que a “indústria da criação de escravos” assume proporções nunca dantes atingida, transformando “o pôrto do Rio de Janeiro na antiga Constantinopla, grande mercado de carne humana, *cloaca maxima* de todos os vícios e de todas as podridões da escravidão”, e corresponde, exatamente, ao período áureo que assinala o apogeu da mineração e o início da grande agricultura de café.

Para que se tenha uma pálida idéia do que o negro representou no drama da nossa formação social e econômica basta repetir-se Sylvio Romero quando afirma que o Brasil importou doze milhões de escravos africanos em cerca de trezentos anos de cativeiro.

(1) “Os africanos no Brasil” — Nelson de Senna.

(2) Idem, idem, autor citado.

(3) Idem, idem.

Vários fatores influíram, porém, no sentido de que a escravidão, que se achava circunscrita às regiões do centro e do norte do país, na época do descobrimento e da colonização, se irradiasse para todo o território brasileiro à medida que se processava num ímpeto vagaroso, mas, irresistível, o nosso expansionismo político e econômico.

Os primitivos habitantes da terra — os índios — que dominavam, desde épocas remotas, grande parte do litoral e quase todo o hinterland, resistiam ao avanço do branco invasor com todos os recursos a seu alcance, numa tremenda batalha de resultados desiguais, e o desfêcho era inevitável, culminando com o aniquilamento dos mais fracos, e os remanescentes das grandes carnificinas, despojados de sua liberdade, passavam a condição de escravos.

Particularmente, no Rio Grande do Sul, o mesmo fenômeno se observou como se depreende da agitada crônica da conquista de território pelos portugueses, mas, com uma derivante que deve ser fixada, antes de entrarmos na análise do nosso tema principal — a escravidão do negro.

Nos núcleos iniciais de dominação européia, quando as fronteiras do Brasil-meridional não ultrapassavam de Santa Catarina, e a área compreendida entre a Lagoa dos Patos e o Uruguai nada mais representava do que os interesses da Espanha, os índios já se encontravam mergulhados no cativeiro.

Tratava-se, não há dúvida, e fôrça é reconhecê-lo, de uma forma diferente de escravização: os selvagens submissos, condenados a prestar serviços, durante tôda a existência, aos senhores brancos da região, não podiam ser comerciados.

A escravidão do índio, contudo, não tardou a desaparecer, no sul, com a destruição das Missões Orientais e conseqüente império da soberania de Portugal.

Quando se inicia, pois, efetivamente, o povoamento do território riograndense, o colonizador se encontra quase que condenado à inação e à miséria dentro do vasto deserto que se escancara aos seus olhos deslumbrados.

Mas, resiste.

Não desanima.

E vence, como veremos.

As primeiras entradas de negros no Rio Grande do Sul — Fase da conquista e do povoamento — Recenseamentos primitivos — A expedição de Brito Peixoto — Nas sesmarias e estâncias.

As primeiras entradas de negros no Rio Grande do Sul, embora não existam documentos esclarecedores a respeito em nossos arquivos históricos, se verificaram, pelo que se presume — e abalizados investigadores o afirmam — durante a fase de exploração de Maldonado pelos portugueses, admitindo-se, contudo, que os escravos africanos somente se tivessem fixado, realmente, entre nós, com a abertura dos primeiros currais, ou invernadas, e estâncias.

Logo que se inicia, pois, o “grande ciclo do ouro”, em 1693, observa-se o período marcante da expansão colonizadora através de vários ângulos do território, e os grupos bandeirantes, cujos movimentos não são impulsionados somente pela cobiça da riqueza, vão desbravando e povoando o litoral até Laguna.

À medida que avançam, porém, num desafio heróico a todos os impecilhos, os sertanistas procuram assenhorear-se da terra em caráter duradouro, e, nas clareiras dos planaltos ondulados, armam os primeiros currais, deixando em cada um deles escravos, índios, novilhas e um touro.

Estabelecida a trégua ao gentio, o “cabo da tropa” dispensa o concurso do índio, atraindo o negro para a tarefa nova que se esboça — o povoamento.

Quando se travaram, portanto, os choques iniciais entre os primitivos habitantes da terra e os pioneiros da penetração, visando assegurar ao governo de Portugal a posse definitiva desta rica área, já os negros haviam perlustrado o solo riograndense como soldados destemidos, integrando as bandeiras de guerra com Raposo Tavares à frente.

Se remontarmos, contudo, à crônica da expedição de Brito Peixoto, capitão-mor da vila de Laguna, que veio ao Rio Grande do Sul em 1715, por ordem especial do governador do Rio de Janeiro, Francisco Tavora, afim de *examinar* as campanhas do Sul até à Colônia do Sacramento e pesquisar se algum daqueles sítios

se achava ocupado por estrangeiros, iremos encontrar, sem dúvida, mais alguns preciosos elementos elucidativos.

Brito Peixoto expediu uma diligência constituída de cinco homens brancos e alguns escravos, *“os quais depois de tudo explorarem até á aldeia dos Indios Charruas de S. Domingos Soriano, ao voltar com a noticia de que se conservavam desimpedidos, foram atacados, aprisionados, e despojados d'armas e roupa por hum troço consideravel de Indios, de cujo cativoiro, passados tempos, conseguiram escapar.”*

Tal malôgro, não obstante, não desanimou aquele explorador, que, em nova incursão, acompanhado de quarenta homens brancos e vinte e cinco escravos *“atravessou a Campanha, recolhendo-se com porção de gado, que havia arrebanhado das vizinhanças de Maldonado, encontrou nas margens do Rio Grande hum lote de quarenta Indios das reduções Castelhanas”, e se esclarece mais que, “levados á Laguna declararão serem enviados pelos seus padres a escolher sitio adaptado para novas aldeas.”*

Nos últimos decênios de 1700, quando se caracterizam os traços da organização político-administrativa do Continente de São Pedro de Viamão, após a entrada dos espanhóis em Rio Grande, é que se acentua o tráfico de escravos para o sul, naturalmente estimulado com a abertura da estrada do litoral para São Paulo, e vão se engrossando daí por diante os quadros das populações africanas neste recanto do Brasil.

O Senado da Câmara, anteriormente em Rio Grande, transfere-se para Rio Pardo, depois para Viamão, e, finalmente, para Porto Alegre, em 1773, vindo aqui radicar-se também o governador José Marcelino de Figueiredo.

Já nessa época as sesmarias abrigam escravos, e, à proporção que se amplia a esfera da vida rural com a abertura e a multiplicação das estâncias, o negro passa a ser considerado um elemento auxiliar indispensável para o trabalho, mau grado as atividades agrícolas e pecuárias estivessem ainda em fase incipiente.

O crescimento demográfico verifica-se em reduzida escala, pois que, em 1780, segundo o tenente Cordova, a população riograndense não alcança a cifra de vinte mil habitantes, sendo calculada em 9.433 brancos, 5.102 negros e 3.388 índios, de acôrdo com observações realizadas em 14 localidades.

Surgem, então, os sinais evidentes de que, embora as estâncias não exigissem muito esforço dos cativos, e já figurassem as “peças” como valores predominantes nos inventários de bens, o regime da senzala já despertava insubordinação e revolta.

Organiza-se a justiça para punir os crimes praticados pelos escravos, e examinando o “Registo de Provisões”, datado de 1765 a 1777, existente na Diretoria do Arquivo da Prefeitura, encontramos

a primeira “provisão de Capitão do Mato” passada no Continente do Rio Grande de São Pedro, por ordem do “Juiz Presidente e mais Officiais da Camara”, a Salvador da Luz Camacho.

O documento em aprêço esclarece: “*Chegando-nos a noticia os muito quilombos que ha neste Continente de negros fugidos do poder de seus senhores causando a estes e outros moradores do mesmo Continente grande prejuizo na sua falta não só no trabalho que delas experimentão como tambem nos muitos roubos e latrocinios que dos mesmos quilombos costumam fazer*”, resolveram nomear Camacho, “*reculutando (este) todos escravos fugidos que se achar nos quilombos e fóra delles, prendendo-os e segurando-os para deles fazer entrega aos Senhores aquem pertencerem havendo destes os prões e precalsos que mais diretamente lhe pertencerem e for costume nas mais partes e lhe facultamos todos os privilegios que pela Lei do Reino e suas extravagantes são prometidas aos que servem de Capitão do Matto*”.

A provisão traz a data de 18 de junho de 1773.

Figura também entre os papéis mais antigos assinados por autoridades no “Arrayal de Viaman”, como observamos, também, através pesquisas levadas a efeito, uma curiosa petição de sequestro de bens por dívida, em que aparecem escravos, e seria, talvez, a primeira desse gênero entre nós.

A “*petição, despacho e sequestro feito ao coronel Felis José Pereira*” por dívida da quantia de “*trezentos, cento e dois mil trezentos e trinta reis*”, foi interposta pelo “capitão João Alves Mourão, tesoureiro da Fazenda Real, da expedição deste Rio Pardo”, resultante de credito vencido, e “*porque o suplicado, ex-vi dos disturbios causados pela invasão do Inimigo na Vila e Praça do Rio Grande se ausentou fugitivamente da fazenda onde viera em S. Simão, levando consigo todos os animais que poude ajuntar não só nessa senão tambem em outra que neste Rio Pardo tinha e com eles se passou acima da serra.*”

A petição traz a data de 26 de setembro de 1763, tendo sido efetivado o embargo e sequestro nos bens do coronel Felis José Pereira na Fazenda de N. S. da Natividade e Cazes, morada de Manoel Barboza Franco, por intermédio do Alferes de Cavalaria de Ordenança de Cima da Serra, José Cavalcante do Amaral Golgel, e constava de 1.116 béstas, 43 mansas e 8 éguas madrinhas e 24 escravos.

Registam-se, também, naquela data, as primeiras alforrias de escravos, e “*por duas doblas de 1\$800*” recebidas, Antonio Monteiro Horta concede liberdade a uma escrava, afilhada do licenciado Manoel Francisco Bastos, a 6 de maio de 1766.

Em 1798, Estacio Dutra foi nomeado “capitão do mato do distrito desta vila” (Pôrto Alegre), conforme indica Walter Spalding, e são adotadas outras providências.

A Câmara determina, naquele ano, mandar “*fazer uma marca F*” para marcar os escravos em quilombo e mais um tronco para o Capitão do Mato segurar os escravos que forem apanhados em quilombo, *para a eles fazer a execução que a lei determina, antes de entrar na cadeia*”, como esclarece o diretor do Arquivo da Prefeitura de Pôrto Alegre, ao examinar a ata de 18 de abril de 1798.

Um ano mais tarde, em 1799, é nomeado *capitão das entradas* José Alves Pedrozo, morador na freguezia da Aldeia “*de que se lhe mandou passar provisão sendo por ele indicados os soldados e cabos para os capitães de mato.*”

São vagos e imprecisos, como já frisamos, os recenseamentos da população riograndense na época do domínio colonial, mas os dados formulados não deixam dúvidas sobre o progressivo aumento do número de escravos na Província, antes mesmo das tentativas oficiais de colonização que em breve terão lugar.

Fernand Denis informa, a respeito, que, de 1816 a 1819, existiam 28.600 negros no Rio Grande do Sul, enquanto que na Baía se elevavam a 538.000, no Rio de Janeiro a 223.000, em Minas, a 263.000, em São Paulo a 130.000, sendo mais reduzidas as cifras dos escravos no Maranhão, Goiaz, Mato Grosso e Pará.

Realmente 28.600 representa uma cifra ínfima, em relação ao quadro demográfico geral dos escravos no país, mas ela não tardaria a subir, assumindo proporções mais significativas.

O contrabando de escravos para o rio da Prata — Prejuízos ao erário — Sessenta mil negros exportados clandestinamente para Montevidéu — Reflexos do problema nas atividades da Província em 1808 — A indústria do charque e o trabalho servil.

Com a intensificação do tráfico negreiro para o sul, que se fazia, a partir de 1800, por via terrestre e marítima, com entrepostos de venda em Rio Grande, Pelotas e Pôrto Alegre, assim como em algumas regiões do Nordeste da Província, aumenta também o contrabando de “peças” para Montevidéu e Buenos Aires, estimulado pelas facilidades geográficas das nossas lindes fronteiriças.

O mal refletia-se imediatamente na vida econômica e rural do Rio Grande, criando ao mesmo tempo sérias e graves preocupações de ordem política, pois afetava também a segurança do país.

Não raras vezes os castelhanos tentavam influir na sublevação dos escravos aqui concentrados, e, mais tarde, como veremos, tais ameaças se tornaram evidentes.

Em suas “*Reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul*”, Manuel Antonio de Magalhães revela, em 1808, com segurança os principais problemas da região, servindo-nos concomitantemente preciosa fonte de estudo.

Depois de se referir com detalhes sobre as medidas a serem adotadas no sentido de se coibir a saída para os domínios espanhóis de “vários artigos considerados de guerra, como sejam pólvora, balas, armas, chumbo, cobre, aço, estanho, salitre e materiais nauticos, que prejudica a nação em geral e o Rio Grande em particular”, frisa que “*jamais se deverá consentir a exportação do domínio de toda a America portuguesa escravo algum, pois não só é enfraquecer as nossas colonias, por enriquecer quatro homens que n'ellas commerciam, mas dar forças ao inimigo, ao mesmo tempo que todas as nossas capitánias se acham na maior necessidade d'elles, como é constante, e o alto galarin a que elles têm chegado com a exportação que ha mais de vinte anos se faz para Montevidéu, faz com que no curso d'este tempo, por uma boa conta, passem de sessenta mil, que para ali se têm transportado, e não só faz com que a pobreza jamais possa comprar um escravo, mas porque todos estes têm passado por con-*

trabando, sem pagarem os competentes direitos a S.A.R.: só n'isto tem tido uns poucos de milhões de prejuizos, fóra o atrazo da agricultura na capitania onde eles ficassem."

Queixa-se também Magalhães do elevado custo dos escravos na época, como, também, informa que, de há vinte e cinco anos a esta parte (1808), isto é, antes que fôsem exportados para Montevidéu, *"se vendiam os escravos na America por metade do que hoje correm, e comprando-se quâto a dinheiro, o mesmo vendedor confiava outros quatro por tempo de um ano ao agricultor, o que era de uma grande vantagem,"* e, concluindo seu pensamento, frisa, pesarosamente: *"mas depois que a ambição dos homens fez elaborar aquelas negociações clandestinas para os dominios espanhois, jamais o pobre agricultor pôde conseguir um escravo fiado, alem de terem subido cento por cento do antigo preço."*

O mesmo observador diz ainda que *"grande falta que na costa vai havendo de escravos e a longitude d'onde vêm, assim como tambem é publico que em todas as colonias e mais países adjacentes do Brasil, se não pôde passar sem escravos."*

Precisamente no início de 1800 é que se regista o desenvolvimento da indústria charque, entre nós, tendo sido os primeiros estabelecimentos instalados em Pelotas em 1780.

Quando entra pois em declínio a exportação de carne sêca do Ceará, os mercados do norte e do centro voltam suas atenções para o sul, e o interêsse despertado em favor da aquisição do charque riograndense faz com que se ampliem as possibilidades econômicas desta Província neste setor, ao ponto de passar ela em breve a suprir as necessidades do consumo nacional.

O trabalho servil contribuiu, sem dúvida, em grande parte, no sentido do desenvolvimento daquela indústria, sem se deixar de ter em mira também o crescimento prodigioso dos rebanhos, favorecida a criação pela fertilidade extraordinária dos nossos campos.

Empregados até então no serviço de peonagem, na vigilância do gado nas primitivas estâncias, e atendendo simultaneamente à pequena agricultura, explorada apenas para satisfazer a economia doméstica, os cativos passam a ser concentrados em apreciáveis contingentes nas charqueadas.

O serviço ali era dividido em duas etapas: na fase das matanças, o preparo da carne, através de suas variadas operações, até o transporte para os pontos de embarque; nos intervalos, isto é, nos períodos inadequados para êsse mister, o preparo dos couros, em grande escala, cujos fins eram os mais diversos e possuíam regular cotação nos mercados do país.

Para que se tenha elemento esclarecedor sôbre a importância da charqueada na estruturação da economia gaúcha, basta verificar-se

o movimento de remessas desse produto para fora da Província, de acôrdo com o seguinte gráfico:

1799	2.108.000	quilos
1800	3.010.000	"
1815	18.894.300	"
1881	21.500.000	"
1882	20.383.000	"

A distribuição geográfica dos escravos no território riograndense verificou-se, por sua vez, irregularmente.

Inicialmente, fixou-se o negro nas invernadas e estâncias, passando, depois, a concentrar-se nas charqueadas, e, a seguir, também em contingentes regulares, na agricultura.

A cultura do trigo interessa, depois, de 1805, aos agricultores no sul, e os escravos são chamados a prestar sua colaboração nesse novo ângulo da economia rural.

Em 1805, a área cultivada de trigo, no Rio Grande, era de 136.825 alqueires, sendo a exportação nesse ano calculada em 71.971 alqueires, e daí por diante as cifras são cada vez mais animadoras até 1817, quando se verifica um notável declínio de área cultivada e consequente exportação, que baixam, respectivamente, a 76.395 alqueires e 120.591 alqueires.

Depois de 1820 se opera o abandono da plantação deste rico cereal, desanimados os agricultores com a *ferrugem* que devastou os trigais.

Os primeiros focos de cativeiro foram, assim, os núcleos formadores da nossa vida social e econômica — Rio Grande, Rio Pardo, Viamão e Pôrto Alegre — irradiando-se mais tarde para distintos pontos do território, à medida que se efetuava nessa expansão econômica.

A situação dos cativos, em 1817, entre nós, não era, contudo, muito melhor que a dos negros do norte e do centro do país, embora divirjam nesse sentido os observadores.

As faltas elementares praticadas pelos escravos sempre foram punidas de forma desumana, em todo o Brasil, e os casos esporádicos de liberalidade dos senhores constituem exceção.

Quanto aos crimes e às fugas, então a dose da pena variava de acôrdo com o critério da justiça e os seus executores na época.

Os açoites vibravam no dorso da vítima até sangrar, e, não raro, os castigados não resistiam à violência dos golpes.

Nicolau Dreys descreve, com aproximada realidade, as condições de vida do cativo, na Província de São Pedro, e, por isso, vamos nos valer de suas observações neste trabalho.

O Rio Grande era considerado, diz êle, desde remotos tempos, "*uma especie de purgatorio dos negros*", quando se manifestavam

rebeldes à tirania das senzalas, e “*não estão n’humas posições excepcionais senão porque pertencem ás estancias e charqueadas; os negros domesticos são os mesmos em todas as partes; ora, nas estancias, pouco tem o que fazer o negro, excepto na occasião rara dos rodeios; nas charqueadas, o trabalho he mais exigente, sem ser nem pesado nem excessivo; eh uma occupação regular distribuida segundo as forças do negro, e no desempenho do qual o negro entra com tanto mais vontade, que não se pôde dissimular que alguma coisa tem de conforme o trabalho com suas inclinações.*”

Nas charqueadas, o trabalho começa à meia-noite e termina ao meio-dia, “*e tão pouco cansados ficam os negros, que não he raridade vê-los consagrar a seus batuques as horas do repouso que decorrem desde o fim do dia até o instante da noite em que a voz do capataz se faz ouvir.*”

Recebem “*abundância de mantimentos*”, são bem tratados nas suas enfermidades, e frisa Dreys “*quando se eles desviam d’estas obrigações, vem o castigo, que he tambem uma das precisões do negro.*”

Nas estancias e charqueadas, por outro lado, segundo o mesmo observador, não se alimentam os vícios comuns entre os negros, pois que “*uma charqueada bem administrada é um estabelecimento penitenciario.*”

Mau-grado, porém, esse estado de cousas, que é, pelo menos na aparência, favorável aos negros, se interpretarmos literalmente tais impressões colhidas pelo autor da “*Noticia Descriptiva da Provincia de São Pedro*” os escravos do Rio Grande já havia feito, de acôrdo com o mesmo Dreys, em diferentes épocas, tentativas para organizar um *movimento insurreccional*, que fracassou em virtude da ação pronta das autoridades.

E não podia ser de outro modo.

“*Suiços da America*”, os negros eram considerados, principalmente, bons soldados, e se indicava a carreira das armas como a que melhor correspondia às suas verdadeiras tendências.

Relativamente ao tratamento dos escravos de concentração urbana, tanto os historiadores antigos como os contemporâneos são quase unânimes em acentuar que era mais liberal do que nas estancias e charqueadas, onde, não raras vezes, os cativos sofriam bárbaros castigos.

Os negros preferiam, nos povoados, vilas e cidades, quando libertos, os officios de marceneiros, pintores, pedreiros, assim como as atividades ligadas ao comércio de couros e de lãs.

Tratavam, também, quase sempre, os cativos de economizar recursos para a alforria, e citam-se alguns casos, raros é certo, de negros que, ante a liberdade, optaram pela escravidão.

Nasce a idéia da abolição dos escravos, no Rio Grande — O curioso projeto enviado ao "Investigador Portuguez", de Londres — Os negros na Revolução dos Farrapos — Os revolucionários pregam a liberdade dos escravos — O que prometia o Regente aos cativos que depussem armas — Castigo aos pretos rebeldes — O aviso de Bernardo de Vasconcelos.

A idéia da abolição dos escravos, no Brasil, somente surgiu em 1758, quando Manoel da Rocha, advogado baiano, propõe que se conceda a liberdade aos filhos de mãe escrava, e, mais tarde, em 1810, Velloso de Oliveira endossa o mesmo projeto, sem resultados imediatos, como se regista. A semente estava lançada, porém, e seus frutos seriam, como foram, totalmente sazonados em 1888, com a assinatura da "Lei Áurea".

No Rio Grande do Sul, o primeiro gesto em favor da extinção do cativeiro se verificou, porém, em 1817.

Antonio Gonçalves Chaves, cidadão português, natural de Chaves, provincia de Traz-os-Montes, radicou-se em Pelotas em 1805, dedicando-se à industrialização do charque.

Em MEMÓRIA enviada ao "Investigador Portuguez", de Londres, Chaves, depois de procurar demonstrar "os terríveis inconvenientes do Systema de Escravidão, e necessidade absoluta, em que estamos de vedar a introdução de mais Escravos no Brasil", afirmando ao mesmo tempo que "o excessivo número de Escravos faz que não os possamos tratar como temos de obrigação", sugere o seguinte curioso projeto:

1.º — Conceder-se 18 mezes para a liquidação de seus fundos aos Negociantes, ou traficantes d'Escravos em Africa, sem exclusão de hum só Porto.

2.º — No fim deste periodo ficar absolutamente prohibido o trafico da Escravatura fóra do Brasil.

3.º — As permutas de Escravos no Brasil não se podem prohibir sem offensa directa do direito de propriedade; mas podem fazer-se regulamentos para as vendas em publico, em que se conciliará a permuta com os milhores termos da honestidade.

4.º — A lei promoverá eficazmente a emancipação dos cativos

por via de associações philanthropicas, quando já estejamos certos, de que nessa força fisica exceda a da raça preta.

5.º — A segunda e o muito a terceira geração, em que consecutivamente tenha entrado mistura de cor branca, seja effectivamente livre.

6.º — Todo o oriundo de cativos fica livre logo que conte vinte e cinco anos: faltando certidão autentica de idade terá sua emancipação aos vinte annos inclusive, louvando-se a idade por pessoas de bem, ou juizes de facto.

7.º — Nenhuma embarcação poderá despachar em qualquer porto do Brasil, tendo a bordo de dois marinheiros cativos: aos dois que se matricularem se tirarão suas feições com toda a exactidão, porque devem ficar livres, os que se acharem de mais a bordo, provando-se, que alli embarcarão effectivamente para o officio de marinagem.”

Não era, como se vê, muito liberal o plano, visando mais impedir o tráfico, que trazia já sérios prejuizos às classes interessadas na escravidão, pois que desvalorizava as “peças”, mas já continha, sem dúvida, os primeiros traços para a solução do terrível problema social.

Ignora-se a repercussão da iniciativa do autor das “Memórias Economo-Políticas”, mas é de se presumir que não tivesse despertado atenção de seus contemporâneos, interessados que se encontravam na exploração do rendoso comércio.

Outro aspecto que se não pode relegar a segundo plano é o que diz respeito à valiosa contribuição do negro em tôdas as lutas que se travaram, desde os primórdios da conquista e povoamento, em território riograndense.

Compulsando a história da penetração, já encontramos negros, pardos e mestiços, cativos ou libertos, integrando as milícias desbravadores para combater aos castelhanos e aos índios; lançando uma vista d’olhos à agitada crônica das guerras cisplatinas, assim como às páginas das homéricas jornadas farroupilhas, a mesma observação se impõe.

Os negros cativos integravam os regimentos dos Henriques, organizados não só para expedições guerreiras como também para a manutenção da ordem pública, e, em 1822, segundo informa Walter Spalding, o Batalhão dos Henriques, mais conhecido depois por “Batalhão dos Repaduras”, se criava em Porto Alegre.

É o seguinte o texto do decreto imperial:

“Convindo augmentar a força da tropa de milicias da guarnição da Cidade de Porto Alegre, na Provincia de São Pedro: hei por bem que ali se crie huma Companhia de milicias de homens pardos, aprovando o plano de sua organização que com este baixo, assignado por João Vieira de Carvalho, de meu Conselho de Estado. Ministro e Secretario de Estado, Ministro da Guerra; e hei, outrossim,

por bem approvar o uniforme que deve usar a referida Companhia, indicado no figurino que acompanha o mesmo plano. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço, em 23 de Dezembro de 1822, 1.º da Independencia do Imperio. — Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. — João Vieira de Carvalho.

A companhia em aprêço estava assim constituída: 1 capitão, 1 tenente, 1 alferes, 1 sargento 1.º, 2 sargentos 2.º; 6 cabos; 6 anspeçadas, 2 tambores, 96 soldados, num total de 117 homens.

Durante a revolução de 1835, embora não existam dados para um cálculo exato, regular foi o número de escravos que certamente formaram nas hostes farroupilhas, sabendo-se mesmo que negros fugidos de outras províncias vieram participar da campanha, atraídos pela ilusão de uma vida melhor e, mesmo, pela promessa de liberdade.

Os recenseamentos de 1846 não discriminam escravos no cômputo geral da população, mas, em 1847, admite-se que existissem na província 30.481 cativos, e é provável que grande número tenha participado da luta, de vez que os líderes do movimento representavam os interesses da classe dirigente da época.

Na Assembléa Constituinte da República Riograndense refletiu-se a orientação dos farrapos em relação à escravatura, tendo o major Mariano de Mattos proposto a abolição do tráfico.

Os jornais porta-vozes do movimento também advogavam a medida, mencionando-se mesmo a atitude assumida pelo “Continentino” que pedia fôsse extinto o comércio da “infame mercadoria.”

Outra prova evidente se encontra nas providências do governo imperial em relação aos negros que participavam da revolução farroupilha, destacando-se a título elucidativo o seguinte “Aviso”, expedido pelo então governador da Província, por ordem de Bernardo de Vasconcelos:

“Illmo. e Exm Sr — O Regente em Nome do Imperador ha por bem odenar o seguinte a respeito dos escravos que os rebeldes tem armado, e com os quaes hostensão as Forças Imperiaes.

1.º — *Todo o escravo que for preso e tiver feito parte das Forças rebeldes, será logo ahi, ou no seu lugar mais proximo em que possa ter lugar, correccionalmente punido com duzentos a mil açoites, por ordem da Authoridade Militar, ou Civil, independentemente de processos. Depois de assim castigados serão remettidos para esta Capital, publicando-se seus nomes e Senhores, afim de que saibão o destino de seus escravos e possão dispor delles, com tanto que não revertão á Provincia do Rio-Grande emquanto não estiver plenamente pacificada, ao que por si, ou por seus Procuradores se obrigão por termo perante o Juiz de Direito, Chefe de Policia encarregado de fazer a engrega aos que se legitimarem.*

2.º — Os escravos que ao tempo da publicação desta providencia fizerem parte da Força armada dos rebeldes e que abandonando seu partido, se apresentarem ao General em Chefe, ou ás *Authoridades* que este designar ficão amnistiados e isentos de todo o serviço forçado e ser lhes ha passada a carta de alforria para ficarem gozando de sua plena liberdade.

E para que não fiquem expostos a reacções e vinganças, ou por alguma funesta casualidade e recahirem nas mãos das rebeldes, serão a custa do Governo transportados para fóra da Provincia.

3.º — Os escravos que se apresentarem, e estiverem nas circunstancias da disposição antecedente, serão avaliados por dois louvados, hum nomeado pelo Procurador Fiscal ou pelos Fiscaes que suas vezes fizerem, e o outro por seu dono, se estiver presente, na sua falta pelo que designar, ou tiver designado a respectiva Camara Municipal, ou pelos Fiscaes desta devidamente autorizados. Esta avaliação será feita sumariissimamente e V.Evc. expedirá as precisas ordens para que não deixem de haver Louvados, de que trata o paragrafo antecedente. Se os escravos pertencentes aos subditos Imperiaes fieis ao seu juramento, ao Throno e a Patria, ser-lhe ha o preço da avaliação paga logo que requererem. Se, porem, forem esses escravos pertencentes aos rebeldes, seus collaboradores e protectores, só terá lugar o sobredito pagamento depois da divida indemnização e da liquidação final sendo para esse fim depositados no Cofre da Thesouraria Provincial as quantias em que forem avaliados.

Transmittindo a V.Ex. esta ordem do Regente em Nome do Imperador, espero que se desvelará em adotar os medidas, e fazer todas as diligencias que possão produzir o resultado que dellas se esperam para o que lhe dará toda a publicidade pelos Periodicos, por Editaes nas Cidades, Villas, Povoações, e quaesquer outros pontos da Provincia, e por quaesquer outros meios que oportunamente ocorrerem.

Deus Guarde a V.Exc. Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1838. Bernardo Pereira de Vasconcellos — Sr. Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Cumpra-se e registre-se. — Palacio do Governo em Porto Alegre 10 de Janeiro de 1839. Britto”.

A 11 de maio de 1839, em sinal de repulsa àquela medida do govêrno imperial, o govêrno da República Riograndense baixava o seguinte decreto:

“Tendo o Tyranico Governo do Brasil por Aviso da Repartição da Justica de 19 de Novembro de 1838 determinado ao intruso intitulado Presidente da Provincia do Rio Grande de S. Pedro a applicação de duzentos a mil açoites á todo homem de cor, que livre do captivoiro, em conformidade das Leis desta Republica, tiver feito par-

te da sua Força Armada, e vier a cahir prisioneiro das Tropas chamadas legaes, despresando aquelle immoral governo toda a especie de Processo, a formalidade judiciaria para qualificação daquelle supposto crime; quando em obediencia as sagradas Leis da humanidade, ás Luzes do presente Seculo, aos verdadeiros interesses dos Cidadãos do Estado, he que o Governo do mesmo passou a libertar os captivos aptos para as armas, officinas, e colonisação, afim de accelerar a prompta emancipação dessa parte infeliz do genero humano, e isso com grave sacrificio da Fazenda Publica, pois que todos os proprietarios que tem exigido a importancia de taes captivos ou não sido satisfeitos de prompto, ou não recebido documentos para o serem opportunamente: o Presidente da Republica para revindicar os Direitos inalienaveis da humanidade, não consentindo, que o livre Rio Grandense de qualquer côr com que os accidentes da Natureza o tenham distinguido, soffra impune e não vingado o indigno, barbaro, aviltante, e afrontoso tratamento, que lhe prepara o infame Governo Imperial, em represalia, a que ha provocado, Decreta:

Artigo unico. — Desde o momento em que houver noticia certa de ter sido açoitado um homem de côr a soldo da Republica pelas autoridades do governo do Brasil, o general commandante em chefe do exercito, ou commandantes das diversas Divisões do mesmo, tira á sorte aos Officiaes de qualquer gráo que sejam das Tropas Imperiaes nossos Prisioneiros e fará passar pelas armas aquelle que a mesma sorte designar.”

Não cessaram aí, contudo, as providências do govêrno dos Farrapos em relação aos negros que participavam do movimento, pois que, a 16 de maio de 1839, novo decreto baixado estabelecia:

Artigo unico. — *Todo homem de côr ao soldo da Republica, e por ella livre que fugir para o inimigo, volverá á condição de escravo, sempre que cahir prisioneiro das Forças Republicanas; pois que tendo sido liberto de escravidão com a condição tacita de servi-la justo he que fique rescindido aquelle Trato condicional uma vez mentido, e que lhe seja applicada a pena civil, que manda volver o forro ao dominio do Senhor que o liberara sempre que este o possa convencer de ingratidão; depois de ter-lhe dispensado tão inapreciavel beneficio.*

A cooperação dos negros foi, pelo que se constata, valiosa durante o movimento revolucionário, e, firmada a paz, em Ponche Verde, em 1845, os farroupilhas cumpriram lealmente a promessa, impondo entre as condições formuladas ao barão de Caxias a seguinte cláusula, que foi aceita:

IV — São livres, e como taes reconhecidos, todos os captivos que serviram na Republica.

A Inglaterra intervém no tráfico negreiro — Reflexo no Brasil — Suspensão o comércio de importação de escravos — Avoluma-se o contrabando — Lei Euzebio de Queiroz — A repressão do tráfico no Rio Grande do Sul — Relatório de Sinimbú — A Guerra contra o Paraguai e os negros — Carta do conde D'EU.

Iniciaram-se em 1748 com a chegada de sessenta casais açorianos a Rio Grande as primeiras tentativas de colonização no extremo sul, malograda que fôra a tentativa do conde de Linhares, que segundo Oliveira Lima, sugeria a substituição do elemento servil por uma corrente imigratória chinesa.

Os açoritas estabeleceram-se preferencialmente em Pôrto Alegre, Itapuan e Viamão, que se transformaram em núcleos centrais de suas atividades agrícolas, mas logo se evidenciou que o objetivo real havia sido frustrado. Os europeus vindos dos Açores, isolados no novo "hábitat", não encontraram elementos favoráveis para o desenvolvimento agrícola da região.

Mau-grado disporem, logo no primeiro instante, de valioso amparo oficial, pois que cada casal recebia uma área de um-quarto-de-légua de extensão, garantindo-se aos seus descendentes igual privilégio, os imigrantes não tiravam dividendos apreciáveis de suas terras.

Tais foram, contudo, os abusos observados nas concessões que D. Diogo de Souza foi compelido a expedir em 1810 o conhecido "bando" com a finalidade precípua de pôr um termo definitivo à anarquia reinante nesse particular, e regulou, então, a doação de terras aos interessados, desde que as mesmas fôsem utilizadas somente em agricultura.

As lavouras pouco ou quase nada progrediam e as queixas repetidas mostravam aos governantes a necessidade de novos rumos.

A "Real Fatoria do Linho Cânhamo", refletindo, aliás, o que se verificava em todo o Rio Grande do Sul, fôra transformada, em 1822, segundo observa Florencio de Abreu e Silva, numa grande fazenda de criação por um certo padre Cruz.

Esse deplorável abandono em que se encontrava a agricultura em geral, na época, vinha agravar, sem dúvida, a economia da Província, compelindo o governo a uma ação rápida e eficaz.

Após vários entendimentos, o governo imperial resolve facilitar a imigração para o Brasil, numa tentativa de fortalecer a riqueza do país, expedindo para êsse fim emissários à Europa.

Criou-se a primeira colônia em Nova Friburgo e Petrópolis com a vinda de agricultores suíços, e, diante dos promissores resultados apresentados pelo trabalho livre, delegados especiais credenciados pelo governo brasileiro contrataram, na Alemanha, os primeiros grupos de trabalhadores destinados a dar seiva nova à lavoura entregue ao elemento servil africano e seus descendentes.

A 18 de julho de 1824 chegaram a Pôrto Alegre pelo bergantim "Protector" os primeiros colonos alemães para a Fazenda do Linho Canhamo, efetuando-se, após, novas entradas.

A referida colônia, como frisámos, encontrava-se em completa decadência, infelicitada por sucessivas administrações funestas, e um de seus dirigentes "trazia privilegio de roubar tudo quanto houvesse na Feitoria, huma vez que repartisse, e com effeito conseguiu dar cabo de quasi todos os produtos escapando-lhe os negros e o terreno, para o que não lhe chegou o tempo, por causa de sua morte prematura".

José Thomaz de Lima, primeiro diretor da colônia alemã de São Leopoldo, fez um detido inquérito da situação daquele estabelecimento, apresentando a propósito curiosos informes, de inquestionável interêsse para êste ensaio.

Entre outros documentos, destaca-se o seguinte officio:

"Achei a escravatura sem ter q. vestir, e nem ao menos plantação de algodão; para se tecer e vestilos; agora pois com o cuidado que tenho tido fiz alguma plantação deste genero, e continuo a fazela de sorte q. este anno já colhi cem arrobas q. se tem tecido, e se vai tecendo, e distribuindo para os mais precizados, espero q. no anno q. vem haja p^a. sima de mil arrobas, e q. chegue p^a. vestir abundantemente a todos; isto só não hasta, era preciso meterem-se na Fazenda dois outros rebanhos de Ovelhas, q. montassem todos pelo menos a mil e quinhentas; para da lã se tecerem ponches, e vestuario proprio p^a. o inverno p^a. a Escravatura; pois q. he muito deffícil rezistir a esta rigorosa estação tão mal vestidos como actualm.^{te} elles estão".

A maioria dos escravos foi retirada, porém, com a chegada dos colonos germânicos, segundo se depreende do seguinte officio do citado diretor:

"Com esta ultima remessa d'escravos da antiga Feitoria do Linho Canhamo vem a ficar esta Colonia quasi eszaurida desta gente, e por isso eu embaraçado sobre os meios de acudir a tanto serviço que a ella estava incumbido".

A parcela que permaneceu ali não se desenvolveu, contudo, e, em 1850, João Daniel Hildebrand comunicava ao presidente da Província:

“Tenho a satisfação de annunciar a V.Exa. q. a Escravatura teve pouco Augmento n'esse anno, e conta som.^{te} 229 *Escravos*; numero este ainda demasiadam^{te}. grande, nhum Districto, que pode dispor de tantos braços livres; muito se precisa de huma Lei q. prohiba inteiramente a introdução de Escravos nos Districtos Coloniais da Província”.

Realmente, a 13 de outubro de 1850, de acôrdo com a lei provincial 183, foi proibida a entrada de escravos nas colônias, conforme se observa: *“os escravos que forem introduzidos nas colonias, em contravenção a esta lei, serão expellidos por ordem do Director, pagas as despesas pelos donos dos mesmos escravos”*.

Já se observavam, entre nós, como se vê, algumas medidas tendentes a reprimir o trabalho servil, quando um novo acontecimento decisivo, encerrado o ciclo da revolução farroupilha, imprimiu um novo rumo ao problema escravagista.

A Inglaterra, que, desde as vitórias da idéia de Wilbforce, vinha se batendo pela extinção do tráfico mundial de escravos, compelida, é certo, após a revolução industrial, mais por imperativos de ordem econômica do que moral e política, se decide a intervir, primeiramente, por via diplomática, junto aos países que exploravam a escravidão.

O Brasil, entre outras nações, foi uma das visadas em primeira plana pela Grã-Bretanha, não só por possuir, na época, elevado coeficiente de escravos, como, também, porque figurava como um necessário mercado para a vitalidade das indústrias inglesas.

O primeiro obstáculo aos seus desígnios desaparece, embora aparentemente, com o decreto do governo brasileiro que suspende em 1831 o comércio negreiro e declara livres os escravos que penetrarem clandestinamente no território.

Essa drástica medida entra logo em conflito com os interesses das classes dominantes do país, pois representaria, se executada a rigor, um golpe mortal na economia brasileira naquele momento.

Intensifica-se, então, em sinal de protesto o contrabando, em escala impressionante, dando lugar ao mesmo tempo a sérias desinteligências entre os governos do Brasil e Inglaterra.

Não satisfeito, o governo inglês coloca fora da lei o infamante comércio, estabelecendo o bloqueio do Atlântico, e passa a hostilizar a força os contrabandistas, após a assinatura do “bill Abeerden”.

Para se ter uma pálida idéia do movimento clandestino de entradas de negros, após o decreto que suspendeu o comércio de africanos

no Brasil, basta examinar os seguintes algarismos oficiais relativos à importação de peças”:

1845	19.453
1846	50.325
1847	65.172
1848	60.000
1849	54.000
1850	23.000

Sanciona-se, então, a 4 de setembro de 1850, chamada lei Euzébio de Queiroz, de repressão do tráfico de escravos, e se iniciam em todo o país os primeiros movimentos favoráveis à substituição do braço escravo pelo trabalho remunerado do imigrante europeu.

O Rio Grande não podia deixar de sentir, por diversos motivos, os efeitos do contrabando de escravos após as medidas restritivas adotadas pelo governo imperial.

Em situação geográfica excepcional, com extensas fronteiras abertas para o rio da Prata, se transformou num excelente escoadouro do comércio clandestino de negros, procedentes do norte e do centro do país.

As providências para impedir êsse movimento são de resultado problemático, como se depreende da leitura dos relatórios dos governadores da Província, e, a propósito, diz Cansansão de Sinimbu, em outubro de 1854:

“Tenho a satisfação de dizer-vos que depois do desembarque que teve lugar a 11 de Abril de 1852 na costa de Tramandahy, nenhum outro crime dessa natureza veio manchar a nossa civilização. Informado porem de que, não obstante as bem dispostas medidas do Governo Imperial para capturar no mar qualquer navio suspeito, alguns aventureiros, provavelmente animados pela diminuição dos cruzadores inglezes nas costas d’Africa, em consequencia da situação bellicosa da Europa, premeditavão uma tentativa de desembarque entre as costas desta e da Província de Santa Catharina, tomei logo e d’acordo com o presidente d’aquella Província as medidas necessarias para capturar seus traficantes e auxiliares em terra”, e frisa mais adiante que uma policia vigilante percorre as costas do litoral, conservando-se um destacamento na barra do rio Araranguá, que era o ponto escolhido para o desembarque.

O mesmo governador denuncia, também, o batismo pelos nossos párocos da fronteira de crianças nascidas em território oriental, que se tornam escravas, e diz que a propósito solicitou providências ao governo do Uruguai.

Quer nos anais da política exterior do Uruguai, como nos da Argentina, encontra-se farta documentação a respeito de medidas relacionadas com o contrabando de negros pelo Rio Grande do Sul.

Crescia, porém, no país, a propaganda em favor da abolição dos escravos, e o movimento se define, mesmo, com incontida vitalidade, após a guerra contra o Paraguai.

D. Pedro II, depois de visitar o sul, durante a cruenta campanha, manifesta-se disposto a encaminhar uma solução para o delicado problema, e o gesto do príncipe conde D'EU no governo provisório do Paraguai, emancipando os escravos daquele país, foi o primeiro sinal de encorajamento recebido pelos pioneiros chefiados pela apostolar figura de Joaquim Nabuco.

Ambiente favorável à abolição — Funda-se a Sociedade Brasileira contra a Escravidão — Uma idéia em marcha — A atitude da imprensa — Irradia-se o movimento para o sul — A posição dos partidos — Uruguaiana e Pelotas libertam os escravos — O último recenseamento em que figuram cativos — O fim da escravatura.

Não se pode relegar, também, a segundo plano, a valiosa cooperação dos escravos em favor da vitória das armas brasileiras na guerra do Paraguai.

Em decreto imperial de 6 de novembro de 1866, assegurou-se liberdade a todos os escravos, de propriedade nacional, que se alistassem no exército brasileiro, sendo que os proprietários de cativos que os libertaram receberam títulos de nobreza.

Cêrca de *vinte mil escravos* serviram às armas na guerra contra Lopez, e, restabelecida a paz, criou-se logo um ambiente favorável à abolição em todo o país.

Funda-se, então, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, e, após, a Associação Central Emancipadora, entrando o movimento em sua fase decisiva, com repercussão nas demais províncias do Império.

A imprensa já se colocara, por sua vez, ao lado da campanha, através da GAZETA DA TARDE, no Rio de Janeiro, e surge em todos os recantos do território periódicos com tendência nitidamente emancipacionista.

No Rio Grande do Sul, o primeiro jornal abolicionista foi o "NOTICIADOR", de Rio Grande, fundado e dirigido por Francisco Xavier Ferreira, e, mais tarde, em plena revolução farroupilha, os jornais republicanos apoiavam a causa. A partir de 1874, surge, nesta capital, "O MERCANTIL", sob a orientação de João Cancio Gomes, que se transforma em tribuna de propaganda, e graças aos fundos que arrecadou conseguiu alforriar diversos escravos.

Tanto o partido conservador, como o liberal, tinham posição definida em face do problema: eram contrários à libertação imediata dos cativos, manifestando-se favoráveis, em termos, ao projeto visando eliminar gradualmente, mediante indenização, o elemento servil.

O partido republicano riograndense, somente às vésperas da abo-

lição total, resolveu sair à arena para apoiar a campanha, já praticamente vitoriosa.

Nas províncias, imediatamente se fizeram sentir os efeitos da idéia em marcha, elevando-se a cifras nunca atingidas as verbas destinadas ao resgate de escravos.

Os recenseamentos de escravos já acusavam, então, no país, elevados índices, e, no Rio Grande do Sul, particularmente, se poderia observar a importância que assumira a escravidão, de acôrdo com o seguinte gráfico:

1816.....	28.600	escravos
1846.....	30.841	"
1858.....	70.880	"
1859.....	73.749	"
1871.....	84.437	"

À medida que se regista, porém, nesta Província, no mais aceso entrechoque de paixões, as fases culminantes da propaganda republicana, dando lugar a um ambiente de insegurança e, mesmo, pré-revolucionário, o abolicionismo progride a passos agigantados, através dos clubes e dos gremios partidários.

O Partenon Literário, cenáculo de letras presidido por Apolinario Porto Alegre, que reunia a elite intelectual do Rio Grande, fundado a 18 de julho de 1868, resolve aderir em 1883 à campanha, aprovando a seguinte resolução:

"Art. 1.º — A sociedade Parthenon Litterário, convencida da fraqueza de recursos materiais, da caridade publica, relativamente à libertação do numero prodigioso de escravos existentes no Brasil, appella, na medida de seus esforços, para a lucta moral das ideias, com o fim de contribuir e afogar a monstruosa aberração social da escravidão do homem.

Art. 2.º — Crea-se uma secção annexa ao Parthenon, incumbida da propaganda abolicionista.

§ — Compôr-se-ha de tres membros, dos quaes um, que deve ser o mesmo presidente da sociedade, desempenhará as funcções de relator, o 2.º eleito, as de orador, e o 3.º, tambem eleito, as de thesoureiro.

Art. 3.º — Far-se-ha a propaganda por meio de conferencias publicas e communicações pela imprensa".

Em artigos subsequentes, estipulava-se o modo de proceder em relação às quantias agenciadas, determinando-se que, descontadas as despesas das festas e recitais promovidos, as somas restantes deveriam constituir o fundo de emancipação, para serem applicadas ao fim abolicionista.

Cumprindo a promessa, mau grado as dificuldades que teve a tornar, o "Parthenon" chegou a alforriar cêrca de cincoenta escravos.

A cidade de Rio Grande foi a primeira a possuir um clube abolicionista, que foi a Sociedade Liberdade à Escravatura, fundada em 1850, em cujo programa figurava: "Sendo esta a epocha mais proficua para se coadjuvar ao governo imperial, na extincção da escravatura no Brasil, recorre-se á philantropia dos habitantes desta cidade para inscreverem-se numa associação, mediante 500 reis por mez, afim de, em cada ano, libertar-se uma ou mais captivas, conforme os fundos da sociedade".

Em 1884, o movimento em favor da liberdade dos escravos chega, porém, nesta Província, à sua fase final.

Uruguaiana e Pelotas libertam todos os cativos, seguindo-se outros municípios riograndenses, inclusive o de Pôrto Alegre, onde o CENTRO ABOLICIONISTA, graças a uma orientação equilibrada e liberal, havia influído para criar em todos os círculos um ambiente favorável à causa.

O movimento reflete-se na Câmara da capital, que, em sessão especial, resolve aderir ao programa do referido clube, e, *em seis meses* apenas, o Rio Grande declarou livres cêrca de *trinta e cinco mil escravos*.

O último censo de escravos, no sul, de 1887, ou seja um ano antes da assinatura da "Lei Áurea", é de uma expressividade por demais eloquente, revelando que o Rio Grande do Sul possuía naquela data somente 8.442 escravos, elevando-se a 5.947:363\$000 as somas despendidas em resgates.

Declarada, pois, a emancipação total dos cativos, restituindo-se à liberdade milhões de negros subjugados, após um cativeiro de trezentos anos, verificava-se aqui, no sul, uma soberba lição de contrastes: a Província que nunca havia sido, através da sua história, um prodigioso ergástulo de escravos, foi também uma das primeiras a abrir, de uma vez para sempre, a porta das senzalas, conclamando a raça martirizada e forte a contribuir, perpetuamente livre, com o seu sangue, com os seus nervos, com a sua inteligência, em prol do engrandecimento dêste magnífico recanto do Brasil-meridional.

Discurso do dr. Jorge Felizardo ao ingressar no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Meus senhores.

Quiseram os ilustrados membros dêste benemérito Instituto, que me tornasse eu um dos seus pares, defensores de seus nobres postulados e também seu representante no cenário social rio-grandense.

Recebi a comunicação oficial da eleição de meu nome para o quadro dos sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, como um convite para dar uma interpretação mais homogênea e uma colaboração mais estreita às manifestações do espírito do nosso povo, afim de proporcionar à nossa Pátria, uma história sentida e verdadeira, dentro do ciclo milenar das gerações.

No exercício continuado de uma cátedra de expressão profundamente biológica e sinceramente inclinado às lucubrações históricas, não me poderia passar despercebida, a necessidade de coligir o material indispensável, para a apreciação da história, através os fenômenos genéticos das linhagens.

As manifestações espirituais de um povo representam sempre o grau primitivo, estacionário ou evolutivo da sua civilização. O historiador só pode conceber a verdadeira história, quando estuda os fatos como manifestações da idéia. Daí ser a sociologia inerente à história, pois esta nada mais é, que o reflexo intenso da civilização.

Em idades pretéritas foram as lendas heróicas e as genealogias, os elementos constituintes da história nascente. E na evolução milenar dos povos, o espírito humano, sempre insatisfeito, sentiu a necessidade de esclarecer os feitos épicos e outros, desde as suas manifestações iniciais.

Para atingir, porém, ao âmago das causas, tem o historiador de aguçar seu espírito de analista, pois só assim poderá prover-se dos exatos conhecimentos de todos os fatos, base primordial para formar

o verdadeiro pensamento histórico, libertando-se ao mesmo tempo das tramas douradas e irreais da fantasia.

Todos os fatores que representam sensíveis manifestações de vitalidade evolutiva, como as guerras de conquista, as instituições governamentais, as artes, a literatura, a atuação das linhagens, etc., são lúidas expressões da civilização de um povo e cada ramo está a exigir consciencioso estudo, para que a história possa expressar o relato geral de memoráveis acontecimentos.

Eis a genealogia, ciência intensamente biológica, como um ramo indispensável de colaboração à história.

E' realmente tarefa difícilima a elaboração da história, sem o conhecimento das linhagens, através os diferentes ciclos. Como um subsídio indispensável para a consecução desta grande finalidade, impõem-se as investigações genealógicas, daqueles que escreveram com seus feitos heróicos, com seu trabalho e com sua cultura, em tempos idos, a verdadeira história de uma nação.

Os falsos preconceitos de que os estudos relativos aos ancestrais eram apanágio exclusivo das casas reais e das famílias nobres, possuidoras de brasões heráldicos, já estão, felizmente, de todo banidos pois a genealogia, como ciência, não se restringe à reconstituição de árvores nobiliárquicas. Ela amplia a sua ação, esclarecendo a linhagem de cada família, por modesta que seja, trazendo à luz a contribuição pessoal de cada um daqueles que coadjuvaram no engrandecimento de sua pátria.

Em nossos dias, nos países de elevada cultura social, as investigações genealógicas constituem uma secção importante das ciências históricas. São estas investigações que revigoram o culto da família, no seu sentido histórico, ligando o presente ao passado, pela herança de sangue e de tradições, que o respeito e a veneração recolheram, num místico silêncio. E' este mesmo sentido histórico que afasta o falso preconceito de que a posse de um apelido notável, ou a descendência de uma família ilustre, sejam motivos de insólita vaidade, tendentes a despertar indesejáveis aspirações de classe.

No culto da família mantém-se o patrimônio intelectual e moral que enobreceu as gerações passadas, exaltando as virtudes que se continuam nos descendentes, "fortalecendo a herança sentimental das gerações".

O estudo dos nossos pró-homens, na maioria das vezes feito isoladamente, não se explica e não pode perdurar, porque a célula social é a família e não a individualidade. E' necessário que a biografia, estudando o homem dentro do marco moral de uma época, se associe á genealogia, que, pelo ciclo das gerações, o enlaça com a sua linhagem.

O homem, como todo ser organizado, tem sua origem em uma minúscula célula orgânica, proveniente de conjugação anterior, que armazena, em estado latente, todo o patrimônio hereditário de uma

individualidade em formação. Ao se desdobrar esta célula, que encerra em potencialidade os caracteres somáticos e psíquicos do novo ser, manifesta, em alto grau, a interação dos seus geradores.

Na órbita evolutiva de sua vida, sobressaem a hereditariedade e o meio, como fatores interdependentes, de marcada influência biológica. A primeira é o penhor de uma individualidade específica, revelando-lhes, o segundo, a personalidade inata. Pela hereditariedade é conservado e transmitido o patrimônio acumulado pelos antepassados, sendo os caracteres e as tendências inerentes à individualidade revelados pela influência do meio.

Manifestam-se, portanto, a hereditariedade e o meio, como verdadeiros fatores positivos-incisivos e interdependentes que, biologicamente, estabilizam a vida do homem, através o tempo e o espaço. Nesta codeterminação biológica, enquanto um cria, o outro revela, não havendo prevalência das influências paracínéticas do meio físico, sobre as idiocinéticas fundamentais.

Peters faz notar a impossibilidade de separar perfeitamente ambas as condições, no que é corroborado por Gruhle, que, pelas suas investigações, concluiu ser o influxo da disposição hereditária, maior que a do meio ambiente.

E' bem de ver-se que, na formação da personalidade humana, ocupam lugar de destaque, as influências hereditárias, sendo possível compreender-se, então, esta genética, como a fisiologia da descendência.

Foi Gregório Mendel, o abade agostiniano de Brün, na Morávia, Austria, considerado o fundador da genética, quem fez as primeiras experiências sobre hereditariedade. As leis fundamentais, chamadas mendelianas, lastrearam-se em experimentações no reino vegetal, mais tarde aplicadas aos representantes do reino animal.

A implantação da genética, porém, como um vigoroso ramo das ciências biológicas, deve-se principalmente a Tschermack, Correns e de Vries, que, em princípios do século atual, desentranharam dos arquivos a valiosa descoberta de Mendel e dela tornaram-se defensores conciosos e argutos, impondo-a nos meios científicos, como "um novo mundo biológico".

Mais tarde todos os conhecimentos relativos à genética foram notavelmente ampliados, pela célebre escola norte-americana de Thomas Hunt Morgan, detentor, em 1933, do Prêmio Nobel.

Servindo-se para suas experiências de uma pequena mosca a *Drosophila Melanogaster*, conseguiu Morgan fazer descobertas científicas, com detalhes de tal modo inauditos, que lhe valeram o cognome de pai da genética moderna.

Dentro do mundo biológico o homem, o mais elevado representante dos seres viventes da natureza, está, como os demais, sujeito às leis da genética, que se prendem às modificações dos organismos, através as gerações sucessivas, asseverando Kehl constituir rematado erro,

supor-se que as leis da hereditariedade a êle não se apliquem, como se êste possuísse uma biologia própria.

No Rio Grande do Sul, os tipos étnicos que aquí se encontraram na época da sua formação política, foram o português, o índio e o crioulo, filho e neto de português, oriundo principalmente da Laguna e S. Paulo. Com a imigração açoriana aumentaram consideravelmente os elementos do primeiro grupo, espécimes socialmente definidos de uma raça.

O desenvolvimento econômico das estâncias induziu a introdução do elemento negro e mais tarde, em princípios do século XIX, as aluviões imigratórias, representadas por um grande número de raças, em correntes sucessivas, vieram trazer a contribuição biológica dessas massas estrangeiras, de idiomas exóticos, que aquí se radicaram, fazendo do nosso país sua pátria de adoção.

O que atualmente se designa, porém, como uma raça humana, nada mais é que uma mistura heterogênea de indivíduos, que, pela geração, favorecem novas modalidades e combinações. Eis porque, entre milhões de seres considerados de uma mesma raça, já não é possível encontrar-se dois, que sejam hereditariamente idênticos.

A importância da análise dos fatores hereditários no homem, não está em certificar-se a exatidão das leis mendelianas, sendo porém, de grande valor, tanto para a medicina e antropologia, como para a sociologia e eugenia.

Problemas importantes, como o da prosperidade e decadência de certos povos, modificações que sofrem as raças e outros, podem ser atualmente examinados por um prisma inteiramente novo, de acôrdo com os princípios da genética moderna. A origem de certas doenças e taras físicas ou psíquicas, inclinações características, etc., são de interêsse, em seus mínimos detalhes, tanto ao médico como ao juiz ou ao educacionista.

Para a medicina reside principalmente, na neurologia, a necessidade imperiosa de um perfeito conhecimento da ascendência genealógica. A consciência científica do clínico leva-o muitas vezes a procurar as causas de determinados fenômenos patológicos, na ancestralidade de seu cliente. Neste particular as observações de Goddard encontraram um ritmo apreciável das leis de Mendel, para a herança da debilidade do espírito, ao passo que Rosanoff, pesquisando sobre as disposições neuropatológicas, constatou uma variabilidade hereditária, em relação às mesmas leis.

O jesuíta José Fröbes, no seu monumental "Tratado de Psicologia Experimental", citando Bumke, diz não estar demonstrado que as perturbações nervosas e as enfermidades psíquicas, sofram uma degeneração progressiva, que venha a aniquilar a geração. A simples herança nunca conduz à extensão da enfermidade, pois esta só encon-

tra probabilidades, quando se unem duas disposições da mesma direção, como no caso de parentes próximos, de famílias enfêrmas.

As investigações da progênie têm contribuído, também, para a evolução da ciência penal, pois é muitas vezes ponderável a responsabilidade atávica ou hereditária, na justificação de uma falta que se deve julgar.

Os estudos e observações de Rath, em relação à herança da criminalidade, parecem provar certa regularidade das leis mendelianas, quando se considera a disposição normal, como dominante.

Consistindo o atavismo no salto de um membro na herança, êle exige, apenas, que possam ficar sem efeito, as disposições imediatamente herdadas.

No sentido da hereditariedade, não se pode utilizar, porém, para o homem, os mesmos métodos de pesquisa adotados para os animais e vegetais. O respeito que devemos ao ser que representa a suprema obra de Deus, afasta imediatamente os absurdos de um eugenismo que prescindia da dignidade humana e aceitando todos os argumentos baseados em razões de ética social, de convicções religiosas e outros, resta o método genealógico, como base para os estudos hereditários.

A consanguinidade, ligando um número relativamente grande de indivíduos, permite ao genealogista a tomada de dados que, reunidos em forma conveniente, podem servir para o estudo analítico de caracteres hereditários importantes, revelando, ao mesmo tempo, o valor de cada um dos antepassados, pela transmissão de aptidões intelectuais, particularidades de temperamento, traços físicos, etc.

Os quadros genealógicos não devem, portanto, ser constituídos unicamente de nomes e de datas. A simples descrição de ascendentes e descendentes torna as árvores genealógicas inexpressivas, áridas e vãs. A genealogia moderna, aperfeiçoando seus métodos de pesquisa histórica, ilustra-os com informações detalhadas sobre os fatos principais de cada pessoa, sua carreira, hábitos, traços físicos, atributos intelectuais e outros.

A tradição, dentro de cada família, dando calor vitalizante às raízes submersas no passado longínquo, que buscam em velhos documentos piedosamente recolhidos aos arquivos patriarcais, a seiva nutritiva da história, vai revigorar os ramos que se estendem, ampliando a copa imensa, onde a floração dos grandes feitos esmalta a dignificante ação dos antepassados, que, com seu heroísmo, seu trabalho, suas virtudes e sacrifícios, fundaram e preservaram a Pátria.

Nos povos primitivos a tradição oral, ao lado das relações pessoais, constituía, muitas vezes, a única fonte de uma consciência familiar.

Com o progresso cultural da humanidade, tornaram-se cada vez mais importantes as tradições escritas, embora raras e quase sempre falhas.

Quando, porém, alguns dos antepassados ocuparam cargos de destaque em posições oficiais, mais fácil se torna a recapitulação exata do histórico familiar, pelos assentamentos atinentes às suas atividades que vieram ilustrar as anotações civis e eclesiásticas.

Essas investigações de caráter social, dão aos estudos genealógicos um novo aspecto e uma nova apreciação. Eles traçam o caminho do bom senso, fazendo sentir o império das gerações passadas, de onde derivam as linhagens, que se desdobram em unidade de fé, de história, de interesse e de aspirações.

A noção de família, constituída de três gerações apenas ou seja de filhos, pais e avós, torna-se demasiado estreita, para o estudo dos problemas de hereditariedade, sendo necessário também, tomar em considerações, os irmãos dos pais e avós, com seus filhos e netos.

As primitivas anotações genealógicas cingiam-se apenas às séries masculinas, desprezando, por completo, as femininas ou estas só eram citadas, quando tinham o nome da família em aprêço, sem que, entretanto, se anotasse a sua descendência. Do ponto de vista biológico, porém, os representantes femininos de uma família têm a mesma importância que os masculinos.

A atual orientação genealógica mundial, está mais consentânea com os fins científicos que se visa, porquanto se procura registrar, em cada linhagem, a totalidade dos descendentes, inclusive os mortos prematuros. Ela exige ainda que os maridos e mulheres ligados pelo matrimônio à família em estudo, tenham suas ascendências desdobradas e anotadas.

Embora o quadro genealógico não ofereça muitas vezes uma visão integral, para a apreciação dos fenômenos hereditários, é possível evidenciar-se a presença de caracteres, com uma determinada modalidade genética, da sua transmissão através as gerações.

Nos seres orgânicos que servem aos estudos hereditários, quase sempre é possível observar-se o desdobramento regular dos elementos germinativos. As gerações descendentes de uma linhagem, porém, pela morte prematura de uns e pela fertilidade diversa que cada casal apresenta, traz uma irregularidade matemática, que perturba a apreciação científica, dos quadros genealógicos.

Uma árvore de costado, ou seja um quadro genealógico de ascendentes, é biologicamente de muita importância, pela sua estrutura regular, formada por todos os ascendentes masculinos e femininos, num grau tão elevado quanto seja possível fazer a averiguação de cada caso. Ela apresenta sempre uma figura matemática perfeitamente regular, em que se constata $2^1 = 2$ pais, $2^2 = 4$ avós, $2^3 = 8$ bisavós e assim por diante, até uma geração x , determinada pela presença de 2^x elementos, metade masculinos e metade femininos.

A apreciação biológica dos quadros ascendentes, permite muitas vezes conclusões genealógicas importantes, desvendando, não rara-

mente, a origem de dotes intelectuais ou físicos, de anomalias patológicas, etc.

Forst de Battaglia, no "Renascimento da Genealogia", aborda importantes problemas concernentes à herança e, com muita propriedade, chama de "implexo dos antepassados", ao quadro de ascendência, que formam os costados, deduzindo a importância que até hoje conserva a endogamia.

O complexo total das relações consanguíneas, porém, exige o trabalho metódico de um quadro genealógico, formado por uma ascendência de, no mínimo, três gerações, da qual se regista toda a descendência.

O estudo genealógico de um grande número de famílias de todas as camadas sociais, importa na obtenção de um material de transcendental importância histórica.

Inicialmente, e de preferência, estudar-se-ão os caracteres de aparência manifesta, como certos atributos morfológicos, doenças e taras hereditárias. As observações deverão ser conduzidas na verificação da permanência desses atributos, nos indivíduos da mesma família, se aumenta a sua intensidade ou se desaparecem no fim de algum tempo, finalmente, se ligados ou limitados a um dos dois sexos. Particularmente interessante será a constatação de ser transmitidos aos descendentes, determinados atributos, por indivíduos que não os possuem.

E quando as pesquisas permitirem observações mais alevantadas, passar-se-ão aos caracteres psíquicos ou psico-fisiológicos, que possam ser hereditários, conduzindo as deduções para o vasto campo da psicologia experimental.

Neste sentido admite-se, de um modo geral, que as propriedades psíquicas, em relação às leis mendelianas, apresentam uma hereditariedade variável. Parte do que preexiste, já no nascimento, vai incluído, por sua vez, na diversidade inata dos sexos, parte vem da família, deles prescindindo.

Acêrca da herança psíquica, as investigações mais importantes foram feitas por Galton, Ribot, Peters, Pearson, Heymans, Wiersma, Gruhle, Thorndik e outros.

Galton fez investigações sobre a hereditariedade dos talentos naturais, que tem de comum a originalidade de concepção, o espírito da empresa, a habilidade, o talento literário.

Ribot pesquisou a herança da imaginação, nas famílias de artistas e do entendimento, nas famílias de sábios.

Heymans e Wiersma dirigiram o sentido de suas pesquisas hereditárias, sobre o movimento e as obras, os sentimentos, a função secundária, a inteligência, as inclinações, etc., escolhendo propriedades que compreendem, no possível, todos os campos da vida psíquica.

Peters fez suas pesquisas para apreciar a hereditariedade do talento, comparando os trabalhos escolares dos filhos com os dos pais,

servindo-se dos certificados de terminação de curso. Constatou êle que outras circunstâncias, como sejam, rapidez de compreensão, aplicação, interêsse, qualidades sentimentais e de caráter, podem influir na sua apreciação.

Pearson, por seus estudos e observações, concluiu que, de um modo geral, as qualidades psíquicas e somáticas se herdaram com a mesma intensidade.

Os resultados obtidos com as experiências dos cientistas que se preocuparam em investigar a herança psíquica, parecem ficar satisfatoriamente confirmados, pelas magnitudes bastantes fixas, dos coeficientes de correlação.

Eis, em largos traços, os diferentes aspectos da genealogia, no mais amplo sentido de colaboração à história. Repousa principalmente nas observações biológicas e seus aspectos biométricos, a expressão da herança perpetuada pelas gerações que se sucedem, de incontestável interêsse para a história de uma nação.

No Rio Grande do Sul, as mais antigas referências que pude encontrar sobre estudos genealógicos, datam de 1892, quando o dr. Graciano Alves de Azambuja, em seu precioso Anuário, publicado durante 30 anos, faz referências a trabalhos encetados, traçando rapidamente, em duas gerações, a descendência de um dos primitivos povoadores do Continente d'El-Rei.

Estribava-se êle em um documento de família, cópia de um outro forçosamente aqui escrito, antes de 1800, como nos foi dado constatar, pela computação de datas.

E' sintomático esclarecer-se não se tratar de uma linhagem nobiliárquica, embora nas gerações subseqüentes, varões ilustres, dela oriundos, entrassem para o rol dos titulares do Império, como um galardão que mais realçasse a nobreza que não lhes foi conferida, mas que de seus antepassados herdaram.

A genealogia é, de todos os componentes da história, o que mais nos aproxima dos homens do passado, fazendo-nos melhor conhecê-los e nos ensinando a venerar os formadores da sociedade inicial, vindos de outras terras e que aqui deram começo à obra secular da formação da nacionalidade.

Discurso pronunciado pelo general Leitão de Carvalho ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Senhor presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Ilustres confrades.

A espontaneidade com que os doutos membros desta casa decidiram incluir-me no quadro de seus socios efetivos só permitiria uma attitude — a de aceitar a distinção, honrando e respeitando a vossa escolha.

Ao empossar-me da cadeira que essa generosidade me conferiu, orgulho-me e me desvanço de ser um dos vossos, juntando a êsse desvanecimento e a êsse orgulho, o inefável prazer do convívio de espíritos de escol — cultos, pacientes, esclarecidos e perseverantes investigadores do passado glorioso do Rio Grande do Sul. Dádiva régia para quem nunca sacrificou às atribulações de uma vida agitada, absorvente e trabalhosa, os prazeres do estudo e da meditação.

Vou, assim, ombrear, nesta casa — onde não têm faltado homens de farda — com eminentes historiadores e geógrafos, aos quais se deve a reconstituição histórica da ocupação, da defesa e da civilização do continente de São Pedro e que tanto lustre dão ao nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

E nenhuma outra região do Brasil oferece maior atrativo ao estudo de sua formação social e política, tão grande variedade de cenários no processo de sua evolução, nem confirma tão bem a témpera pugnaz e civilizadora da brava gente que fundou e conservou na América o império brasileiro.

Porque, Senhores, se, como disse o mais brilhante dos nossos historiadores contemporâneos: O Brasil não foi um legado de boa e farta herança, mas uma conquista, a luta permanente e bravia, a vitória progressiva do homem forte; em nenhuma parte do vasto território fecundado para a civilização pelo sangue português, foi mais tenaz a luta nem mais característico o triunfo do homem forte sôbre

a terra selvagem e ambição competidora dos colonizadores hespanhóis do que nas belas campinas do Rio Grande do Sul, que nos ufanamos de possuir, adjudicadas ao patrimônio eterno do Brasil pelo valor de nossos antepassados, cujos feitos memoráveis estudamos, para neles haurir lições a transmitir às gerações que surgem, como exemplos paradigmas a seguir.

Nessa luta, em que se empenharam as metrópoles ibéricas e seus mandatários no Novo Mundo, tratava-se de revestir os atos da conquista com as formas do direito, outorgado e definido, para as duas nações católicas, por bulas do Papa e ajustes complementares ou esclarecedores. Mas, por ignorância ou má fé, talvez por ambas, nunca se tentou averiguar ao certo o que a cada coroa cabia nessa repartição arbitrária das terras do ocidente, descobertas e por descobrir, de tal forma que, na efetuação da conquista, obravam os colonizadores ora com a segurança de quem pisa em terra própria, ora com as vacilações de quem entra em alheia, receosos de ter cedido ao competidor onde não deviam, ou jubilosos de o ter logrado.

Corrigidas as bulas de Alexandre VI, nos entendimentos de Medina do Campo, de que saiu o tratado de Tordesilhas, deslocando para oeste o limite entre as descobertas das duas potências, que passou a ser não mais a 100 léguas, mas a 370, a contar do arquipélago de Cabo Verde, pareceria curial que tentassem os interessados verificar por onde passaria o meridiano de separação de suas conquistas: se cairia sobre as águas do oceano ou sobre as terras virgens da América selvagem.

Muitas dificuldades se oporiam, de certo, no começo ao reconhecimento da situação, mesmo aproximada, do linde imaginário, não só devido à precariedade dos instrumentos astronômicos da época e ao incompleto conhecimento da forma do globo terrestre, mas também às imprecisões da convenção firmada pelos dois monarcas, pois nela não se especificava a ilha do arquipélago origem da contagem de 370 léguas e nem se definia a extensão destas, sabido que as havia, na época, de variads dimensões, desde, $14 \frac{1}{6}$ até $21 \frac{7}{8}$ por grau de equador.

As inconveniências da imprecisão do tratado apareceram com a penetração, em sentidos opostos, das expedições colonizadoras: portugueses do levante para o poente, espanhóis do ocidente para o oriente; agravaram-se à medida que as duas correntes conquistadoras se defrontaram; mas foi com a ocupação dos pontos da costa oriental, na região meridional do continente, que se revelou todo o seu perigoso alcance, suscitando dúvidas, criando erradas convicções, gerando desavenças duradouras, causas de lutas sangrentas, que se prolongaram até o começo do século passado, separando os povos da América depois de sua emancipação.

Quando Portugal, em janeiro de 1680, quase dois séculos depois

do descobrimento e mais de século e meio após o início da colonização sistemática das terras do Brasil, plantou na margem norte do rio da Prata o marco de seu domínio, fundando a Colônia do Sacramento, tudo nò-lo confirma, procedeu, não só por impulsos de ambição conquistadora, mas convicto de seu direito às terras ocupadas.

A faixa que se prolongava pela costa, de Laguna até o estuário do Prata, jazia em completo abandono. Baixa e arenosa, sem por to nem abrigos para a navegação, era uma cortina protetora que escondia, a ambição dos conquistadores a louçania e a iberdade das campinas do interior, onde o selvagem bravo dominava impávido, resistindo aos espanhóis nas suas tentativas de fixação na orla sul, mas cedendo ao doce chamado do Evangelho, através da palavra compassiva dos jesuitas, estabelecidos nas reduções da margem oriental do Uruguai.

Mas, a quem pertenciam essas terras, em face da repartição feita por Alexandre VI, corrigidas nas negociações de Medina do Campo?

Quando essas negociações chegaram a tórmo, nenhuma das duas nações ibéricas previa a existência de um continente interceptando o caminho das Índias, na direção de oeste.

As Índias Ocidentais, não seriam senão ilhas, maiores ou menores, cuja incorporação às coroas de Portugal ou de Espanha o Meridiano do acórdo decidiria.

A presença, porém, de terra contínua, atraz da qual Balbôa descobrira outro oceano, impulsionou os conquistadores a devassar o continente, os espanhóis pelas regiões voltadas para o Pacífico, os portugueses, segundo o litoral atlântico, estendendo estes desde cedo o seu domínio por tòda a parte alta da costa, em direção ao sul, num tácito acórdo das duas correntes, sôbre as zonas em que, de direito, lhes cabia empreender a conquista.

E se as primitivas capitánias hereditárias, doadas por D. João III a seus vassalos, não ultrapassaram o paralelo da Laguna, visto como a mais austral, a de Pero Lopes de Souza, terminava a 28º 1/3, não foi porque o monarca português considerasse espanholas as terras mais ao sul, pois na carta por êle escrita a Martim Afonso de Souza, em 1532, lhe revelava a intenção de dividir tòda a costa, desde Pernambuco até o Prata, em capitánias de cincoenta léguas, propósito levado a efeito por seus sucessores, com a cocessão das terras de Gil de Góes, transferidas, em 1764, ao visconde de Asseca e ao seu irmão João Correia de Sá, aumentadas de mais trinta léguas, até o rio da Prata.

E' certo que, ao mesmo tempo que o monarca português, na repartição da costa em capitánias, levava o limite sul das terras distribuídas até 28º 1/3, ordens vinham de Espanha, recomendando aos seus a fundação de fortaleza em São Francisco, cêrca de 2º mais para

o norte; e que Diego de Centeno, nomeado governador do rio da Praça, teve sua jurisdição estendida até 23° 33', limite sul de São Paulo com o Rio de Janeiro.

A linha de separação das terras americanas pertencentes às duas nações conquistadoras esteve sempre indefinida. Com a volta de Sebastião Del Cano à Espanha, completando a primeira viagem de circunavegação do planeta, depois de passar pelas Molucas, por tugueses e espanhóis, excitados com a possibilidade de caírem em mãos do conquistador as ilhas da especiaria, móvel principal de seus empreendimentos no mar, reuniram seus delegados em Vitória e Badajós, afim de verificarem dentro de que linha estavam, a qual dos dois reinos peninsulares pertenciam, nada acordando a respeito. A decisão tomada anos depois em Saragoça, diz Capistrano de Abreu, deixou intacta a questão americana.

A imprecisão avança com o tempo.

Na sua "Crônica da Companhia de Jesús do Estado do Brasil", o Padre Simão de Vasconcelos, em 1663, discorre sobre a repartição das terras da América, entre portugueses e espanhóis, por meridianos variados, desde o que, mais a este, dava para o reino de Portugal apenas 24° de comprimento, passando por dois outros que lhe conferiam, respectivamente 35° e 45°, até o mais a oeste, que lhe concedia 55°, "deixando outras opiniões de menos conta".

"A primeira opinião de 24° é escassa, diz êle, nem tem fundamento algum, convence-se com a experiência, posse e vista de cartas geográficas. A última, que dá cincoenta e cinco graus, é de compasso mais liberal, não parece tão ajustada aos princípios referidos."

"As duas entremeias, continua o cronista da Companhia de Jesús, de trinta e cinco a quarenta e cinco graus me parecem ambas verdadeiras, bem entendidas; porque a que dá trinta e cinco graus fala pelo que o Brasil está de posse por costa e a que dá quarenta e cinco fala pelo que lhe convém, em virtude da linha que corre o sertão; e são ambas verdadeiras".

Quando a coroa portuguesa tomou a resolução de fundar sua feitoria na parte norte do rio da Prata, era senhora de todo o litoral, desde a embocadura desse rio, em cuja descoberta seus navegadores antecederam a Diaz de Solis, até o Amazonas, não havendo, em toda a imensa extensão, cousa alguma dos castelhanos. Passando por sobre a costa baixa do Rio Grande, compreendida nas duas capitanias doadas em 1674, foi a corte de Lisboa direito às terras margiais do grande rio, que todos os autores portugueses consideravam como o limite austral do Brasil. Manifestava ela, por essa forma, a convicção de que dispunha no que era seu.

A empresa confiada a D. Manoel Lobo, de tão grande repercussão sobre povoamento do território riograndense, não recebeu protestos do reino de Espanha, nem na sua fundação, nem depois, por

ocasião das sucessivas restituições à coroa portuguesa, tôdas as vezes que caiu nas mãos dos governadores do Prata.

Assaltado e destruindo o forte lusitano, logo que foi descoberto, reconstruíram-no os castelhanos, por exigência do príncipe D. Pedro, regente de Portugal, restituindo-o em 1683, com o reconhecimento de que era português todo o território em que ficava. Novamente atacado em 1704, é entregue aos portugueses em 1717.

Obrigados a aceitar a Colônia do Sacramento, conformando-se com a presença dos portugueses no Prata, trataram os espanhóis de retirar-lhe as condições de desenvolvimento, restringindo-lhe o território, que o tratado mandava entregar, ao espaço alcançado por um tiro de canhão e dessa interpretação não se afastaram. São conhecidas as vicissitudes porque passou o posto avançado dos domínios portugueses no rio da Prata, cercado de exígua área de campo, hostilizado pelos índios e espanhóis, impossibilitada sua pequena guarnição de impedir que estes se firmassem na orla marítima da região. Atacado, destruído, retomado, objeto de permuta com outros territórios, resistindo, porém, até 1777, como afirmação viva da tenacidade com que a coroa lusitana defendia a legítima pretensão de levar suas possessões da América até onde se julgava com direito ao território.

E se essa aspiração malogrou, nem por isso deixou a Colônia do Sacramento de representar papel decisivo na formação do Rio Grande do Sul, como ímã que atraiu, para a zona meridional desconhecida, oculta pelos areais das praias e por montanhas e florestas ostís, a atividade dos desbravadores do centro, que imprimiram para sempre à raça nova as linhas fortes e a doçura afetiva do caráter português.

Buscando a ligação por terra entre a atalaia meridional e os núcleos avançados da costa e os centros mais remotos do planalto, traçaram-se aqueles caminhos intermináveis, seguindo a costa, transpondo caudais, saltando estreitos, escalonados de currais para descanso do gado e postos efêmeros precursores da estância, em que desabrocharia a vida laboriosa e pacífica dos primeiros povoadores na sua marcha civilizadora para o sul.

Vai-se, por essa forma, ocupando o território em torno de Viamão e das campinas de oeste e do sul; surge uma sociedade esparsa de criadores e agricultores, que levam suas estâncias cada vez mais longe, num esforço tenaz e corajoso, que não esmorece ante o isolamento, as privações e os perigos, prendendo-se o homem à terra pelos fortes laços do trabalho.

É a era feliz das primeiras décadas da vida pacífica do continente de São Pedro, em breve ameaçada de destruição pelas invasões castelhanas do sul, que despertam o instinto de conservação das populações rurais, ainda sem a conexão da vida urbana, trans-

formando a mansuetude dos habitantes no ardor belicoso que veremos encher, durante um século, de feitos memoráveis, em defesa de seus lares, de suas propriedades, do domínio lusitano na América, o território do Rio Grande — campo de batalha das duas raças conquistadoras, ocupado, defendido e civilizado por portugueses e brasileiros.

O assalto à Colônia do Sacramento, dirigido em outubro de 1735, por D. Miguel Salcedo, governador de Buenos Aires, com o propósito de repelir os portugueses para o norte e levar o domínio espanhol até onde lhe permitisse a força, foi a centelha dessa transformação da vida patriarcal em vida guerreira, de consequências decisivas para a incorporação definitiva do território ao Brasil.

A despeito dos altos propósitos conciliadores do tratado de Madrid de 1750, em que os dois reinos ibéricos se puzeram de acôrdo sôbre os limites de suas possessões na América, compensando a coroa de Espanha, com terras das Missões da margem oriental do Uruguai, cedidas a Portugal, a posse da Colônia do Sacramento, não desceu sôbre o continente de São Pedro a paz propícia aos labores da civilização, malogrando a demarcação da raia divisória e a ocupação das reduções jesuíticas.

La surgir para o Rio Grande a fase heróica de sua existência, em que se temperou a alma guerreira do gaúcho, seu caráter altivo, sua coragem indômita, permitindo-lhe levar a térmo a ocupação das terras que, desde D. João III, a coroa portuguesa considerava suas e o labor pacífico de várias gerações arrancara ao abandono e à barbárie, cobrindo-as de estâncias que assinalavam a posse luso-brasileira.

O avanço dos espanhóis do Prata sôbre a capitania de São Pedro, com o fim de restabelecer os limites nunca definidos, do tratado de Tordesilhas, único que o governador de Buenos Aires, D. Pedro de Ceballos, reconhecia em vigor, mesmo depois da paz de Paris, de 11 de fevereiro de 1763, que reconhecia o valor dos tratados posteriores àquele e anteriores ao de 1750, fez recuar a fronteira para o norte, até o Jacuí, reduzindo a área ocupada, desde muito, com sacrifício de vidas e bens.

Essa tentativa frustrada, de levar o domínio espanhol até Santa Catarina, posta em prática por Ceballos, em comêço do referido ano de 1763, e prosseguida dez anos depois por Vertiz y Salcedo, um de seus sucessores na governação de Buenos Aires, se valeu aos castelhanos a destruição da guarda fronteiriça, mantida pelos portugueses no litoral, abrindo no interior as portas à invasão do cobijado território, nem por isso lhes permitiu fixarem-se, como pretendiam, no continente de São Pedro.

Falhou a investida de Vertiz y Salcedo, em 1773, pela linha sêca que une as nascentes do rio Negro ao Jacuí, para trazer

sua intimação teatral aos defensores de rio Pardo, secundando, com igual jactância e menor valor, a empresa intentada por Ceballos de restabelecer o que nunca fôra definido.

Nos treze anos que durou a ocupação espanhola, pouco ficou do território em mãos dos luso-brasileiros, que o tiveram de guardar com escassos meios e fraco apôio da metrópole. O domínio português, nessa época, limitou-se à área ao norte do Guaíba e do Jacuí, do Viamão ao Rio Pardo, estendendo-se pela Lagoa dos Patos, para o sul, até a linha da barra, convencionada com o linde provisório pelos combatentes, quando da suspensão das hostilidades, em consequência do restabelecimento da paz entre as coroas ibéricas, firmada em Paris, em fevereiro de 1763.

Dão idéia dos meios militares da Capitania de São Pedro, nos primeiros anos da ocupação espanhola, os efetivos de que dispunha Pereira Pinto, para defender a fronteira, desde os passos de cima do Jacuí até Itapoan, ou cerca de 50 léguas, efetivos que não alcançavam 300 homens, metade dos quais constituída de Aventureiros Paulistas.

A pesar de mandar o tratado de Paris fossem restituídas aos portugueses suas colônias na América, no mesmo pé em que estavam e na conformidade dos tratados precedentes, os espanhóis, embora entregando a Colônia do Sacramento, guardaram para si o território do Rio Grande, dando causa às demoradas negociações da diplomacia portuguesa com a corte de Madrid e seus delegados do Prata, gerando-se, assim, uma situação de incerteza, durante a qual os vice-reis do Brasil recomendavam mais prudência que bravura aos seus representantes na Capitania cercada pelo invasor.

Compreenderam, por fim, os portugueses que só a força constituiria argumento capaz de convencer os espanhóis a deixarem o território invadido, e começaram a enviar ao Rio Grande tropas suficientes com que empreender a reação, colocando-lhes à frente chefes competentes e experimentados.

Travou-se a luta pela libertação definitiva do território em que se ergueria, depois, o Rio Grande do Sul, cujas fronteiras oscilantes, deslocadas através de imensas extensões, por força das armas e dos tratados de limites, sucessivamente firmados e anulados — haviam de fixar-se afinal naquele traçado equitativo do tratado de Madrid, que faz honra à clarividência política dos negociadores das duas metrópoles ibéricas.

O impulso decisivo estava dado.

Nem as tergiversações da diplomacia, nem os ataques dos espanhóis do Prata, nem a resistência dos jesuitas das Missões, nem o cerceamento do tratado de Santo Ildefonso conteriam mais o ímpeto dos portugueses e brasileiros, resolvidos a incorporar ao Brasil

as terras de entre o rio Uruguai e o Atlântico, levando a fronteira sul aos lindes do tratado de Madrid.

Os povoadores do Continente de São Pedro, saídos de suas estâncias para a luta contra o invasor, fizeram, então, o seu noviciado de armas, batendo-se ao lado das tropas de linha do famoso Exército do Sul e das Companhias de Aventureiros Paulistas, armando-se cavaleiros, para feitos memoráveis, que haviam de ilustrar a terra riograndense, durante quase um século de guerras futuras.

A vida aventureira, das partidas volantes e dos postos de fronteira, enrijou a ténpera dos combatentes, oriundos de todo o país, ou saídos daqueles troncos primitivos, fundadores das estâncias, e tornou-se uma escola de chefes, que encheriam, com seus feitos, as páginas da nossa história militar, nas lutas fora das fronteiras.

Desde o bravo Rafael Pinto Bandeira, o herói dos recontros decisivos contra os castelhanos, forma-se no Rio Grande de São Pedro uma galeria de varões ilustres nas atividades da paz e da guerra.

Com a expansão do território, conquistado e mantido pelas armas, desenvolveu-se, nos povoados do Continente, a consciência do próprio valor, cristalizada em seguida numa mentalidade de destemor e patriotismo, predicaados cultivados nos labores pacíficos das estâncias, para onde se retiravam os guerreiros depois das refregas fronteiriças ou das campanhas no estrangeiro, prontos a retomar o cavalo e a lança, para a defesa do solo pátrio, ao primeiro soar do clarin anunciador da presença do inimigo.

Apar dêsse ardor combativo e do desprendimento com que a aristocracia rural riograndense e sua clientela trocavam as atividades pacíficas e a tranquilidade doméstica pelos embates rudes da guerra — e como complemento dessas qualidades — marcou, desde cedo, o caráter do gaúcho uma particular sensibilidade cívica a tudo quanto era, ou parecia ser o desconhecimento de seus assinalados serviços de conquistador e de guarda vigilante do extremo sul do país.

Muitas de suas atitudes varonís, incompreendidas pelas autoridades centrais, talvez tenham origem na indiferença ou descaso por sua vida de epopéia: nada recompensa mais a abnegação do soldado que o reconhecimento de seu mérito.

O protesto armado dos Farrapos, cujo sentido brasileiro Souza Doca pôs em clara evidência, fundou-se, sem dúvida, no desintereße com que a regência olhou a obra de titãs realizada nos pampas, entregando a mãos fracas e à incompreensão de governadores alheios aos anseios das populações sulinas a direção da província, sem atender à sensibilidade cívica do caráter riograndense.

Outros movimentos regionais contra a orientação do centro terão tido, por certo, as mesmas causas, ampliadas pela vibração

cívica das populações, de senso político mais agudo com o progresso cultural realizado através dos tempos.

Passaram-se as lutas heróicas da conquista, que incorporou ao Brasil a sua província mais nova; serenaram os ânimos belicosos, postos a serviço da defesa do território; desabrochou, à luz meridiana dos trópicos, este padrão de civilização brasileira, não excedido pelas nações vizinhas e amigas, em que se transformaram os primitivos núcleos de conquistadores castelhanos que nos disputaram a posse do território.

E agora, desfrutando os benefícios da paz e da abundância, animados de profunda gratidão às gerações passadas, orgulhosos de seus feitos, pusemo-nos a estudar-lhes as ações, buscando as causas que as motivaram, medindo o alcance que tiveram, perscrutando os desígnios que escondiam, vivendo com aquelas gerações a epopéia da conquista, do povoamento e da civilização do Rio Grande, através do trabalho concienzoso dos historiadores e sociólogos, empenhados em ouvir os depoimentos dos atores do drama heróico, em compulsar os documentos dos arquivos, cotejando-os, interpretando-os, reconstituindo os acontecimentos e dêles tirando as lições com que orientaremos nossos passos no futuro.

A essa grande obra educativa é que se votou o benemérito INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, que me abre hoje as suas portas, honrando-me com um lugar entre seus sócios efetivos.

Possa eu corresponder à generosidade de meus doutos confrades.

Noticiário

CENTENÁRIO DE PRUDENTE DE MORAES

O povo brasileiro recorda na data de 4 de outubro de 1941 o centenário do nascimento de uma das suas mais belas figuras, Prudente de Moraes, o grande Presidente pacificador.

Falar dêsse Chefe de Estado equivale a recordar aqui, em rápidas frases, a sua singular personalidade e cuja carreira gloriosa constituiu uma das mais extraordinárias afirmações do que valem as forças morais, tanto nos indivíduos, como nas coletividades.

Outros, em nossa história, tiveram mais brilho, mais eloquência, mais popularidade — no sentido imediato desta palavra, — mas poucos, muito poucos lograram impor-se ao consenso dos seus concidadãos como uma expressão legítima e pura de desinteresse, abnegação à causa pública, patriotismo, inteireza moral, como foi Prudente de Moraes.

E' claro que, fazendo êsse rápido cotejo, nem menosprezamos a fi-

gura do grande Presidente, nem exaltamos outras com as quais porventura pudesse comparar-se. Para orgulho nosso, apresenta a nossa história homens que foram grandes no poder como grandes na adversidade, grandes pelos dotes intelectuais ou morais como grandes pelos feitos que realizaram. Assim, Feijó, Dom Pedro II, Caxias, Osório, os dois Rios-Brancos, o Visconde de Ouro Preto, para falarmos apenas de personalidades do regime monárquico, impuseram-se por um complexo singular de qualidades de espírito e de coração, de dinamismo e de compreensão, de generosidade e de altivez.

Para termos uma idéia da grandeza da personalidade de Prudente de Moraes, precisamos situá-la no seu tempo, estudar as condições da época, compará-la com outras figuras do meio, fazer uma crítica objetiva e consentânea com os propósitos de realmente aquilatar dos seus atributos morais e da obra que realizou.

A vida de Prudente de Moraes constitui, antes de mais nada, o

primado esplendente de altos dotes de coração aliados a um profundo conhecimento da cousa pública. Ela não se improvisou. A sua carreira política foi um belo esforço construtivo, peça a peça, sempre alargando o raio de ação, nela integrando um conhecimento que se apulentava de dia para dia, tanto das condições do país como dos homens que o serviam. Através de dificuldades facilmente compreensíveis para quem era republicano na Monarquia, Prudente de Moraes não só conseguiu fazer-se respeitado pelos seus correligionários, e pelos seus adversários políticos, como também se mostrou senhor de altos atributos morais que iriam revelar-se à plena luz durante a sua presidência atormentada por tantas dificuldades de ordem política e material, que, no entanto, soube vencer com exemplar galhardia.

Venceu-as, porque as molas íntimas da sua personalidade o transformaram num homem de ação. O amor aos princípios da democracia e da justiça, o zelo com que resguardou a suprema investidura que lhe fôra cometida pelos seus concidadãos, a elegância moral com que se houve em tantas e tão difíceis crises políticas, a bravura cívica que, numa hora perigosa, revelou à Nação galvanizaram a consciência brasileira e, mal comparando — se tomarmos em consideração a figura esguia, angulosa, monástica do nosso e a compararmos com a do grande presidente norte-americano — na vida de Prudente de Moraes houve muito traço

moral que nos recorda a de Lincoln.

De fato, muito embora se possa dizer que Prudente de Moraes não tivesse conseguido realizar integralmente o seu plano de recuperação econômica do país, há serviços que ninguém lhe poderá contestar, serviços de tão grande monta que só tendem a crescer à medida que fôr transcorrendo o tempo, e um desses serviços foi o da consolidação do poder civil da República.

Fez todos os sacrifícios para fazer triunfar a sua causa, sacrifícios de ordem privada e de ordem pública, que se refletiram na formação do seu belo retrato moral. Através da tormenta passou altivo e sereno, encarando as dificuldades friamente, atalhando resistências, desfazendo malevolências, disseminando princípios de boa razão, congraçando vontades, desarmando prevenções, — revelando-se, em suma, um grande estadista.

Fê-lo numa hora em que podia dizer-se que a República andava aos boléus da sorte. Floriano tivera o seu período governamental inteiramente dedicado à tarefa ingrata de combater os movimentos revolucionários. Mas pelo fato de ter de levar a cabo essa obra difícil, nada mais pôde fazer, de maneira que Prudente de Moraes — o primeiro Presidente civil — recebeu a casa brasileira em desordem financeira, recebeu a guerra civil deixando o seu rasto sangrento pelos pampas do Rio Grande, recebeu uma herança imponderá-

vel de decepções, amargores, recriminações e até mesmo ódios.

Prudente de Moraes fez face a tudo isso. Conseguiu fazer o rescaldo dos escombros fumegantes que a guerra civil deixara sobre os seus passos, congraçou a família brasileira, seneou a vida financeira, aliciou vontades, e realizou um programa de cordura, humanidade e democracia.

O seu quadriênio foi entrecortado de graves dificuldades, tão graves que se pensou que o paulista magro e anguloso mal pudesse cobri-las. Mas a sua grandeza moral, resultante de uma consciência inteira e inamalgável, realizou prodígios de tal ordem que a ordem civil se impôs, a guerra fratricida teve termo, e os horizontes turvos do país se desanuviaram, iniciando-se desde então uma época de trabalho fecundo que iria constituir os alicerces das presidências Campos Sales e Rodrigues Alves.

Se Prudente de Moraes transpôs os umbrais da Presidência num ambiente de prevenções e rancores mal sopitados, deixou-os, findo o seu governo, ante o espanto maravilhado e comovido, da gratidão do povo brasileiro que, sem poder articular palavras que traduzissem o júbilo que lhe ia n'alma, o sagrou definitivamente para a posteridade como um dos exemplares varões da sua grei. Esse juízo corre hoje como moeda de boa liga, tornando-se cada vez mais firme à medida que o tempo passa. Ele foi grande não por atributos oriundos da investidura que desempenhou, mas foi grande porque os seus dotes de comando, de espírito

e de coração o transformaram numa figura de excepcional valor.

Prudente de Moraes (Prudente José de Moraes e Barros), filho de José Marcelino de Barros e de D. Catarina Maria de Barros, nasceu em 4 de Outubro de 1841 na cidade de Itú, Província de São Paulo.

Estudante da Faculdade de Direito de São Paulo aí colou grau em 1863, seguindo para Piracicaba onde abriu banca de advogado. Logo depois, filiando-se ao partido liberal, iniciou a sua carreira política, tendo sido duas vezes eleito prefeito dessa cidade e, mais tarde, eleito deputado à Assembléa Provincial.

Quando em 1870 se lançou o manifesto republicano, Prudente de Moraes aderiu às novas idéias nele doutrinadas, entrando desde logo a fazer propaganda ativa. Em 1878, como republicano, foi eleito deputado provincial, juntamente com Cezario Motta e Martinho Prado. Em 1885, com Campos Salles, foi eleito deputado geral.

A sua ação parlamentar foi brilhante. Bateu-se pela causa republicana, defendeu a abolição sustentando com vigor o projeto Dantas relativo à libertação dos sexagenários e interessou-se pela proteção à lavoura.

Quando se proclamou a República em 1889, Prudente de Moraes participou, com Rangel Pestana e Mursa, da junta revolucionária que se organizou em São Paulo até que o Governo Provisório o nomeou governador efetivo do Estado.

Mais tarde, foi eleito senador à Constituinte Federal e pelos seus

pares escolhido para o cargo de seu presidente.

Dirigiu com singular inteireza moral os trabalhos da Constituinte até à promulgação da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891.

Em 25 de Fevereiro de 1891 correu à eleição para a Presidência da República, obtendo 95 votos contra 122 dados ao Marechal Deodoro.

Quando se separaram os dois ramos do poder legislativo, Prudente de Moraes foi eleito vice-presidente do Senado, cujos trabalhos sempre dirigiu, visto dêles sempre ter ficado ausente o Marechal Floriano, que era o Vice-Presidente da República.

Aproximando-se o Marechal Floriano Peixoto do final do seu governo, as forças políticas trataram da eleição do seu substituto de maneira que, em 1.º de Março de 1894, Prudente de Moraes era eleito pelo povo Presidente da República, num momento em que as incertezas, os dissabores e os ódios predominavam. Os políticos mais avisados auguravam um governo difficil para o illustre paulista, muito embora se fiassem do seu temperamento firme e conciliador.

A posse de Prudente de Moraes, foi, por si só, uma imagem de como as paixões políticas fervilhavam. Nas "Minhas Memórias dos Outros", o Sr. Rodrigo Octavio, que foi Secretário da Presidência durante o seu governo contou como se realizou a posse histórica de Prudente de Moraes no Palácio Itamarati, então o Palácio presidencial. Salas desertas, ninguém para recebê-lo, indiferença... Dir-

se-ia que, nesse abandono e nesse descaso, se antevia a possível fragilidade do seu governo, que teria de debater-se no escarcêu das ambições e das paixões.

Se grandes e árduos foram os problemas, maior a vontade de resolvê-los. Em primeiro lugar, Prudente de Moraes tratou do reatamento das relações diplomáticas com Portugal, interrompidas pelo Marechal Floriano devido ao asilo dado pelo Comandante Castilhos aos revoltosos da Armada, a bordo da fragata "Mindelo". Surgiu depois um incidente diplomático muito sério entre o Brasil e a Inglaterra devido à ocupação da Ilha da Trindade por uma força naval inglesa.

O Conselheiro Carlos Augusto de Carvalho, então Ministro das Relações Exteriores, defendeu com grande tenacidade e argumentos irrespondíveis o direito do Brasil e a questão se encerrou com o reconhecimento dêsse direito devido à intervenção e à mediação de Dom Carlos I, Rei de Portugal.

Foi um triunfo diplomático logo seguido por outro, com a grande vitória do Barão do Rio Branco, advogado do Brasil, na questão de limites das Missões, em virtude do Laudo do Presidente Grover Cleveland.

Firmaram-se as negociações com o governo francês para submeter-se à arbitragem a velha questão do Amapá. Da defesa dos direitos do Brasil seria incumbido o Barão do Rio Branco, que obteria mais uma retumbante vitória diplomática, integrando no território nacio-

nal uma larga zona secularmente contestada.

Solucionaram-se também as questões oriundas dos protocolos italianos com pleno reconhecimento da atitude do governo brasileiro.

Se êsses êxitos não bastassem, Prudente de Moraes realizou outros de grande importância. O congragamento da família brasileira foi tarefa a que dedicou longos esforços mas coroada de êxito. A guerra civil lavrava medonhamente no Rio Grande do Sul, ceifando vidas, gastando riquezas, espalhando a desolação, o luto, a miséria. Prudente de Moraes resolveu pôr têrmo a essa terrível e sangrenta peleja, promovendo a pacificação do Rio Grande do Sul de que foi incumbido, em boa hora, o General Galvão, que logrou obter a deposição das armas por parte dos federalistas, chefiados pelo General Tavares. Seguiu-se imediatamente a anistia para os participantes da revolta de Fevereiro e de Setembro de 1893, com o esquecimentos dos agravos e desvarios praticados.

Profunda foi em todo o país a impressão causada pela pacificação do Rio Grande do Sul. Tratava-se de uma vitória da humanidade e da cordura sôbre os instintos desvastrados. Mas as paixões políticas, as ambições insatisfeitas, motivaram outras dificuldades que se traduziram nos deploráveis acontecimentos verificados na Escola Militar, na cisão do Partido Republicano Federal; na deposição do governador de Alagoas; no fechamento do Clube Militar, na revolta de Canudos, no assassinato do Coronel Gentil de Castro, no assalto

aos jornais monarquistas e à "República"...

Finalmente, a 5 de Novembro de 1897, quando as paixões políticas iam mais acesas, houve o atentado contra o Presidente, no Arsenal de Guerra, em que, interpondo-se entre êle e o punhal do assassino, o Ministro da Guerra caiu trespassado pela arma. A nação ficou estuporada ante o crime, lamentando sinceramente a morte do Marechal Carlos Machado Bittencourt.

Não havia mais dúvida que os ódios se aparciravam contra o Presidente da República. Quando correu que seria mais uma vez visado pelos conspiradores, ei-lo a acompanhar a pé o entêrro do seu Ministro da Guerra até ao Cemitério de São João Batista, para aí receber, quando outros choravam a morte de um ente querido, uma estrondosa manifestação de apôio e simpatia do povo.

Vencidas as crises políticas, era preciso debelar o mal-estar financeiro. A revolta de 93 deixara o país a sangrar-se de todos os seus recursos e lhe paralisara as atividades econômicas. Os encargos do Estado eram enormes e aumentavam de dia para dia, de maneira que, depois de congregar a família brasileira, Prudente de Moraes entendeu-se com os credores banqueiros assinando o "Fundig-Loan".

Essa operação permitiu que Campos Salles pudesse iniciar a sua grande obra de recuperação econômico-financeira, que foi, sem dúvida alguma, uma das maiores que um homem político brasileiro, pôde realizar.

O final do governo de Prudente de Moraes foi relativamente calmo, e depois de tão assinalados serviços era natural que se começasse a fazer-lhe justiça. Quando passou o poder, em 15 de Novembro de 1898, às mãos de Campos Salles, Prudente de Moraes teve uma grande manifestação popular, em sinal de admiração pela obra que realizara e de respeito à sua figura varonil e enérgica, que soubera impôr-se à estima e veneração dos seus concidadãos.

Ao chegar a São Paulo, onde foi recebido com intenso júbilo popular, Prudente de Moraes pronunciou estas belíssimas palavras:

... “Volto hoje para o meio de vós, trazendo na minha fisionomia, nos meus cabelos brancos, o atestado de que, se não fiz todo o bem que desejava, fiz quanto me permitiram as circunstâncias, dei tudo pela Pátria e pela República!...”

... “Mas, meus concidadãos, nada poderia conseguir ante a hidra da anarquia, se não encontrasse desde logo ao meu lado tão ilustrados e competentes colaboradores. A eles, pois, principalmente deveis vossas ovações. Aqui estão no meio de vós, os meus ex-ministros, que não quiseram abandonar-me nem mesmo quando descí do poder; aqui estão eles que colaboraram nessa obra que aplaudis...”

... “Alquebrado, cansado, inutilizado para o serviço da Pátria, declaro-me impotente para trabalhar; entretanto, se tiver ainda alento, se ainda puder alguma coisa por

ela, ficai certos de que não sou um egoísta; darei os meus últimos instantes de vida pela minha Pátria e pela República!”...

Com a saúde já minada por pertinaz enfermidade, Prudente de Moraes ao voltar para São Paulo, teve uma estrondosa manifestação na Central do Brasil, dando-se o mesmo em São Paulo.

A vida do “benemérito entre os mais beneméritos estadistas da nossa terra”, como dêle disse o Barão do Rio Branco, em expressivo telegrama que lhe enviou em 2 de Dezembro de 1902 ao regressar ao Brasil, vindo de Berlim, para assumir a gerência da pasta das Relações Exteriores, finou-se a 4 desse mês, em Piracicaba — cidade onde iniciou a sua carreira de advogado e de político e que o viu falecer aos 61 anos de idade.

Prudente de Moraes deixou impressas as seguintes obras: “Discursos pronunciados na Assembléa Provincial de São Paulo” (1879); “Orçamento e Política Geral”, no livro escrito com outros correligionários e intitulado — “Os deputados republicanos na Assembléa de São Paulo” (1888); “Projeto de imposto sobre escravos” (1888); “Relatório dos trabalhos do Senado Federal” (1892 a 1894); “À Nação Brasileira”, manifesto inaugural (1894); “Mensagens ao Congresso Nacional” (1895, 1896, 1897 e 1898).

A convite do Departamento de Imprensa e Propaganda o Sr. Joaquim de Salles, diretor de “A No-

ticia" fez no dia do centenário, no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, uma conferência sobre a personalidade de Prudente de Moraes.

Realizou-se sob a presidência do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a sessão especial para comemorar a data centenária de Prudente de Moraes, Presidente Honorário do Instituto.

Sobre a personalidade desse brasileiro falou o sócio efetivo Sr. Dr. Rodrigo Octavio Filho.

O Presidente do Instituto expediu convites para a mesma solenidade que foi pública.

As comemorações, em São Paulo, do centenário do nascimento de Prudente de Moraes foram as seguintes: às 15 horas, no Museu do Ypiranga, inauguração pelo Dr. José Rodrigues Alves Sobrinho, Secretário da Educação, da exposição comemorativa do centenário de Prudente de Moraes. Às 21 horas: sessão cívica no Teatro Municipal, sob a presidência do Sr. Dr. Fernando Costa, Interventor Federal, conferência do Professor Pedro Calmon, Diretor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Letras e orador oficial do Instituto Histórico Brasileiro.

Um grupo de filatelistas solicitou e obteve do Departamento dos Correios e Telégrafos que fôsse pôsto em uso um carimbo postal especial, alusivo ao centenário do nascimento de Prudente de Moraes.

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou uma sessão extraordinária pública em homenagem à memória do seu

primeiro presidente honorário, que foi Prudente de Moraes. Falaram os Srs. Drs. José Torres de Oliveira, José Carlos de Ataliba Nogueira e Aureliano Leite, respectivamente presidente perpétuo, orador oficial e sócio efetivo do Instituto.

INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE

O Instituto Brasileiro de História da Arte, no Rio de Janeiro, vem realizando grande trabalho em prol da cultura artística brasileira através de conferências, excursões a monumentos artísticos e a obras de arte, que tem efetuado desde a sua criação.

Foi há pouco levado a efeito uma excursão ao palácio da Marquesa de Santos em São Cristóvão, mandado construir pelo Imperador Pedro I e que possuía ricas decorações e pinturas murais.

No mesmo mês foi realizada uma conferência sobre alguns aspectos técnicos e psicológicos do desenho pelo artista J. P. Chaloz.

Foi igualmente editado o curso de história da arte do professor A. Bon. Prosseguindo no seu programa de realizações culturais o Instituto Brasileiro de História da Arte levará a efeito no salão da Escola de Belas Artes, no dia 30, às 17,30 horas, a conferência do pintor suíço J. P. Chaloz, sobre "O grafismo e a pincelada revelando o artista".

Continua semanalmente o curso do Prof. A. Bon, que presentemente analisa a arte dos séculos XIX e XX. O Instituto publicará essas lições.

MISSÃO CULTURAL URUGUAIA

Realizou-se, no Palácio Itamarati, um almôço oferecido à Delegação Cultural Uruguiaia, que nos visitara em outubro. Presidiu-o o Sr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, sentando-se à mesa, o Sr. Luiz Saavedra Barroso, Encarregado de Negócios do Uruguai, membros da Embaixada desse país, a Delegação Cultural, composta pelos Srs. Pedro Lenoble, Alberto Rodrigues, José Maria del Rey, Pedro Medina e Alfredo Beraza, os Ministros Octavio Tarquinio de Souza, Acyr Paes e Graça Aranha, autoridades do ensino e altos funcionários do Itamarati.

À sobremesa o Sr. Ministro Gustavo Capanema saudou os professores uruguaios. Começa dizendo que o mais querido ideal da América é a paz e a justiça. A América, em contraposição com a Europa, que vive sob o signo da violência, só tem um anelo, que é a paz baseada na justiça. Diz que há entre a Europa e a América, um paralelismo, da mesma forma do que se passa entre o Velho e o Novo Testamento. Mais que qualquer outra modalidade de ação internacional, o instrumento eficaz para se organizar na América a paz pela justiça, era a educação, principalmente a educação secundária, que é a que se preocupa mais com os ideais cívicos e patrióticos e se ministra no período de maior receptividade. Por isso, os professores secundários têm o dever de formar no espírito da juventude o amor pela paz e pela justiça, porque só com essa base é forte,

viril e digna, não excluindo os heróis. E' uma paz de Heroísmo.

Nesse estado de espírito é que o Governo Brasileiro recebe a visita dos professores uruguaios e ao saudá-los em seu nome, o faz em nome da cordialidade que une os dois países de forma tão firme e duradoura.

Em seguida, levanta-se o Professor Pedro Medina, para agradecer as palavras do Ministro Gustavo Capanema, em nome dos seus colegas. Diz que o ideal que S. Ex. preconiza, da paz pela Justiça, baseada na educação, é uma coisa que os uruguaios bem compreendem e os seus professores praticam.

Acrescenta que queria agradecer a hospitalidade recebida no Brasil, onde as autoridades do ensino e os educadores em geral, tinham-lhe facultado verificar a obra que aqui se realiza, mantendo velhas tradições do país, desde o tempo do Império até o presente. Queria recordar, naquela hora, a figura do Ministro da Educação de seu país, que havia permitido a vinda da Missão, e cuja obra se identificava com aquela que o Ministro Gustavo Capanema preconizou em seu discurso, de paz pela Justiça, obra que brindava, assegurando aos brasileiros que os professores e os jovens do seu país estavam também de pé, trabalhando e se esforçando pelo seu integral triunfo na América.

MUSEU PARREIRAS

Em sua visita a Niterói, o Sr. Presidente da República teve oportu-

tunidade de ver e percorrer o Museu Parreiras de iniciativa do Interventor Fluminense, Sr. Comandante Amaral Peixoto.

Logo depois de entrar no Museu Parreiras, o Sr. Presidente da República teve ocasião de admirar trabalhos inéditos do saudoso artista fluminense.

Em 1883, Parreiras fazia o seu primeiro quadro e um mês antes de sua morte, em 1937, uma paisagem era o motivo para seu derradeiro painel. E dentre esses trabalhos, centenas de naturezas mortas, nus artísticos, paisagens, estudos, desenhos, cenas históricas, desfiles, numa multiformidade impressionante, foram produzidas por Antônio Parreiras, com muita arte e sentimento.

O Museu tem, assim, um grande valor histórico e cultural, servindo ao mesmo tempo, de estímulo para outros pintores que têm, sempre, nos trabalhos, do grande artista, um exemplo de dedicação e de esforço. Há, mesmo, no Museu, preciosas curiosidades. Dos seus quadros vendidos tirava o autor, sempre, algumas reproduções, em *clichés*, de modo que, em qualquer época, poderá o governo — como aliás já o determinou o Comandante Amaral Peixoto — organizar um álbum com toda a obra artística de Parreiras.

A viúva do pintor, que hoje guarda a sua casa — adquirida pelo poder público fluminense — prestimosamente, colaborara nessa obra, atendendo a uma solicitação do Chefe do Executivo fluminense. Tinha o artista uma característica: sua arte era, antes e acima de tu-

do emotiva. Quando produzia uma obra, mesmo por encomenda, tornava-se um apaixonado da sua criação. E, então, em vez de entregá-la ao solicitante, avaramente a guardava no seu atelier...

Tal aconteceu por exemplo, com o "O Primeiro colono de Santa Catarina". Encomendado pelo governo daquele Estado, até hoje não foi entregue por que Parreiras não se quis separar dele.

O Presidente Getúlio Vargas, que tem dado um grande apóio à arte e à cultura nacionais, examinou, detidamente todas essas telas, trocando impressões com o interventor fluminense e a Sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto. O interventor no Estado do Rio, depois de mostrar ao presidente as dependências da casa em que residiu Parreiras fez uma ligeira exposição sobre o que pretende, ali realisar, além de um amplo salão, para exposição de todas as obras do pintor. O atelier por exemplo, que ainda possui várias palhetas com tintas, será conservado precisamente, como o artista o deixou.

Na fachada do atelier, existe um distico sugestivo que chamou, desde logo, a atenção do Presidente: — Trabalhar é viver".

O Sr. Getúlio Vargas esteve também, acompanhado da viúva de Parreiras, no salão de estudos do artista, onde se encontram todas as miniaturas da decoração do Conservatório de Música.

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA

Realizou-se no dia 2 de outubro, na sede à Praça da República n. 54

— 1.º andar, a oitava sessão ordinária da Diretoria e do Conselho Diretor da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Às 17 horas o Presidente Sr. Ministro Almirante Raul Tavares, secretariado pelos Srs. Dr. Taciano Accioli Monteiro, 2.º vice-presidente; Ministro João Severiano da Fonseca Hermes Junior; 3.º vice-presidente; Dr. João Ribeiro Mendes, 1.º secretário e do Dr. Carlos Domingues, secretário geral, deu início à sessão, designando o Sr. 1.º secretário a proceder a leitura da ata da sessão anterior, sendo a mesma unanimemente aprovada.

Lido o expediente foi o mesmo despachado.

Foram lidas as propostas de inscrição ao quadro social da sociedade, sendo encaminhadas à sessão subsequente do Conselho Diretor. O Sr. Presidente deu a palavra ao orador oficial Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, que saudou os recipiendários Srs. Professores Francis Ruellan, Dr. Raymundo Olegario Portella de Azevedo e Dr. Antonio da Silva Mendes. Ao terminar a saudação, o Sr. Presidente entregou aos novos membros os diplomas que lhes conferiam o título de sócios Titulares da Sociedade.

Em seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos novos consócios, falando primeiramente o Sr. Antonio da Silva Mandes, professor, interno, de Geografia do Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro, a cuja posse compareceram vários colegas do magistério e numerosos discípulos. O recipiendário agradeceu a distinção de que

fôra alvo, pronunciando um discurso no qual traçou rapidamente sua teoria sobre as novas concepções da Terminologia aplicada aos estudos da física moderna. O Sr. Francis Ruellan, professor de Geografia contratado pela Universidade do Rio de Janeiro, agradeceu a sua inclusão no quadro social da Sociedade, o que o honrava imensamente. O Sr. Comte. Oliveira Bello justificou a ausência do Sr. Ministro Bernardino José de Souza, 1.º vice-presidente da Sociedade, que se acha acamado, propondo em seguida que a Diretoria e a Comissão designada pelo Presidente para elaborar o projeto memorial enviado ao Sr. Ministro da Educação se reunisse novamente afim de reforçar aquele projeto que visa o restabelecimento do estudo da geografia do Brasil nos cursos secundários como disciplina autônoma. Ficou estabelecido que se enviaria um ofício ao Sr. Ministro da Educação apresentando a aludida Comissão.

O Sr. Ministro Fonseca Hermes declarou que era obrigado a renunciar a seu posto de presidente da Comissão Organizadora do X Congresso Brasileiro de Geografia, a ser realizado no Pará, em Setembro de 1943, por haver sido designado Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil, em Madrid, lamentando ter de deixar, embora por pouco tempo, seus companheiros da Sociedade de Geografia. O Sr. Ministro Fonseca Hermes agradeceu à Presidência da Sociedade e aos demais membros da Comissão Organizadora do Congresso Brasileiro de Geografia o espírito de co-

laboração e o apôlo que sempre teve de todos, expressando sua confiança em que o Congresso de 1943 sustentará a tradição brilhante dos Congressos Brasileiros de Geografia e especialmente do último, o Congresso Brasileiro de Geografia, tão eficientemente organizado e presidido pelo Sr. Ministro Bernardino José de Souza. O Sr. Presidente, Ministro Almirante Raul Tavares, em resposta ao Sr. Ministro Fonseca Hermes, declarou que era com tristeza que a Sociedade se via na obrigação de aceitar a renúncia que vinha criar uma lacuna difícil de ser preenchida, solicitando ao renunciante que indicasse o seu substituto. Em seguida o Sr. Presidente propôs que fôsse inserido em ata um voto de louvor ao Sr. Ministro Fonseca Hermes pelos relevantes e assinalados serviços prestados à Sociedade e à Geografia do Brasil, proposta que foi unanimemente aprovada.

O Professor Edgard Ismael da Silveira propôs que fôsse consignado em ata um voto de congratulações com o Sr. Presidente Ministro Almirante Raul Tavares pela sua eleição para o cargo de Vice-Presidente do Supremo Tribunal Militar, o que foi unanimemente aprovado por uma salva de palmas.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu o comparecimento dos presentes e encerrou a sessão.

OBRAS COMPLETAS DE RUY BARBOSA

O Sr. Presidente da República assinou o seguinte decreto-lei de-

terminando a publicação das obras completas de Ruy Barbosa:

“Art. 1.º — Serão pelo Ministério de Educação e Saúde publicadas as obras completas de Ruy Barbosa, em cinquenta volumes.

§ 1.º — O primeiro volume abrangerá os trabalhos produzidos até o ano de 1871; o segundo, os trabalhos de 1872 a 1874; o terceiro, os trabalhos de 1875 e 1876; cada um dos demais volumes compreenderá respectivamente os trabalhos correspondentes a cada ano, de 1877 (quarto volume) a 1923 (quingagésimo volume).

§ 2.º — Quando o exigir o número ou extensão dos trabalhos poderá um volume desdobrar-se em dois ou mais tomos. A distribuição da matéria, nesse caso, atenderá ao critério cronológico, ao dos assuntos ou a outro, conforme fôr julgado mais conveniente.

§ 3.º — O trabalho de que não constar a data, considerar-se-á do dia da publicação pela imprensa, ou, sendo conferência ou discurso, do dia em que houver sido proferido. Para a distribuição de trabalhos inéditos não datados, se os houver, far-se-ão as necessárias pesquisas.

Art. 2.º — Juntar-se-ão a uma obra ou a um conjunto de obras, prefácio e notas, sempre que o exigir o esclarecimento bibliográfico.

Art. 3.º — A grafia das Obras Completas de Ruy Barbosa obedecerá ao disposto no art. 1.º do decreto-lei n. 292, de 23 de Fevereiro de 1938.

Art. 4.º — Incumbe à Casa de Ruy Barbosa a execução do disposto no presente decreto-lei, na medi-

da dos recursos orçamentários que, para esse fim, em cada exercício, lhe forem atribuídos.

Art. 5.^o — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário”.

Ao encaminhar ao Sr. Presidente da República o anteprojeto do decreto-lei sobre a publicação das Obras Completas de Ruy Barbosa, o Sr. Ministro Gustavo Capanema fê-lo acompanhar da seguinte exposição de motivos:

“Sr. Presidente: Há uma dívida de nossa pátria para com Ruy Barbosa: publicar-lhe as obras completas. Somente elas poderão dar a medida da extraordinária figura humana que Ruy Barbosa foi, da sua exemplar dedicação às causas humanas e nacionais, do seu vigor intelectual e de sua ténpera moral, do grande realismo do seu espírito, da sua fidelidade inalterável aos princípios da ordem, da liberdade e da justiça, da sua coragem cívica, enfim dos atributos que dêle fizeram um grande homem do seu tempo e de sua vida um grande exemplo humano.

Essa publicação é tarefa difícil, não só pela enorme extensão da matéria, senão ainda e sobretudo porque, havendo Ruy Barbosa escrito continuamente, por mais de meio século, nunca teve a preocupação de sistema, isto é, nunca subordinou a sua produção intelectual a qualquer plano literário ou científico, e não se ocupou jamais da organização e da sistematização de seus escritos.

Ruy Barbosa foi um homem de ação, homem de ação política sobretudo, e só escreveu para a ação, em virtude da ação, sob as inspirações e ao calor dos acontecimentos numerosos e diversos.

Representa, pois, considerável esforço compilar e ordenar toda a sua longa produção. Somente o governo, por intermédio de uma instituição devotada a tão árduo trabalho, como é a Casa Ruy Barbosa, poderá levar a termo o empreendimento.

Providência inicial da publicação não poderia deixar de ser o estabelecimento do plano ordenador das obras completas. Para organizá-lo, constituí, há tempos, uma comissão de especialistas, que aprovou a solução, constante da proposta que lhe apresentei, da ordenação cronológica das obras de Ruy Barbosa, nos termos do disposto no projeto de decreto-lei, que ora submeto à consideração de V. Ex.

A Casa de Ruy Barbosa, entrando a executar esse plano, que tem a vantagem de permitir a publicação de qualquer obra independentemente das outras, preparou o primeiro tomo, a sair nestes próximos dias, e que contém o parecer de Ruy Barbosa sobre a reforma do ensino secundário e superior, trabalho de 1882. Esta obra será o primeiro tomo do nono volume das Obras Completas de Ruy Barbosa.

Apresento a V. Ex. os meus protestos de respeito, estima e admiração. — *Gustavo Capanema*”.

JARDIM BOTANICO DO RIO

O Jardim Botânico oferece, de agora em diante, mais um motivo de interesse, com a apresentação em caráter definitivo do pórtico da antiga Academia Imperial de Belas Artes, agora reconstruído na aldeia Barbosa Rodrigues.

O tradicional monumento havia sido preservado da demolição do edifício da Academia, antigo Tesouro Nacional, levada a efeito em 1939.

Recolhidos os seus elementos parte nos terrenos da Quinta da Boa Vista e parte no Museu Histórico Nacional, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que havia interferido para salvá-los de destruição, tomou as providências necessárias para a escolha de um lugar apropriado para a reconstituição do pórtico. Depois de longa procura pelo dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Serviço, foi decidida a sua localização no fim da aldeia central de palmeiras, no Jardim Botânico, por apresentar esse local a vantagem de uma grande perspectiva para a vista do monumento. E a idéia teve o apoio da direção do Serviço Florestal que, nesse sentido, recebeu autorização do Ministro da Agricultura.

O edifício da antiga imperial Academia de Belas Artes, mais tarde Escola Nacional de Belas Artes, foi construído sob o plano e direção do notável arquiteto francês Grandjean de Montigny, inaugurando-se em sua maior parte em 1826. As obras, completas, só terminaram em 1831. Era situado na

travessa Belas Artes. A escultura do tímpano, em terra cota, é obra de Zeferino Ferrez, professor de gravuras de medalhas da mesma Academia.

O prédio foi ocupado até 1909 pela Escola de Belas Artes, que se trasladou em princípio desse ano para o prédio da Avenida Central.

Nessa ocasião, o antigo edifício da Academia foi ocupado pelo Ministério da Fazenda.

A CONCESSÃO DE PREMIOS PELA ACADEMIA DE LETRAS

Há tempos o escritor Ribeiro Couto apresentou à Academia Brasileira de Letras uma interessante indicação, que consistia na ampliação do plano de concessão de prêmios pela ilustre companhia aos nossos escritores e poetas.

A ampliação tanto era no número como no valor dos prêmios.

Antes, a Academia só distribua prêmios literários à obras inscritas nos seus concursos.

Agora, não; qualquer obra oferecida ao Petit Trianon é objeto de julgamento, quer o seu autor se tenha ou não inscrito.

Premiada a obra em tais condições, se o autor, no prazo de seis meses, não aceitar ou não reclamar o prêmio, este é automaticamente incorporado aos prêmios do ano seguinte.

O prêmio Machado de Assis, de dez contos, a ser distribuído anualmente, quando eventualmente deixar de ser concedido, será incorporado também aos prêmios do ano seguinte.

As inscrições prevalecem no novo regime, mas com caráter obrigatório apenas para as obras inéditas.

O sr. Ribeiro Couto propôs a criação dos premios "Paulo Barreto" e "Prêmio Joaquim Nabuco", a serem conferidos respectivamente aos autores de melhores livros de crônicas e de viagens e memórias.

De acôrdo com o novo regulamento aprovado, a Academia distribuirá anualmente 38 contos em premios, além de premios quinque-nais "Francisco Alves", no total de 18 contos, distribuídos em um de dez, outro de cinco e outro de três.

Os premios regulares a serem distribuídos anualmente, estão assim classificados: O prêmio de dez contos, chamado "Prêmio Machado de Assis", será dado a um autor brasileiro pelo conjunto de sua obra literária, devendo ele ter publicado pelo menos um livro altamente recomendável nos últimos três anos, imediatamente as seguintes; II) Os premios de 4 contos serão os seguintes: a) prêmio "Oliveiro Bilac", para poesia; b) "Prêmio Raul Pompéia", para romance; c) "Prêmio Arinos", para conto e novela; d) "Prêmio João Ribeiro", para crítica, história literária, filosofia e etnografia; e) "Prêmio Joaquim Nabuco", para história social ou política e memórias; f) "Prêmio Coelho Neto", para teatro; g) "Prêmio Paulo Barreto", para crônicas, viagens e qualquer outro gênero que não se enquadre precisamente nas letras acima.

A ESTATUA DO GENERAL SANTANDER

O colápsio do domínio espanhol na América foi obra, sobretudo, da energia dos homens que as circunstâncias colocaram à frente das hostes libertadoras. De há muito caíra na impopularidade a obra colonizadora dos iberos. Os processos de cruel servidão a que a coroa espanhola havia submetido o povo, geraram o espírito de revolta que deveria estalar, à voz de comando dos grandes chefes que o momento produziu. Na Colômbia deparamos Bolívar incarnando a reação, que iria encontrar no General Francisco de Paula Santander o condutor meditado e sagaz, o espírito civil na hora da vitória, o gênio militar nos momentos da refrega. Com efeito, Santander foi desde o início das lutas libertadoras uma personalidade culminante. Não tendo chegado a concluir o curso de jurisprudência, que abandonou no último ano para se incorporar às campanhas da independência da sua Pátria, ele permaneceu fiel, entretanto, às convicções liberais que adquirira e sob cuja influência organizou a Nação Colombiana, impregnando-a desse caráter legalista e democrático que até hoje a distingue no Continente. Nascido na cidade de Rosário de Cúcuta, a 2 de Abril de 1792, muito jovem foi enviado a estudar no Colégio de San Bartolomé em Bogotá onde permaneceu até 1810. Tomou parte preponderante em todas as campanhas até o ano de 1816 quando quase eclipsada e dominada a causa dos patriotas neogranadinos se re-

tirou para as planícies orientais do país, com o fim de manter viva a idéia libertadora entre as populações locais. Em Agosto de 1818, quando Bolívar resolveu e planejou a marcha através dos Andes para empreender a campanha libertadora sobre Nova Granada, com a qual selou definitivamente a Independência, Santander foi escolhido pelo libertador para organizar as tropas nas províncias orientais. Fez, então, milagres de energia, logrando reunir 1.200 soldados de infantaria e 600 de cavalaria, juntando-se com esses efetivos a Bolívar, em Junho de 1819. Empreenderam, então, a marcha sobre as montanhas andinas para caírem vitoriosos sobre os campos de Boiacá, repetindo, assim, a façanha de Aníbal nos Alpes. Coroada de êxito a gigantesca empresa libertadora, o Congresso de Angostura fez Santander vice-presidente da Nova Granada em 1819, quando tinha apenas 27 anos de idade, sendo, dois anos mais tarde, eleito pelo Congresso de Cúcuta, vice-presidente da Gran Colômbia. Foi reeleito em 1826, ficando no exercício do poder supremo até 1827. Durante estes oito anos de governo realizou uma obra assombrosa, assentando as bases definitivas da República, tudo isso, sem descurar do envio de recursos em soldados, armas e munições a Bolívar que, a este tempo, lutava pela liberdade do Peru e da Venezuela.

Em 1832 a Convenção elegeu Santander presidente da República e, no mesmo ano, o voto popular retificou essa designação para o cargo supremo, que exerceu até Abril de

1837, saindo da presidência para ocupar um lugar no Congresso Nacional. Nesta investitura o surpreendeu a morte, no dia 6 de Maio de 1840, aos 48 anos de idade.

Eis, em traços rápidos, o perfil do homem excepcional que tão altos serviços prestou à América. Um gesto de amizade da Colômbia, oferecendo à Cidade do Rio de Janeiro a sua estátua, vem perpetuar na nossa lembrança a figura desse herói das lutas pela independência do Continente.

A estátua do General Santander foi inaugurada no dia 11 de outubro, na Praça Paris, aproveitando-se a oportunidade da visita oficial que fez ao Brasil o Ministro das Relações Exteriores da Colômbia, Dr. Lopez de Mesa. O ilustre Chanceler chegou ao Rio de Janeiro no dia 10, numa viagem da mais alta significação para a política de aproximação continental.

"MALAZARTE" DE GRAÇA ARANHA

Lorenzo Fernández é um dos mais importantes compositores do Brasil. No movimento novo, que veio dar fisionomia característica à nossa música, esse artista teve parte relevante. A sua obra é já vasta e significativa. Desde os grandes painéis, sinfônicos, como "Imbapara" e "Reisado do Pastoreio", até as mais delicadas e expressivas canções, como "Toada para você", passando pelo seu "Quinteto", para instrumentos de sôpro, pelos "Estados em forma de

sonatina", ou pelo belo "Hino a Santa Cecília". tudo trazia o cunho dum espírito invulgar, aliado a conhecimentos musicais de execução.

Tornou-se, em breve tempo, numa figura de real projeção no nosso meio artístico, e o desempenho que deu da embaixada artística na Colômbia, por ocasião do centenário de Bogotá, quando percorreu vários países sul-americanos, apresentando, com êxito raro, a música brasileira, acrescentou-lhe o já considerável prestígio.

Lorenzo Fernández estreou em outubro, na temporada oficial do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, como autor de ópera. Esse gênero híbrido e inatual tem sido o escolhido mais árduo para os compositores contemporâneos. Homens de grande talento, geniais até, têm fracassado no cultivo da velha forma espetacular, tão adequada ao gosto e às aptidões dos séculos passados. Entretanto quase nenhum fugiu de submeter-se a essa prova, nem Strawinsky, nem Prokofieff, nem Ravel, nem Richard Strauss, nem Darius Milhaud, nem o adversário do operismo Francesco Malipiero. A própria vanguarda revolucionária não escapou à fascinação da velha sereia, e aí temos as duas óperas atonais de Alban Berg, como tivemos, já, uma ópera-jazz... O nosso Villa-Lobos perpetrou as suas óperas, aliás sem dar maior importância a esse fato.

Verifica-se que nenhum desses eminentes músicos se acomodou com a fórmula. A sua produção, no gênero, é distinta, curiosa por

vezes, nunca, porém, concludente. Só um contemporâneo pode realizar autêntica obra-prima, digna de emparelhar com as de Monteverdi, Gluck ou Wagner: Debussy, com a sua tristanesca "Pelléas et Mélisande".

Lorenzo Fernández encontrou a sua oportunidade no convite honorosíssimo que lhe fez Graça Aranha para revestir de música o seu drama simbólico "Malazarte".

Malazarte é figura cíclica do folclore mediterrâneo. O homem de "las malas artes", o terrível Pedro, foi desde cedo aclimado no Brasil, onde teve passes tremendos com a mãe de S. Pedro, talvez mais atilada, ainda, do que ele. O nosso populário está cheio dos traços da malícia de Pedro Malazarte, e da sua engenhosidade infernal.

Graça Aranha, escrevendo no começo deste século, fê-lo sob a influência do Simbolismo universal. Ibsen, Maeterlinck, D'Annunzio marcaram-no com a sua decisiva influência, já sensível em certas partes de "Canaan". "Malazarte" é uma adaptação brasileira do "Peer-Gynt", de Ibsen: a mesma mutabilidade evanescente, o mesmo polimorfismo moral e social, o mesmo sentido representativo.

Trazido para a ópera fôra preciso deixar a atrevida figura mais envolta no véu da pura lenda; fugir a todo naturalismo, a todo prosaísmo. Graça Aranha, porém, transportou do seu drama para a cena lírica momentos dum interesse composto, misto de realidade e lenda, que surpreende um pouco. Vemos, assim, figuras francamente místicas intervirem

num modesto e íntimo ambiente familiar, e aí desencadearem peripécias dum tragicismo insistente.

Os cenários, muito típicos e agradáveis, do Sr. Jaime Silva, são, porém, dum realismo absoluto (eu os preferira francamente fantásticos), sublinhado por um cuidado evidente com o detalhe. O melhor cenário, no sentido da ambiência de sonho e de lenda, é, sem dúvida, o do 2.º quadro do 3.º ato, no qual as rochas deveram ser ainda mais sumárias.

A ação que Graça Aranha traçou no seu libreto é múltiplice, e entanto estática. Os movimentos são lentos, entrecortados de hiatos, por vezes.

Tôda a substância anímica lhe é dada pela música de Lorenzo Fernández, sem dúvida alguma superior ao texto como calor dramático e comoção lírica.

A partitura de Lorenzo Fernández tem suas fundações no mundo movente e prestigioso do nosso populario. O seu lirismo é uma efusiva floração, no terreno artístico, da modinha e do choro, repousando sobre o ponteio violoneiro discreto da orquestra. O jogo psicológico dos temas realiza-se sobre um fundo de cantoria popular e de danças dramáticas tradicionais, independente da ação, porém que a envolve num ambiente de cordialidade evocativa e saudosa. Assim, os dois desfiles de pastorinhas, simples alusão, porém nota de poesia gentil, também. Sob a carícia do coro cheio de pureza e de frescura, alçam-se vozes trágicas, dum passionai cheio de fatalismo e de terror. São os surdos tremores da

ancestralidade que se entretecem, assim, com a alegria moça e a religiosidade singela.

Momentos como o dueto do 3.º ato, e como as canções de Dionisia do 3.º e do 4.º atos, são dos mais expressivos da maneira e da sensibilidade de Lorenzo Fernández, as mesmas, em ponto grande, a que nos haviam habituado as suas canções de cor tão sua e impressiva: a mesma amável e convincente sentimentalidade, feita de contagiosa doçura sensual daquela nunca assaz celebrada "Toada para você". A canção de Dionisia (a "Mãe d'Água"), no 3.º ato, é uma bela página, de importante desenvolvimento, e de insinuante *morbidez*.

Também Malazarte tem, na sua difícil *particella*, páginas de declamação fogosa e exaltada, de malícia brutal, muito justas de acento. A sua canção do 4.º ato é uma modinha original, mas típica, a modinha em todo o seu envolvente langor, e a sua tendência para uma infinitude lírica que a imensidão do Brasil e a vastidão dos mares lhes terão infundido.

No papel de Eduardo, a parte vocal é decididamente feita numa intenção de fluente suavidade, de afetividade delicada.

A música de Lorenzo Fernández, em "Malazarte", não é cerebral, nem busca a transcendência. O elemento sensorial, sem complexidades, está sempre presente, e predominando.

A harmonização dêsse mestre harmonista, é trabalhada em extremo, sem, entretanto, exorbitar da sua função natural de mero ele-

mento expressional, de “meio” e não de “fim”.

A parte vocal exige fortes cantores. A tessitura é, por vezes, ariscada e muito alta para cantores sem grandes recursos, como se dá no caso do papel de Dionísia, que deu muito que fazer à Sra. Rina Saragni, nem sempre à vontade nas regiões elevadas da pauta.

A instrumentação foi feita com absoluta discrição. Os naipes de madeira e os metais preponderam, donde um especial aveludado. O setinoso quarteto das cordas está num segundo plano, o que aliás, era indicado, por analogia, pelo caráter da instrumentação típica da nossa música popular.

No final do 1.º ato ouve-se o já conhecido “batuque”, constituindo um forte final coreográfico, sinfônico.

O tema de Dionísia, o dô destino e o da morte, pairam por sobre toda a atmosfera sonora de Malazarte; o de Dionísia é particularmente insinuante e dramático. Contrastando, o tema de Malazarte, sempre sublinhado por acordes de intencional rudeza, vale por uma advertência da presença do mal.

No que se refere à temática, e à sua função psicológica, toda a obra está escrita com grande propriedade e acerto. Os momentos de lance lírico são de estética manifestamente latina e verista, luem de sentimentalidade arroubada, cantando a plena, sem desmanches de langor fatalista. Êste incinua-se, porém sempre nos cantos augurais de Eduardo, mas sobretudo nos de Dionísia, a “Mãe d’Água”, que são, mais talvez, ainda, do que os

de Malazarte, representativos do trágico que Lorenzo Fernández instilou no seu drama lírico.

Desde o 1.º ato percebem-se que o público aceitava a obra, que esta era simpática, à sua sensibilidade racial. Os elementos brasileiros da partitura: ritmo e melodia têm como passaporte para o público a fatura dramática revelada acessível, que não lhes perturbou os hábitos auditivos. A êsse público terão passado despercebidos os requintes, por vezes muito ousados, da harmonização, mercê da suavidade da instrumentação...

No fim dêsse 1.º ato, após o “batuque”, foi uma verdadeira apoteose, e os pedidos de *bis* foram insistentes, mas não foi êle concebido, para não alongar a representação.

No 2.º ato, ainda pastoral no início, começa a ação da fatalidade, com a aparição da “Mãe d’Água”, que, nos atos seguintes, vem para a primeira plana, como figura capital.

Nesse 2.º ato interveio, no papel de Almira, a soprano brasileira Alice Ribeiro. Com êxito pleno. Cantou com veemente doçura, com um gôsto que revela a boa escola.

A Sra. Clio Monti, e o Sr. Claudio Vincit, praticamente inexistentes nos seus papéis episódicos.

Em compensação a Sra. Helen Olheim foi uma Militina, a velha criada, muito certa nos seus efeitos, e cantando com voz grave, mas bastante fraca.

A Sra. Darcila Barros fez uma Filomena trêfega e graciosa, auxiliando eficazmente.

Frederick Jagel, não seria necessário dizer que é sempre um elemento de segurança, uma garantia de equilíbrio vocal nos conjuntos. Cantou todo o seu papel com a sua bela mestria prática e sua inteligente compreensão dos papéis, tão numerosos e dispares, de que sempre o incumbem.

Giuseppe Manacchini incarnou Malazarte, responsabilidade séria para um artista estrangeiro. Dominou, entretanto, melhor esse papel do que os por ele desempenhados no restante da temporada; com vivacidade, espírito e naturalidade.

(Esta nota foi publicada pelo "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro).

"BRASILIANA" E SEU 200.º VOLUME

A Companhia Editora Nacional lançou o 200.º volume da sua famosa "Brasiliana", coleção de estudos brasileiros, quer de autores nacionais quer de estrangeiros, de todas as épocas de nossa evolução histórica. O acontecimento foi solenemente festejado, com um aperitivo oferecido pela Editora e pela Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", no dia 6 de setembro, no edifício "Brasiliana", comparecendo inúmeros representantes da intelectualidade brasileira, inclusive numerosos autores com obras editadas na coleção em apêço. Foi especialmente do Rio de Janeiro a S. Paulo o sr. Augusto Meyer, diretor do Instituto Nacional do Livro.

CONCURSO DE MONOGRAFIAS INSTITUIDO PELO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

O Conselho Nacional de Geografia, com o intuito de difundir o conhecimento da geografia brasileira, particularizada pelos nossos municípios, vem de abrir interessante concurso de monografias, dentro das bases abaixo discriminadas e com a distribuição de vários e valiosos prêmios, seguindo, assim, o plano estabelecido pelo seu "Concurso Anual de Monografias", concurso esse que será organizado em cada comuna pelo respectivo Diretório Municipal de Geografia, sob a presidência dos senhores Prefeitos.

A apresentação dos trabalhos fica sujeita às seguintes exigências:

1.ª — A monografia ou estudo poderá tratar de qualquer assunto da Geografia municipal. Poderá ser um assunto geral, compreendendo o território do Município, no seu todo, como, por exemplo, os limites do Município, o relevo do Município, a vegetação no Município, os rios do Município, as lagoas do Município, as estradas do Município, as culturas agrícolas do Município, as fábricas do Município, etc., etc., etc. Poderá também ser estudo que abranja apenas determinada região do Município, como, por exemplo, uma questão de limites com o Município fronteiro, a zona montanhosa ou a planície do Município, a ocorrência de florestas ou de campos no Município, o estudo de um distrito, a cultura de determinado produto (café, algodão, arroz, milho, feijão,

mandioca, cana de açúcar ou qualquer outro), o estudo dum vale, o desenvolvimento e características de uma estrada no Município, etc., etc., etc. Poderá, ainda, tratar de determinado acidente geográfico como, por exemplo, o estudo de um pico, de uma cachoeira, da cidade, de uma vila ou de um povoado, de uma lagoa, de um rio, de um estabelecimento rural importante, etc., etc., etc.

2.^a — A monografia ou estudo deverá ter cunho geográfico, ocupando-se exclusivamente da documentação, da descrição ou das considerações de ordem geográfica sobre o assunto territorial focalizado.

Não deverão ser incluídas considerações históricas, filosóficas, referências pessoais ou de outra ordem, que não dêem sentido geográfico à explanação do assunto da monografia, a qual deverá tratar, diretamente, sem rodeios, do tema escolhido.

3.^a — A monografia, sempre que possível, será acompanhada de ilustrações, fotografias, mapas ou desenhos.

4.^a — O autor apresentará três exemplares da monografia, que se destinam: um para ficar no Diretório Municipal de Geografia, outro para o Diretório Regional de Geografia na Capital do Estado, o terceiro para ficar na Secretaria do Conselho Nacional de Geografia no Rio de Janeiro.

5.^a — A monografia deverá, de preferência, ser dactilografada.

6.^a — O autor deverá mencionar os cursos e títulos que possui, os trabalhos que elaborou, publicados ou não, os cargos e comissões que

desempenhou, e prestar demais informações referentes à sua personalidade.

O concurso das monografias obedecerá às seguintes normas:

1.^o — Os Diretórios Municipais de Geografia, em todo País, receberão monografias até ao dia 21 de Março de 1942, e cada um dêles as encaminhará ao Diretório Regional respectivo, na Capital do Estado, até ao dia 30 de Abril de 1942, com um julgamento sobre as mesmas monografias, que constituirá o 1.^o escrutínio do concurso, no qual será examinado *com rigoroso cuidado* se os dados apresentados são verdadeiros.

2.^o — Os Diretórios Regionais de Geografia, por sua vez, estão obrigados a enviar as monografias recebidas dos Municípios para o Diretório Central do Conselho, no Rio de Janeiro, até ao dia 30 de Julho de 1942, acompanhadas de um julgamento de conjunto, que constituirá o 2.^o escrutínio do concurso.

3.^o — O Diretório Central do Conselho, no Rio de Janeiro, fará até ao dia 30 de Outubro de 1942, o julgamento final e definitivo de todas as monografias apresentadas em todo o País, dando, em 3.^o e último escrutínio, o resultado geral do concurso, do qual, logo a seguir, serão feitas as devidas comunicações e distribuídos os prêmios respectivos.

4.^o — As monografias referentes ao Distrito Federal, onde não há Diretório Municipal, excepcionalmente, serão entregues até ao dia 30 de Julho de 1941, diretamente ao Diretório Central, que as julga-

rá no escrutínio final. Analogamente, as monografias referentes ao Município da Capital do Estado serão entregues até ao dia 31 de março de 1942 ao Diretório Regional para julgamento conjunto com as demais monografias no Estado.

Foram instituídos trezentos e oitenta e um prêmios para os melhores trabalhos apresentados, da seguinte forma:

Um 1.º prêmio de 1:000\$000, 10 segundos prêmios de 500\$000 cada um, 20 terceiros prêmios de 200\$000 cada um, 50 quartos prêmios de 100\$000 cada um, 100 quintos prêmios de recebimento de todas as publicações editadas pelo Conselho Nacional de Geografia em 1942 e finalmente 200 sextos prêmios de recebimento de todos os números da Revista Brasileira de Geografia referentes a 1942.

O Conselho Nacional de Geografia reserva-se o direito de publicar as melhores monografias apresentadas e, à juízo do Diretório Central, levá-las ao X Congresso Nacional de Geografia que deverá se reunir em Setembro de 1942, na capital do Pará.

DESCOBERTA A TRADUÇÃO DA OBRA QUE DEU GANHO DE CAUSA AO BRASIL NA QUESTÃO DE LIMITES COM A FRANÇA: "O OYAPOC E O AMAZONAS"

O Sr. Presidente Getúlio Vargas, em despacho, de ontem, determinou as providências necessárias para que fôsse editada a tradução brasileira da obra "L'Oyapoc et l'Amazonne", da autoria de Joaquim Caetano da Silva publicada origi-

nariamente em francês e nunca vertida para a nossa língua.

Trata-se de uma versão feita pelo próprio autor e cuja publicação, agora autorizada pelo Chefe do Governo, irá despertar a maior sensação entre os bibliófilos e em todos os centros culturais do mundo, pelas circunstâncias que cercam a descoberta da tradução.

"L'Oyapoc et l'Amazonne", é um tratado em dois volumes verdadeiramente célebre e de inestimável valor para o Brasil. O seu autor, Joaquim Caetano da Silva, natural do Rio Grande do Sul, pode ser considerado como um dos mais sábios brasileiros pelos seus conhecimentos de orientalismo helenismo e vernáculo. A sua obra, publicada pela primeira vez em 1861 e, depois, duas vezes reeditada serviu ao Barão do Rio Branco, que a mandou reeditar também, para provar os direitos brasileiros na questão de limites com a França. Conta-se que Napoleão III ao ler "L'Oyapoc et l'Amazonne" impressionara-se tanto com o valor de sua argumentação que chegara a afirmar que a mesma valia, para o Brasil, como um verdadeiro exército.

Recentemente, o escritor Vilhena de Moraes, Diretor do Arquivo Nacional prosseguindo em suas pesquisas para classificar documentos ainda não constantes do catálogo geral encontrou, na data 833, diversos maços de folhas soltas com o seguinte título "O Oyapoc, tradução de Odorico Mendes". Descendo a examinar os papéis, o diretor do Arquivo Nacional teve a mais grata surpresa que pode as-

saltar um pesquisador apaixonado. Verificou o Sr. Vilhena de Moraes que a tradução que Odorico Mendes pretendia fazer da grande obra, fôra interrompida sendo porém retomada, depois, pelo próprio autor, que executara uma tradução completamente nova e que até hoje ficara inédita.

Verificando a importância da descoberta feita, o diretor do Arquivo Nacional imediatamente a comunicou ao governo, sugerindo a publicação que agora acaba de ser autorizada pelo Sr. Presidente Getúlio Vargas.

Narrando ao governo a sua descoberta verdadeiramente sensacional, diz o escritor Vilhena de Moraes no seu officio:

“Assaz notória é a importância dessa obra, escrita originariamente em francês, e reeditada duas vezes, uma das quais, em 1899, pelo Barão do Rio Branco. Ninguém há que a desconheça, como elemento decisivo que foi para dar ao Brasil ganho de causa na secular questão de limites com a França pelo lado das Guianas, questão confiada ao patrocínio do grande chanceler.

Não me consta, porém, qualquer menção feita à existência de uma tradução vernácula daquele inestimável monumento da nossa literatura histórico-diplomática e, muito menos a uma tradução levada a efeito pelo seu preclaríssimo autor, assoberbado sempre de múltiplos trabalhos depois daquela obra, e ferido, por último lamentavelmente, de quase completa cegueira, até à sua morte, ocorrida em 1873.

Independente do valor histórico que, vinculando-a indissoluvelmen-

te à vitória do pleito do Amapá, lhe imprime caráter de verdadeira relíquia entre os tesouros da bibliografia nacional, representa esta obra um precioso manancial de erudição científica o qual pede meças, aos melhores que no gênero tenham sido compostos em toda a literatura universal, constituindo, sem dúvidas, um dos mais vastos repositórios no que diz respeito à história e à fisiografia do Rio Amazonas.

Por todos estes títulos, aos quais se junta o de ter tido o Arquivo Nacional a honra de contar na lista de seus antigos diretores, o egrégio nome de Joaquim Caetano da Silva, parece-me indiscutível utilidade a publicação dessa obra, genuíno padrão de nacionalismo, e até hoje, entretanto, infelizmente, clausurada, em idioma estranho, ao conhecimento e admiração da imensa maioria dos brasileiros. E que melhor oportunidade para dar início a esse empreendimento de que o momento atual, quando dentro de breves dias, no próximo 10 do corrente, ocorre o primeiro aniversário do memorável discurso, pronunciado pelo eminente Chefe de Estado, Dr. Getúlio Vargas, com tamanha repercussão, em todo o país, na cidade de Manaus, em prol do soerguimento da vasta região da Amazônia, pela vez primeira visitada por um Presidente da República.

Pego, destarte, vênha para sugerir a idéia de ser, no próximo dia 10 do corrente, data aniversária da referida oração, submetido à assinatura do Sr. Presidente da República um decreto-lei abrindo ao

Arquivo Nacional os necessários créditos para a realização dessa empresa, de tanto maior oportunidade quando é certo que se comemora no próximo ano, na capital do Equador, um evento histórico a cuja colaboração não deveria, certamente, ficar alheio o nosso país: — O IV Centenário da descoberta do Rio Amazonas, certamente êsse no qual poderia o Brasil apresentar a belíssima credencial daquele histórico volume.

Já traduzido, como se acha, fatuado em bibliografia, pelo punho do próprio autor, orientalista, como se sabe, helenista, um mestre, em suma, do vernáculo, essa obra grandiosa, ao mesmo passo que viria acrescer de mais uma jóia o nosso patrimônio linguístico (sob o aspecto também interessante de um modelo de traduções) representará a mais expressiva das homenagens que se poderiam prestar, não só ao nobre pensamento do eminente chefe do Estado, como ainda à memória, infelizmente, quase extinta do grande sábio e insigne patriota rio-grandense que entre nós se chamou Joaquim Caetano da Silva, autor da obra a respeito da qual se conta ter Napoleão III afirmado que equivalia a um verdadeiro exército”.

VENANCIO AIRES

No dia 12 de novembro, transcorreu o centésimo aniversário do nascimento de Venâncio Aires, uma das figuras de maior relêvo na campanha nacional que culminou com a proclamação da República no país.

Natural da cidade de Itapetininga em São Paulo, onde nasceu a 12 de novembro de 1841, o ilustre político e jornalista, logo depois de haver completado seu curso jurídico na tradicional Faculdade da província bandeirante, sem solicitação de espécie alguma e inesperadamente mercê das qualidades que exornavam sua personalidade e elevavam, já na mocidade, seu nome a um lugar de destaque nos meios culturais e sociais de sua terra natal, foi investido do mandato à Assembléia Provincial. Aceitando à vontade expressa de seus concidadãos, tomou posse de sua cadeira, mas pouco tempo se conservou no desempenho do mandato. Não patuando com o ambiente que se fizera então, o jovem político combateu arduosamente os dois partidos monárquicos que se achavam representados na Assembléia, retirando-se desta para lutar sem desfalecimentos pela causa republicana. Fundou em Itapetininga o Partido Municipal e redigiu brilhantemente, na mesma época, o “Município”. Quando se tratou em São Paulo da fundação do Partido Republicano, inscreveu-se decididamente entre seus organizadores, destacando-se, de imediato, entre os patriotas que batalhavam pelo movimento republicano. Deu sua entusiástica adesão ao famoso manifesto de 1870 e bravamente empregou todos os seus esforços no sentido de aumentar a pujança da campanha em favor da República.

Transferindo residência para o Rio Grande do Sul, para onde veio atraído pela benignidade de nos-

so clima e pelos encantos da nossa natureza, Venâncio Aires aqui trabalhou ardorosa e intransigentemente pela difusão da idéia republicana.

Rejeitando todos os múltiplos oferecimentos que lhe faziam os chefes monárquicos provinciais, para que abandonasse a luta em troca de situações privilegiadas, preferiu ficar altivamente com suas convicções, mantendo-se intransigente e ativo ao lado da organização republicana, pela qual teve a honra de ser o primeiro candidato eleito, pôsto em que prestou os mais assinalados serviços à empolgante causa.

Ao ser criada entre nós a imprensa republicana com a fundação da "A Federação", coube a Venâncio Aires a direção da tradicional fôlha, na qual demonstrou sua grande capacidade intelectual e seus méritos de batalhador incansável, tornando o novel jornal, de logo, uma das tribunas de pronunciado relêvo na difusão da idéia da República.

Patriota de larga envergadura, modelo de virtudes morais, verdadeiro apóstolo do regime de 89, prestou excepcionais serviços ao republicanismo brasileiro, do qual foi o grande animador no sul do país. Faleceu Venâncio Aires aos quarenta e quatro anos de idade, em outubro de 1885 em Santo Ângelo, antes de ver concretizado o seu sonho político da implantação da República no Brasil, deixando seu nome inscrito entre os dos mais notáveis homens públicos da época.

"A Federação", então orientada por Júlio de Castilhos, em sua edi-

ção de 20 de outubro de 1885, registando o passamento de Venâncio Aires, publicou sentido necrológico, em que frisou expressivamente a preponderante ação desenvolvida pelo ilustre paulista na propaganda da República.

Os trechos seguintes foram transcritos desse registro necrológico:

"A frente dos seus companheiros políticos, Venâncio Aires não era somente o decano venerando, cujas sugestões patrióticas eram sempre aceitas, cujos sábios conselhos eram sempre ouvidos com respeito e acatamento; não era só o guia infectível que lhes traçava com segurança o caminho a seguir; era também o fúlgido modelo que luzia intensamente aos olhos de todos e que todos à porfia buscavam imitar.

Os que vacilavam sentiam-se reanimados pelo seu exemplo.

Os que se desesperavam diante das asperezas e das dificuldades a cada passo encontradas sentiam bruscamente renascida a esperança ouvindo a sua palavra ardente e febril.

E' que elle possuía uma natureza privilegiada: aos 44 anos de idade, a-pesar-das vicissitudes várias que até certo tempo erigiram de asperezas o seu caminho, conservava no espirito o brilho vivaz e o ardor impetuoso da mocidade.

A medida que lhe corriam os anos, avigoravam-se as suas esperanças, os seus entusiasmos patrióticos se estimulavam, robustecia-se a sua pujante fé republicana, a confiança no futuro da pátria engrandecida.

Era bastante ouvir a sua palavra eloquente e nervosa para admirar o ardor juvenil com que elle falava da Pátria e da República.

O Partido Republicano Rio-grandense não lhe deve só a ousada e gloriosa iniciativa da qual resultou a sua organização: deve-lhe também em grande parte a educação que possui.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Na sessão de outubro, da S. B. A. E., sob a presidência do Prof. Arthur Ramos, constou da Ordem do Dia uma comunicação do professor Renato Almeida sobre o jogo dos "capoeiras" baianos descrevendo e analisando uma partida a que assistiu em sua cidade natal, de Santo Antônio de Jesús. A comunicação, depois de um rápido histórico sobre o jogo de "capoeira" no Brasil e seus aspectos peculiares a vários estados, salientou que a "Capoeira de Angola", da Bafa, tem como diferença específica o fato de ser um jogo de destreza e agilidade acompanhado por música.

O professor Renato Almeida estudou o aspecto esportivo da luta, através de suas observações, comparando-as com as anteriores de Manoel Querino e do Sr. Edison Carneiro, para fixar-se depois no estudo das cantigas, cujas letras analisou confrontando vários textos. Fez depois cantar, por um grupo de alunos do Liceu Franco-Brasileiro, dirigidos pela professora Maria Luiza de Alencar, as melodias que recolheu, fazendo o es-

tudo dêses textos musicais, cuja nobreza melódica acentuou, mostrando que só têm valor ritmico, tanto que o andamento varia com o desenrolar da peleja. Pôs ainda em destaque o sortilégio da música, sobre os contendores, tanto que, quanto a luta degenera em briga, basta cessar a cantoria para estancar o ímpeto dos combatentes.

Finda a comunicação, teceram comentários em torno da comunicação o prof. Arthur Ramos, que fez várias observações sobre expressões dos versos das cantigas e instrumentos típicos usados nesses folguedos. O professor Newton Campos disse ser assunto de análise a influência da música sobre a luta, já aumentando a pugnacidade dos contendores com a aceleração do andamento, já fazendo que cesse por completo se ela pára. Por fim o professor Hierskowitz, africanólogo americano, da Northwestern University, ora entre nós, salientou a semelhança entre o jogo da "capoeira" que o professor Renato Almeida havia descrito e certas dansas de combate a que assistira na África Ocidental, em Trinidad e outras partes.

O CINCOENTENÁRIO DA FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

Foi festivamente comemorado em 25 de outubro, o cincoentário da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Em 1891 que os Srs. Fernando Mendes de um lado, França Carvalho de outro, com um grupo de eminentes juristas, fundaram as

duas Faculdades Livres, reunidas em 1920 em Faculdade de Direito e ora integrado, como estabelecimento padrão do ensino jurídico no país, a Universidade Nacional. Desde 1891, até o presente, essa casa do Direito tem formado em sucessivas e brilhantes gerações, milhares de advogados, juristas, conselheiros, homens de Estado, diplomatas, professores, representantes da cultura brasileira em muitos campos da atividade pública. Justificam-se, pois os atos solenes, comemorativos do seu meio centenário, que tiveram a presidência das altas autoridades da República e o concurso das instituições douradas desta Capital. O programa das comemorações constou de romaria aos túmulos dos professores falecidos; missa em todos os altares da Candelária, por alma desses mestres; a sessão magna no edifício da Faculdade, à Rua Moncorvo Filho (antigo Senado). Para a sessão magna da Congregação foram convidados os Srs. Presidente da República, Ministro da Educação, Ministros de Estado, Reitor da Universidade, o Cardeal D Sebastião Leme os Ministros e Desembargadores do Supremo Tribunal e da Corte de Apelação juizes, delegados das várias Faculdades, professores aposentados e demais personalidades que darão o merecido realce à solenidade. Todas as Faculdades de Direito do país enviaram representantes. Falou pela Congregação o Sr. Prof. San Tiago Dantas. O retrospecto dos serviços da Faculdade, às letras jurídicas e à cultura nacional nesses cinquenta anos de ininterrupto funcionamen-

to, foi feito pelo Diretor, Sr. Professor Dr. Pedro Calmon.

O TÚMULO DE CRUZ E SOUSA

No Cemitério de São Francisco Xavier, na vizinhança de grandes mausoléus, de mármore e bronze ultimamente erigidos, o túmulo em que repousam os restos mortais de Cruz e Souza, construído em alvenaria já lá vão para mais de três décadas, aos poucos se esboroa.

Na face de frente da pirâmide truncada que êle representa ainda se lêem os nomes dos livros imortais em que o Poeta Negro derramou sua alta e convulsa inspiração: *Broquéis, Missal, Farões, Evocações, Últimos Sonetos*. Mas já se lêem com dificuldade. Porque a pirâmide se desfaz em poeira.

Os que, por amor ao espírito e à glória de nossas letras, carinhosamente cultuam o nome desse cantor extraordinário promovem agora um movimento no sentido de substituir, na necrópole referida, o túmulo em ruínas por um monumento que melhor e mais duradouramente signifique a alma e a obra de Cruz e Souza, assim como o reconhecimento que o Brasil lhe deve.

Para este fim, em reunião realizada no salão de conferência da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, sob a presidência do Embaixador Edmundo da Luz Pinto, conterrâneo do Poeta Negro, foi constituída uma comissão para, coordenando o movimento, levar à efetivação o nobre e generoso intuito. Compõe-se essa comissão dos seguintes membros: Dr. Leoncio

Correia (aclamado presidente), Embaixador Edmundo da Luz Pinto Silveira Netto, o único sobrevivente dos grandes poetas simbolistas, Virgílio Varzea, conterrâneo e companheiro de mocidade de Cruz e Souza, Joaquim Ramos, também conterrâneo ilustre do poeta, e Tasso da Silveira.

Há uma verba de trinta contos de réis (30:000\$000) a ser empregada na ereção do novo túmulo. A comissão pede-nos informar que se acha aberta a concorrência para apresentação de projetos e "maquettes", a partir da presente data até 31 de Dezembro próximo. Ao autor do projeto considerado em 1.º lugar, será entregue a execução do monumento. Toda e qualquer informação a respeito do assunto poderá ser obtida com o presidente da Comissão, Dr. Leoncio Correia.

MUSEU DA REPÚBLICA

O antigo forte de Gragoatá, situado na praia do mesmo nome, em Niterói, vai ser transformado em Museu da República, por iniciativa do Sr. Interventor Amaral Peixoto, que recebeu, para isso, a necessária autorização e o apoio do Sr. Presidente Getúlio Vargas. Ali serão guardados todos os documentos que relembram o movimento republicano, desde a propaganda até a sua proclamação e consolidação no país, sendo erigido ainda, no mesmo local, um enorme monumento a Benjamin Constant, trabalho cuja execução foi entregue aos escultores fluminenses Modestino Canto e Honório Peçanha com a

colaboração do arquiteto Proença Sigand.

Essa obra de arte, que será a maior até agora feita no Brasil, medirá setenta metros de altura, dos quais vinte correspondem à estátua, toda em bronze e pesando vinte mil quilos. Será igual à maior do mundo, superando mesmo a Estátua da Liberdade, existente à entrada do porto de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Na parte fronteira ao monumento, de granito de Petrópolis, haverá um portão, artisticamente trabalhado e encimado por uma bandeira nacional, formada de mosaico de pedras brasileiras. No "hall" serão colocados três vitrais: o primeiro representará o histórico discurso da Praia Vermelha, pronunciado por Benjamin Constant durante a recepção oferecida à Missão Chilena que visitou o nosso país naquela época; o segundo, a reunião do Clube Militar, quando foram determinadas as diretrizes do movimento da madrugada de 15 de Novembro de 89; e o terceiro, a Proclamação, com Benjamin Constant, o Marechal Deodoro da Fonseca e Quintino Bocaiuva.

Os trabalhos do monumento já foram iniciados, devendo também ser construída, ali, uma estrada de acesso, partindo da grande avenida projetada no plano de remodelação da capital do Estado do Rio.

Além do aspecto prático dessa iniciativa, há ainda um sentido simbólico, pois aquela velha fortaleza, foi um dos baluartes do então nascente regime republicano, na ocasião da revolta da esquadra em 1893, quando o Batalhão Acadêmi-

co, ali sediado, representava a adesão dos fluminenses à causa da República.

BIBLIOTECA MILITAR

O Sr. General Valentim Benício da Silva, Secretário Geral do Ministério da Guerra, criador da Biblioteca Militar, tem continuado a inspirar a essa instituição úteis realizações.

Aos comandantes de unidades foi há pouco enviada a seguinte circular:

“Está sendo impresso o “Livro do Soldado brasileiro”, destinado ao ensino de analfabetos adultos, cuja primeira edição foi doada pelo autor à Biblioteca Militar.

O volume, encadernado, terá cerca de 150 páginas e mais de 40 magníficas ilustrações.

Como a edição deve ser grande e precisa ser previamente fixada, pede-se aos Srs. Comandantes de Unidades que façam suas encomendas, em officio dirigido ao Secretário da Biblioteca Militar (Edifício da Guerra — Rio de Janeiro), até 30 de Novembro, acompanhado das respectivas importâncias.

Para os volumes pedidos até a referida data o preço será de 5\$000, provavelmente aumentado para edições ulteriores, devido ao encarecimento do papel. A expedição será feita durante o mês de Dezembro.

O “Livro do Soldado Brasileiro” foi assim organizado:

1.^a parte — Aos professores — Preleção feita pelo Coronel V. Benício da Silva, Chefe do Estado Maior da 1.^a Região Militar (1936),

aos comandantes de corpos e oficiais incumbidos de dirigir a instrução de analfabetos.

2.^a parte — O ensino da leitura — Trinta e nove lições, pelo método de sentencição, combinado com as silabação e palavras. Lições compostas pelos próprios soldados, acompanhados de gravuras feitas pelo hábil desenhista Belmonte.

3.^a parte — Aplicação — Treze lições: hinos e canções patrióticas e outras lições instrutivas.

4.^a parte — Caligrafia — Regras de caligrafia. Exemplos e modelos.

5.^a parte — Numeração — Leitura dos números inteiros. Números romanos. Números ordinários. Tabuadas. Exercícios de adição, subtração, multiplicação e divisão.

6.^a parte — Dez lições manuscritas, em diferentes tipos de caligrafia.

A CRIPTA DOS HERÓIS DA LAGUNA E DOURADOS

A Comissão presidida pelo Coronel Cordolino de Azevedo reunida na Biblioteca Militar do Ministério da Guerra, tratou da cerimônia em homenagem à Proclamação da República para a inauguração da Cripta dos Heróis de Laguna e Dourados. As urnas em número de quatro, contém os restos mortais do Coronel Camisão, Tenente Coronel Juvêncio, Tenente Antonio João e guia Lopes, da Expedição, foram conduzidos de Aquidauana, onde se encontravam, para São Paulo, ficando, 1.^o expostos à visitação pública, e da Capital Paulista, vieram em trem es-

pecial, acompanhadas de uma escolta de tropa e de membros da Juventude Brasileira, bem como pelo presidente da referida Comissão, Coronel Cordolino, e de outros elementos da mesma, todos acompanhados de suas famílias, bem assim dos descendentes daqueles cujas cinzas honrosamente foram transportadas. Aqui chegados, ficaram expostos também à visitação pública, na Igreja da Santa Cruz dos Militares, na rua Primeiro de Março, nos dias 14 e 15 de Novembro. Na manhã deste último dia houve missa solene e sermão referentes aos heróis pelo Monsenhor Rezende, Capelão da Irmandade. Na tarde de 15, essas urnas foram transportadas em grande cortejo, seguido de forças militares, para a cripta que acaba de ser construída por baixo do Monumento, que está situado na Praia Vermelha. Por ocasião da chegada das Urnas, estavam presentes o Sr. Presidente da República, acompanhado de seu Ministério. No local dessa cerimônia falou D. Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá, e em seguida o Coronel Cordolino de Azevedo, para dar conta da missão, que lhe foi confiada há mais de 20 anos. Por último, o Monumento foi entregue ao Prefeito da Cidade, que proferiu também algumas palavras.

EXPOSIÇÃO DO LIVRO PORTUGUÊS

Na próxima Exposição do Livro Português, que será em breve inaugurada no Rio de Janeiro, no recinto da Biblioteca Nacional, tere-

mos ocasião de observar curiosos aspectos da evolução das artes gráficas portuguesas.

Portugal teve, em Leiria, entre 1470 e 1474, por consequência antes da Espanha, a primeira tipografia.

Seguiram-se Lisboa, em 1481, e Braga em 1494; e, no começo do século XVI, as outras cidades e vilas principais do país o qual teve 4 classes de tipografia: a hebraica, a latina, a portuguesa e a grega.

O primeiro livro hebraico impresso, conhecido, foi o "Pentateuco Hebraico" datado de Lisboa, em 1489, mas outros certamente, se imprimiram antes, embora não haja notícias d'êles, porque os judeus expulsos, levaram consigo essas obras e, as que ficaram teriam sido queimadas sob a suspeita de conterem erros ou blasfêmias.

O primeiro livro latino, data de 1490, foi impresso em Lisboa e intitulava-se "Breviarium Eborense"; a esta edição seguiram-se outras, em várias cidades, de diversas obras que hoje são preciosíssimas.

A primeira obra tipográfica portuguesa, sobre a qual há certeza de ano e de lugar de impressão é o "Livro de Vita Christi", editado em Lisboa em 1495; no ano seguinte, imprimiu-se a célebre "Estorla de muy nobre Vespasiano emperador de roma", cujo único exemplar, conhecido, existe na Biblioteca Nacional de Lisboa.

A tipografia grega substituiu, em Portugal, a tipografia hebraica e, embora se desconheça a data de introdução, sabe-se que, em 1534, se usava no Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e que, só no fim do século XVI caiu em desuso,

tal como o tipo gótico que, desde 1536, começou a ser substituído pelo semi-gótico.

A arte e os artistas de tipografia usufruíram de extraordinário conceito, desde remotos tempos, havendo-lhes o rei D. Manoel, antes de Luiz XII, concedido grandes vantagens e privilégios, até o de serem considerados cavaleiros da Casa Real, pósto que sem armas nem cavalos, desde que fôsem cristãos velhos.

Desde então, até hoje, as indústrias gráficas portuguesas acompanham, sempre, os progressos das nações mais adiantadas, oferecendo, na concorrência às principais exposições efetuadas no mundo, trabalhos magníficos, que mereceram honrosíssimas distinções.

Entre as várias curiosidades a patentear aos frequentadores da próxima Exposição do Livro Português, a da evolução da primeira arte-indústria, será das mais interessantes, embora, não possa ser completa, por via dos riscos oferecidos, atualmente, ao transporte das preciosidades, que os organizadores desejariam apresentar no Brasil. Contudo, o Sr. Souza Pinto, organizador da Exposição do Livro Português, tendo notícia de que no Brasil, existem algumas dessas raridades, na posse de instituições oficiais como particulares, procura reuni-las, para ordená-las junto às outras, expressamente enviadas de Portugal, afim de conseguir dar aos visitantes da Exposição uma idéa, a mais completa possível, da evolução da indústria gráfica portuguesa, dos

primórdios, no final do século XV, até à atualidade.

Informações telegráficas diretas, de Lisboa, noticiam que se efetuou, ontem, a bordo do "Cuiabá", o maior embarque de livros jamais realizado em Portugal.

Nada menos de oito mil obras, num total que ascende a 100.000 volumes, vem a caminho do Brasil, para figurarem na próxima Exposição e Quinzena do Livro Português. Se se contarem os embarques feitos no "Cabo de Hornos", que recentemente tocou em nosso pórtio e a fazer no "Niassa", o primeiro navio a zarpar de Lisboa, com destino ao Brasil, podemos ter a antevisão do colossal esforço realizado pelos autores e editores, como pelo governo português para dar ao Brasil uma idéa, tanto quanto possível completa, da vida mental portuguesa, de tôdas as épocas e demonstrar quão desvelado carinho merece e quão singular simpatia inspira, à gente portuguesa, tudo quanto se refere ao Brasil.

A iniciativa da Exposição, como da Quinzena, em que colaboram brasileiros e portugueses, homens de pensamento, como os de ação, apresenta, agora, uma faceta inédita, no aspecto prático de consumação dessa grandiosa obra de união de povos que falam a mesma língua: dum lado, a unanimidade de colaboração de quantos trabalham no livro; doutro, o mais tocante, porque vem da alma — a expressão sentimental dessa colaboração.

De tôdas as cidades de Portugal, onde vive um autor ou trabalha uma editora, saiu, pelo menos, uma

obra para vir participar da Exposição.

Reunir mais de 8.000 obras diferentes, para uma Exposição, só é possível, quando pensamentos e sentimentos pares agitam as almas — quando se vibra por dedicação a uma obra e por simpatia a uma ação.

Brevemente, nos salões da Biblioteca Nacional, especialmente cedidos pelo Sr. Ministro da Educação, para a exposição, os brasileiros como os portugueses terão uma oportunidade ímpar, para a visão impressiva da vida intelectual portuguesa.

SOCIEDADE DE HOMENS DE LETRAS DO BRASIL

A Sociedade de Homens de Letras do Brasil, sob a presidência do General Dr. Arnaldo Damasceno Vieira, escolheu para sócios honorários e correspondentes da mesma sociedade os Srs.: J. Arthur Twedberg, representante do intercâmbio sueco-brasileiro, o Sr. Lilo Catalan, diretor da Revista Americana de Buenos Aires, e Sr. Benjamín de Garay, escritor argentino, assim como o foram nas mesmas categorias, eleitos anteriormente os Srs.: D. Miguel Luiz Rocuant, escritor chileno, Wilhelm Franz Koenig, representante do turismo teuto-brasileiro, o Sr. Carlos Martinez Vigil, escritor uruguaio, o Sr. Chesley Martin Hutchings, representante da Sociedade de Homens de Letras junto aos intelectuais norte-americanos.

CARLOS MALHEIRO DIAS

O Brasil acaba de perder um dos mais dedicados e ardorosos, um dos maiores, em todos os sentidos, dos seus amigos de todos os tempos. Essa afeição e êsse culto êle os exerceu desde as suas estréias de homem de letras. E porventura o seu primeiro trabalho, a primeira das crônicas escritas com o pseudônimo "Truão", para o *Diário Popular*, de São Paulo, foi já um hião ou uma oração à beleza e pela glória do Brasil.

Em verdade, Carlos Malheiro Dias se dividia entre a sua pátria e esta, à qual durante muitos anos serviu e amou, como se sua igualmente fôsse. Não se esquecia nunca de que, na capital paulista, realmente nascera para as letras. Com dezessete anos de idade, ajudante de guarda-livros numa casa de fazendas da rua do Comércio (Barroso, Monteiro & C.) compôs para a *Semana*, de Valentim Magalhães, uma série de reconstituições históricas ou lendárias, profundas já e robustas pela cultura que evidenciavam, animadas já por uma inspiração verdadeiramente superior. Assinava-se então Carlos Dias. E, não se sabendo no Rio quem êle fôsse, louvou-se o seu advento como o dum escritor que viria a enaltecer excepcionalmente a nossa literatura. Como o Sr. Carlos Magalhães de Azeredo, em artigo neste jornal havia de chamar ao Sr. Antonio Corrêa de Oliveira "O novo poeta português", algum luminar da nossa Imprensa, talvez Ferreira de Araujo, talvez Alcindo, saudou em Carlos Dias "o novo prosador

brasileiro". São êsses os capítulos que formam o seu livro *Cenários* publicado no Rio de Janeiro em 1894, pelos editores J. Cunha & Comp. e com uma capa de Rodolpho Amoedo.

Tendo resolvido vir para o Rio, a *Noticia* lhe tomou um folhetim semanal; e Carlos Dias, tradicionalista apaixonado do idioma, devoto da beleza clássica, do esmero harmonioso, dos sagrados moldes plásticos e musicais, rompeu contra o grupo que então lançava uma "escola" em que se aliavam as tendências das decadistas francesas, o nefelibatismo de Eugenio de Castro e a tragédia de Antonio Nobre. Os "Novos" como então eram qualificados ou, mais exatamente êles se qualificavam a si próprios, responderam com violência aos golpes de esgrima sutil com que o jovem polemista procurava — dando outra modalidade ao seu talento — seguir o exemplo do mestre adorável da argumentação irônica, Eça de Queiroz. Eram muitos contra um. Carlos Dias, porém, manteve-se na ofensiva com uma altivez e um denôdo para o que não pouco contribuiu a condição da sua primeira mocidade. E o folhetim erudito e rutilante *Novos em quê?* constituiu com verdadeiro acontecimento da época literária.

A nostalgia e em boa parte os chamados instantes da sua família forçaram Carlos Dias a voltar cedo a Portugal. Uma casa editora lhe forneceu o necessário para a viagem. Depois de passar alguns meses, semanas talvez, com seus pais, no Pôrto, foi para Lisboa fazer o Curso Superior de Letras que lhe

daria acesso à carreira diplomática. E, passado mais um ano, isto é, por volta dos vinte anos de idade, publicava êle o poderoso e sensacional romance *O filho daservas*, assinado com o nome inteiro. Foi então que em Portugal surgiu magnificamente, Carlos Malheiro Dias.

Outros romances se seguiram a pequenos intervalos: *Os Telles de Albergaria*, *Paixão de Maria do Céu*. *O grande Cagliostro*, depois transformado em peça de teatro, para a interpretação consagrada dos irmãos Rosa e de Eduardo Brazão. Paralelamente com êsse êxito esplendoroso se preparava e desenvolvia a sua carreira política e administrativa. Fizeram-no alto funcionário do Estado, deputado, diretor duma companhia de estradas de ferro. E a predileção do seu espírito doutrinário e divulgador o levou a criar, sob a égide do *Diário de Notícias*, a *Ilustração Portuguesa*.

Na coleção dêsse semanário encontramos e cada momento, ocupando-se do Brasil, exaltando a terra, revelando os homens, pugnando por todos os interesses dêste país de que, pelo sentimento, nunca se havia de separar. A saudade, que já lhe não cabia no grande coração, fez Malheiro Dias embarcar de repente para o Brasil, a pretêsto de conferências literárias. Uma destas, feita no nosso velho Teatro Lírico, *A espada a serviço do heroísmo e do amor*, vale por um formoso e arrebatado poema à memória dos que se bateram por uma pátria, uma religião, ou uma mulher.

Voltou Malheiro Dias a Lisboa,

ao seu partido, aos seus jornais. As *Cartas de Lisboa* para o *Comércio do Porto* em ambas as cidades e por todo o país despertavam o mesmo interesse. Agitavam a opinião: suscitavam controvérsias ardentes; e, ora recapitulando, com interpretação nova, episódios ou eras da História de Portugal, ora glosando assuntos de atualidade, como em tudo e sempre afirmou aquele homem tão exíguo de estatura, ser pelo fervor idealista e a convicção batalhadora, extraordinariamente valoroso.

O Brasil o atraía, o fascinava. A *Revista da Semana*, de que tomou conta com Aureliano Machado e o Sr. Arthur Brandão, foi a tribuna suprema da sua campanha constante pelo melhor entendimento e a mais pura amizade entre os dois países. O que êle propagava e defendia em Portugal, com o mesmo empenho constante e inflamado o difundia e preconizava no Brasil. Era a mesma certeza da verdade que competia e convinha às duas nações, aos dois povos. Falando sempre de Portugal com altíssimo júbilo ou extremo carinho, só tratava do Brasil com o propósito mais veemente de o engrandecer e dignificar. A sua vigilância de chefe na *Revista da Semana* não deixava escapar motivo nem pretêsto para assinalar pela fotografia, pelo desenho, pela crônica de fatos, pelo artigo de idéias, por todos os meios de informação e de comentário, aquilo que para êste país significasse riqueza, prestígio, honraria, esplendor.

Nem sempre, nem por todos foram as suas intenções interpreta-

das no melhor sentido. Digamos claramente que se lhe infligiram graves injustiças. Em certa ocasião, atribuiu-se a Malheiro Dias participação num *complot* para provocar a guerra entre o Brasil e um país vizinho — com gigantesco fornecimento de armas a êste segundo país. Era absurdo. Mas sempre há quem acredite em absurdos. E, quanto maior é o absurdo, mais facilmente por alguns é aceito e proclamado como a verdade estre-me... Malheiro Dias sofria imensamente, na sua sinceridade, com êsses boatos, essas invenções... Nem por isso, no entanto, lhe diminuía ou dalgum modo se lhe alterava a abnegação de apóstolo do luso-brasileirismo. Nem por um momento ao seu trabalho, à surpreendente, fenomenal operosidade do seu cérebro e da sua mão deixou de corresponder a mais alta chama patriótica. Todos os que lêem revistas há mais de vinte anos se hão de lembrar das *Cartas de mulher*, da *Revista*, assinadas "Iracema", pensadas, sentidas, vibrantes de emoção, como se realmente as ditara um coração feminino. Foi então, e quando se formava, por obra de Olavo Bilac e outros brasileiros insígnies, a corrente de opinião em favor do serviço militar; foi então que apareceu a famosa epístola *A meu filho soldado* que foi reproduzida nos jornais de Norte a Sul, lida nos quartéis e em comícios, e recentemente incluída pelo Tenente-Coronel Affonso de Carvalho no seu bem selecionado volume *Antologia Patriótica*.

Carlos Malheiros Dias saiu da *Revista da Semana*, rico, explique-

mos: rico para a existência que tencionava levar. Autor de mais de vinte volumes; organizador e co-autor da momentosa, excelente, definitiva *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, trazia há muito tempo em mente um romance que ansiava por escrever, que precisava de escrever. Alguém lhe ouviu dizer um dia:

— O meu romance de que mais se fala é *Paixão de Maria do Céu*, feito aos vinte e dois anos. Não me dará um dia a vida mais lazes e mais quietude de espírito, ou quietude de espírito, para eu tentar, no gênero, coisa superior?

Mas esse projeto, como tantos outros dignos de vingar, não o deixaram as circunstâncias, e em boa parte o seu próprio temperamento, fidalgo, liberal, bastante perdulário, levar a efeito. As centenas de contos de réis que levou consigo tão rapidamente lhe minguaram nas mãos, que forçoso se lhe tornou voltar à labuta absorvente do jornalismo. Ainda uma vez de volta ao Brasil, e infortunado num empreendimento comercial, fundou a revista *Cruzeiro*. El-lo de novo principalmente votado ao luso-brasileirismo. Cria-se a "Federação das Associações Portuguesas do Brasil" e Malheiro Dias é feito presidente. Então os seus discursos nas cerimônias efetuadas na sala do Gabinete Português de Leitura atingem, como as palavras da *Exortação à Moçidade* que ele pronunciara em 1924, na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, uma eloquência de plena sublimidade. No Gabinete, lê as páginas soberbas e refulgente de saudação a Saca-

dura Cabral e Gago Coutinho; ali compõe a conferência épica de *Camões e a raça*, destinada à semana camoneana de São Paulo; ali, recebe, com emoção peregrina e verbo grandioso o Cardeal Cerejeira; ali, a 30 de setembro de 1922, ergue ao Sr. Getúlio Vargas o louvor altissono que a nenhum brasileiro podia deixar de comover.

Assim, o Brasil e Portugal andaram sempre reunidos na imaginação do poeta, na emotividade do patrióta, na palavra do artista. E quais os seus últimos livros, os livros publicados em Portugal depois da sua partida definitiva do Brasil? *Orações e conferências*, de que constam os trabalhos pouco atrás citados e a antologia, larga e sabiamente comentada, dos *Pensadores brasileiros*. Até ao fim, Portugal-Brasil!

CLEMENCIANO BARNASQUE

Faleceu, a 22 de dezembro, nesta capital, o Sr. Clemenciano Barnasque, conhecido escritor e jornalista riograndense.

Nascido em São Sepé em 23 de fevereiro de 1892, era o extinto filho do Sr. Inocencio Barnasque e de D.^a Clarícia Brum, ambos já falecidos. Iniciando seus estudos secundários na extinta Escola Militar de Rio Pardo, ingressou mais tarde na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Interrompendo o curso médico no 2.^o ano, em 1913, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, que frequentou, também, durante dois anos. Abraçou, depois, a carreira que conseguiu, logo, um lugar de des-

taque em São Paulo e no Rio. Retornando ao Rio Grande do Sul, aqui continuou o exercício da profissão jornalística, colaborando em diversos órgãos e ocupando, durante anos, entre outros postos, os de redator d' "Federação", do "Diário de Notícias", do extinto "Jornal da Manhã" e do "Jornal do Estado". Ingressando, ao mesmo tempo, no serviço público do Estado, foi funcionário de Porto Alegre, do Museu Júlio de Castilhos, da Junta Comercial, da Diretoria de Instrução Pública e da Imprensa Oficial.

Mercê de seus dotes de inteligência e de seu vivo amor à nossa literatura regional e à nossa história, para as quais contribuiu, afora os inúmeros artigos e crônicas esparsos na imprensa, com os livros "Mancha Pampeana" ("No Pago"), o "Rio Grande na História e na Legenda" e "Efemérides riograndenses", "Clemenciano Barnasque foi distinguido, há anos, com sua eleição para o Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Era, ainda, o nosso saudoso confrade um dos fundadores da Liga de Defesa Nacional neste Estado, à qual prestou dedicados serviços e também era membro da Academia Riograndense de Letras.

A atuação desenvolvida por Clemenciano Barnasque nas letras gaúchas e as qualidades que ornavam seu coração, tornaram-no, assim, de há muito, uma figura estimada em nossos meios culturais, jornalísticos, administrativos e sociais, causando, por isso mesmo, entre seus numerosos amigos e ad-

miradores, o maior pesar a notícia de seu falecimento.

O corpo do malogrado escritor e jornalista foi removido para o salão nobre da Associação Riograndense de Imprensa, da qual éle era um dos fundadores, e ali foi velado por crescido número de pessoas.

Para assistir as cerimônias fúnebres, a A. R. I., a Academia de Letras do Rio Grande do Sul e o Instituto Histórico convidaram os colegas e amigos do extinto.

Clemenciano Barnasque deixa viúva a Exma. Sra. D.^a Acelia Vargas Barnasque, de cujo consórcio possuía um único filho, o jovem Wilson Barnasque, já falecido.

Nos meios intelectuais da capital e do Estado repercutiu dolorosamente a notícia do falecimento do consagrado escritor rio-grandense Clemenciano Barnasque.

Até a hora do saimento do féretro houve um contínuo vai-e-vem de pessoas de tôdas as classes sociais em visita ao corpo, entre as quais estavam-se os presidentes do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, da Academia Sul Rio-Grandense de Letras, da Liga de Defesa Nacional e da Associação Sul Rio-Grandense de Imprensa.

Pouco antes de sair o entêrro, teve lugar a encomendação na própria câmara mortuária pelo monsenhor João Balém, cura da Sé.

Depois da encomendação, realizou-se expressiva e comovente homenagem à memória de Clemenciano Barnasque.

O sr. Paulo de Gouveia, redator do "Correio do Povo" em nome da

Associação Rio-Grandense de Imprensa disse as seguintes palavras:

“Barnasque!

Aquí estamos — teus colegas e amigos — para trazer o último adeus ao velho companheiro.

Lidador de tantas e tão ásperas jornadas, aí te estiras inutilizado pela morte, aniquilado para a luta, para o trabalho e para o sonho.

Já não tens olhos para a beleza de que encheste tão prodigamente tua vida e a vida dos que se acercaram de ti. A sombra adensou-se sobre eles num sono irremediável e prematuro. E nem enxergas, neste minuto amargo de despedida, os que vieram para acompanhar-te na viagem derradeira.

Cruzador incessante dos pampas e coxilhas terminaram as interminas giras pelo pago que tanto amaste. Lá ficaram para traz, muito longe, as estradas abertas que tantas vezes palmilhaste, rumo à pequena vila adormecida sob a bênção da Senhora das Mercês.

Lá ficaram as restingas ensolaradas, as carretas tranquilas, os capões acolhedores tão teus amigos que fizeste deles o motivo e o encanto dos livros que escreveste.

Gaúcho de alma, berço e coração, foste morrer distanciado de tudo o que foi o grande e inextinguível amor da tua existência. Árvore transplantada da imensa planura verde para o tumulto da cidade hostil, aquí feneceram tuas raízes e hoje tua fronde se confunde com o pó de que foi feita a triste contingência humana.

Barnasque! Vamos levar-te agora para o alto da colina de que se não volta nunca. Lástima que

tua cabeça fatigada não repouse sobre um pouco da úmida tabatinha sepeana; Servia, assim, mais doce o sono que estás dormindo e que a máguia deste instante não quer, nem dê leve perturbar.

Velho companheiro e amigo, os teus irmãos de imprensa deixam sobre teu esquife o seu adeus e a sua saudade”.

Seguiu-se com a palavra o dr. Sinval Saldanha, ex-secretário do Interior, que, em nome do município de S. Sepé, proferiu as seguintes palavras.

“Barnasque,

No momento em que o teu corpo hirto e frio, enregelado, desce à última morada, quero dar-te o adeus da nossa terra. E penso interpretar os sentimentos de todos que vivem em São Sepé, trazendo-te esta despedida quando para todo o sempre, te vais dos nossos olhos. E morreste longe do pago, que tanto amaste. Não importa! Um dia, nós, os teus amigos, havemos de conduzir os teus despojos para o topo da colina onde nasceste, e assim, no lindo cenário verdejante do pampa sepeense, dormirás eternamente.

A tua religião era o Brasil, era o Rio Grande. Quanta vez, no fogo do gaúcho, assando o nosso churrasco, ao recordar as páginas de glória do nosso passado, vi teus olhos encherem-se de lágrimas! Patriota fervoroso, nacionalista extremado, tivessem todos os brasileiros o amor que devotavas ao Brasil.

A pena de escritor ressaltou nossas belezas e nossas glórias,

Poeta, os teus poemas são hinos de amor à Pátria estremecida.

E em dias apreensivos como estes que estamos vivendo é que se pode avaliar todô o bem que fizeste, exaltando a nossa história e cantando as nossas glórias.

E levas para o túmulo, acredito, a certeza de que o teu amado e grandioso Brasil não faltará, à hora do perigo, aos seus gloriosos destinos. Com sacrifício embora, chamando a postos os seus filhos, obedecerá aos imperativos da honra nacional.

Boêmio, esbanjaste a tua vida. Retardatário, a tua geração não era esta. Foste um bom. Passaste pela vida fazendo o bem e só foste mau para ti mesmo. Deixas um traço luminoso de inteligência e de bondade.

Saindo dos pagos nos verdes anos, caminhaste, como verdadeiro gaúcho, quase todo o Rio Grande. E nessa peregrinação o teu espírito brilhante cada vez foi mais amando as suas tradições e a sua história.

Deixaste páginas literárias de uma singular beleza, inspiradas sempre nos assuntos nacionais.

O Brasil, o Rio Grande, a tua grande preocupação de sempre!

Moço ainda, podias ter produzido mais, se a morte não te arrebatasse agora.

São Sepé, o teu, o nosso berço, chora hoje o desaparecimento do rio-grandense ilustre.

Os que viram a luz da vida naquele rincão, a que deu o nome o índio herói, sentem que desaparece o mavioso canto das suas

belezas, o filho das coxilhas sepeenses.

Adeus! Barnasque. O teu nome viverá entre os que cantaram e mais amaram a nossa Pátria. São Sepé não esquecerá o teu nome, e um dia receberá em seu seio os teus ossos, os quais deverão repousar no teu rincão nativo, à sombra dos umbús que tu cantaste.

Por último, falou o cap. De Paranhos Antunes, em nome da Academia Rio-Grandense de Letras.

A seguir foi retirado o esquife da câmara mortuária pela diretoria da Associação Rio-Grandense de Imprensa, da Academia Rio-grandense de Letras, Liga de Defesa Nacional e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Organizou-se, então, extenso cortejo, em direção ao cemitério.

Grande foi o número de coroas enviadas, entre as quais se encontravam as das entidades já referidas e de outras corporações, as quais Clemenciano Barnasque prestou relevantes serviços.

Desejando prestar merecida homenagem ao seu sócio, com a devida licença da família do ilustre morto, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul realizou os funerais a expensas suas.

NOTA DA REDAÇÃO

O n.º 83 da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", portanto o número anterior ao presente, deveria ter circulado em setembro de 1941 mas a falta de papel, com que se debate a praça não a fez aparecer

na época marcada e assim o número correspondente ao terceiro trimestre apenas pode ser lançado em dezembro de 1941.

O atraso em aprego não só motivou os contratempos que eram de se prever como também resultou numa série de pequenos lapsos evidentemente sem muita importância.

A secretaria do Conselho Nacional de Geografia nos solicitou a publicação de uma nota de retificação ao "VOCABULÁRIO GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL" e em vista do nosso número de setembro não ter ido para o prélio ainda em novembro, período do ano em que recebemos a citada nota, resolvemos divulgá-la nesse mesmo número, máu grado a aparente contradição de datas: a revista assinalada com o mês de setembro e a nota com o mês de novembro.

Além disso, outras notícias, duas ou três, foram acrescentadas enquanto se aguardava a saída da Revista: notícias de ocorrências do mês de outubro.

Aproveitamos para informar os nossos leitores que a revisão quasi sempre não tem sido obedecida embora os artigos sejam revisados pelos próprios autores e a parte de redação ser revisada por conhecedor da matéria, especialmente contratado para êsse fim.

Além disso, no noticiário do número passado, saíram truncadas as informações referentes à Assembléia Geral dos Conselhos de Geografia e Estatística e à Primeira Exposição de Folclore carioca, ambas realizadas no Rio de Janeiro.

Não deveriam ter sido inseridos detalhes de horas, etc. que não interessam à uma revista trimestral, pois a maioria do nosso noticiário é feito de transcrições de jornais de todo o país, transcrições que são devidamente emendadas e adaptadas.

A direção da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", por tais equívocos e atrasos involuntários, pede desculpas.

Através da imprensa

Nísia Floresta e o sentimento nacional

Dioclecio O. Duarte

Estávamos na primeira década do século XIX. Ainda não tinham repercutido nas várzeas de Cunhaú os ideais republicanos que Miguelinho, estoicamente, doutrinara na cátedra do hierático Seminário de Olinda. Continuava aparentemente plácido o ubertoso vale do Capão, de verdes canaviais, com o cheiro do mel de seus banguês movidos pelos bois adestrados que, em seguida, descansavam à sombra das mangueiras.

Velhos caboclos vindos das bandas do Timbó, Oitizeiro e Cururú, pescavam, tranquilamente, enormes camarões e deliciosos carangueijos. Depois, entre goles de aguardente e punhados de farinha de mandioca, saboreavam a pescaria, escutando os milagres dos Santos, as lendas das lagoas e as aventuras dos caçadores notívagos.

Mais tarde, André de Albuquerque seria obrigado a aderir aos

impetus libertadores dos revolucionários de Pernambuco.

E como a terra houvesse recebido o sangue dos mártires que enfrentaram a avalanche holandesa, os ouvidos ingênuos pareciam receber ainda os ecos dos tiros de canhão partidos da ilha do Flamengo por cima das águas do arruinado convento dos Jesuítas, que a tradição exige seja reconstruído, assim como as muralhas artísticas do cemitério colonial.

A terra foi sempre assim. Poesia e luta. Poesia dos campos e dos lagos que os jovens adoravam.

Luta contra os invasores hereses que trucidavam as crianças e roubavam as mulheres morenas.

A criança é um símbolo e a mulher uma religião. Os homens sem crenças não entendiam. Apenas pensavam na conquista. O heroísmo era uma consequência da ambição mercenária. Não existia

o ideal nem o encanto das sublimes paixões. O contraste entre o invasor e a gente da terra, era completo.

No ambiente americano, amplo e claro, tudo convidava as mais livres expansões do amor que animava os antigos habitantes da terra iluminada por um lindo sol. As mulheres amavam sem timidez e os homens de peitos largos e temperamento ardente repeliavam a escravidão.

Contemplando o horizonte vasto que os olhos quase não conseguiam abranger ou mergulhados nas águas transparentes dos imensos lagos, os indígenas não enxergavam em torno de si obstáculos intransponíveis. A imaginação era infinita como infinita era a superfície da terra. Mas a terra era dócil. Os ventos sopravam sem irritação. Do seio das matas um perfume silvestre embalsamava o ambiente. Perto, as lindas lagoas ofereciam para os almoços gostosos os mais ricos e variados cardumes. Não existia na terra o rancor da luta nem a ambição da riqueza. O sentimento era de amor e de liberdade. E a gente era o reflexo do próprio meio onde se formava. Foi o dominador aventureiro que derramou na alma virgem de paixões o veneno da desconfiança e do ódio. O sentimento da terra exaltava as criaturas no culto dos belos ideais, porém os vícios incontidos dos arrivistas criaram um estado anímico de permanentemente rebeldia.

Foi em um desses recantos poéticos e numa época de agitação política que Nísia Floresta nas-

ceu. Laranjeiras e mangueiras frondosas circundavam o solar da família. Criança, escutava a suave orquestra dos pássaros e aprendia as delicadas orações que sua mãe lhe ensinava. Entre árvores amigas ou correndo à margem dos formosos lagos, a menina encantada passou os primeiros anos da infância feliz. Apanhava inocentemente os frutos e colhia as flores em contacto com ligeiros colibris. Essa impressão rápida da infância, junto ao carinho materno e à alegria dos pequenos irmãos, lhe imprimira para sempre uma ternura na alma, conservando-lhe a saudade do longínquo e suave bosque em que nascera e, a respeito do qual Henry Koster em sua "Viagens" lembra uma paisagem pitoresca. — (Travels in Brazil).

Papari, glorioso berço da mais extraordinária figura feminina do continente americano, era nessa época uma pequena aldeia. Assim a descreve o ilustre itinerante: "Papari é um vale estreito e profundo, do mais delicioso aspecto. Inteiramente cultivadas, este ano, particularmente, as terras são de um grande rendimento porque não houve chuvas, e as chuvas, e as terras arenosas ficaram estéreis. Com efeito, ao passo que, em tôdas as partes da região, o terreno parecia seco e queimado, neste vale se encontra uma frescura verdejante. É um sítio agradável e os habitantes parecem, pela sua jovialidade, estimar o preço de uma tal morada. Papari goza ainda de outra vantagem; conquanto distante do mar três ou quatro lé-

guas, encontra-se aí um lago de água salgada, de sorte que os habitantes podem ter peixe à porta. A maré sobe e desce nesta lagoa, que nunca está seca, porque, mesmo que os regatos de água doce que desaguam nela, estacassem, conservaria sempre uma porção de água do mar.

Os pescadores sobem até Papari em suas jangadas que não mergulham mais de um pé na água. Papari está cerca de cinco léguas de Cunhaú. O senhor Dionísio (era o pai de Nísia) apresentou-me a sua mulher. Ele é português, e desposou uma brasileira. Possuem um pedaço de terra no vale e me parecem bastante prósperos.

Papari pode ter trezentos habitantes. Soube depois, que, no correr do ano, muitas pessoas vêm a Papari, em virtude da absoluta falta de viveres no lugar em que moram. Fui à borda do lago para ver a chegada dos pescadores. Todo o povo do vale estava reunido para os receber: era Billingsgate em miniatura, exceto que a língua portuguesa não permite praguejar. Jantamos à moda brasileira, em uma mesa de cerca de seis polegadas de altura, em torno da qual nos assentámos, ou por outra, nos deitámos em esteiras.

Não tínhamos garfos; e as facas, em número de duas ou três, eram unicamente destinadas a cortar os grandes pedaços; os dedos deviam fazer o resto."

E como o curioso observador inglês, de cujo espírito não se apagaram as impressões do sítio romântico encravado na antiga capitania de Jerônimo de Albuquerque,

que, todos os visitantes que ali aportam respiram o aroma das matas verdes e nunca esquecem a poesia bucólica dos misteriosos lagos. Outros também filhos da terra, descendentes dos velhos pelejadores que ajudaram a lavar o campo e defender a autonomia da província, derrubando árvores seculares, ao ruído estridente dos machados com o movimento monótono das enxadas, e derramando o sangue em batalhas heróicas, quando contemplam o panorama, sentem pulsar o coração e compreendem melhor a influência das forças místicas. Surge logo à imaginação a lembrança da menina travessa que, dentro dos séculos, marcaria a glória de uma aldeia alegre de lavradores simples e rústicos pescadores.

Três dos mais queridos amigos — em uma singular harmonia de sentimentos e de idéias — Oliveira Lima, Henrique Castriçano e Adauto da Câmara, presos de idêntica emoção, mergulharam no passado com a paixão romântica dos antigos cavalheiros, à procura da dama dos seus sonhos, e retiraram do esquecimento as glórias da pátricia ilustre, cujo caráter e inteligência bastariam para encher uma época e tornar Nísia Floresta Brasileira Augusta o coração e o espírito de uma nacionalidade.

Ninguém, mais amou a sua terra. Os rios caudalosos e os regatos escondidos. Respirava em todos os ambientes o cheiro das selvas brasileiras. Era uma eterna enamorada das praias alvas que as franzinhas jangadas enfeitavam. O espírito subia ao cume das monta-

nhas gigantescas para melhor adivinhar o imenso futuro que a civilização nos reserva. As mangueiras e as madresilvas inspiravam as canções e adoçavam os sonhos. Não esqueceu nunca os caboclos queimados pelo sol nem os pobres negros que ajudaram a criar a riqueza do Brasil. As paisagens indígenas deslumbravam o espírito da artista e a valentia da **raça** comovia e orgulhava o coração da mulher. Em tudo agiam o patriotismo e a perfeita compreensão da solidariedade humana.

Nas excursões, que, mais tarde, fez à Europa — depois de períodos nervosos de uma existência cheia de lutas e utilidades sociais — compara os novos quadros aos coloridos vistos durante a infância. É assim na Suíça, quando o espírito se transporta à aldeia potiguar, e os lábios exclamam, com lírica emoção, à margem das águas geladas do Cenís: “O’ meus belos lagos natais! Se não revelais aqueles que têm a ventura de experimentar vossos encantos naturais, a lembrança do grande mundo romano e dos que se ergueram depois dêle, até nossos dias, neste lado da velha Europa, nunca inspirais, por mais solitária que seja a campina sempre fértil e florida em que ondulaís, a desagradável idéia do nada, que me inspirou o lago do monte Cenís”.

E mais adiante, após uma noite na Cidade Eterna, despertando no ambiente aveludado das madrugadas romanas, recorda o rio distante, onde numerosas vezes, se banhara, e onde também eu experimentei as alegrias espontâneas da

meninice: “19 de de abril. Levantei-me hoje com a alma impregnada do suave perfume que me deixou um dos meus mais belos sonhos nas margens do meu rio natal. Mas Roma ali está com todos os seus tesouros e suas misérias, que me chamam a atenção”.

Sempre o panorama da Pátria. Aqui os lagos e os rios. Também as praias e os gemidos plangentes dos barqueiros. Do Livorno para Civita Vecchia, não contém as emoções e as palavras lhe saem num cântico de saudade.

“As 11 horas da noite, só, no convés, — exclama, — deixava o pensamento voar sobre os mares, para a aldeia esquecida em que nasci”.

O canto de uma rapariga, nesta língua musical, que vai até à alma: o som melodioso de uma guitarra que tocava, e que lembrava uma colina do meu país, onde tantas vezes as doces harmonias tiradas de um instrumento semelhante (o violão) em meio do silêncio da noite, me mergulhavam em uma doce ou amarga melancolia, segundo a disposição do meu espírito; êste mar, êste ruído das rodas, êste navio que me afasta cada vez mais de um filho adorador, de uma casa familiar; todo o movimento de bordo, iluminado pelo brilhante facho das noites, tinha disposto minh'alma para uma profunda fantasia.

O’ meu dileto planeta, inspirador de minha juventude (o planeta Vênus ou estrela Vésper, V. “Trois ans. vol. II pág. 347) quantas puras sensações te devo! Tu, amigo de minha triste infância,

nos jardins balsâmicos de minha risonha Floresta (sítio em que nasceu em 12-10-1810), tu, encanto de minhas noites insones, confidente dos mistérios do meu coração, durante uma longa e laboriosa vida, e só tu prendeste o meu espírito, de Livorno a Civita-Vecchia”.

Encantada com as admiráveis paisagens que circundam o lago de Guarda entre montanhas e flores, coloca as mãos sobre o peito e diz com profunda nostalgia:

“A vista d’este lago, nestas montanhas, destas colinas, e, sobretudo d’estes jardins perfumados me faz experimentar uma tão viva e aflitiva saudade de minhas praias natais que eu me tornei incapaz de me entregar às recordações históricas que se ligam a estes lugares encantados”.

De regresso a Nápoles, tem as seguintes expressões:

“... novamente me encontrei em meu quarto, situado nas margens de Santa Lúcia, donde se percebe a ponte d’este belo recanto da terra, que tanto me arrebatou, parecia-me que acabava de encontrar e de ali deixar, com todas as minhas ilusões de moça minha deliciosa Floresta, sobressaindo em beleza entre as habitações dos arredores.

Subjugado o espírito por essa doce reminiscência, eu, pensativa, olhava Sorrento, que me aparecia ao longe, como uma fresca naiade, saindo das águas do golfo esplêndido, em cuja orla parece repousar em sua concha perfumada”.

“Trois ans en Italie” é um livro repleto de recordações afetivas. As

variadas nuances da paisagem italiana avivam na alma da escritora a lembrança da terra longínqua. Um famoso castanheiro perto da povoação de Giarre e sob cujos ramos Joanna de Aragão se abrigou com cem cavaleiros, desperta na lembrança de Nísia aquela “mangueira de imenso tamanho” plantada na próspera Floresta “arrasada pelo vendaval das revoluções e pelos infortúnios da família” e à cuja sombra “seu pai dispôs mesas para duzentos convivas em uma festa que deu no dia 12 de outubro”, data natalícia da filha.

De Baden-Baden escrevia, em 25 de setembro de 1856, conforme descobrira nas suas interessantes pesquisas o brilhante talento de Adauto de Câmara, que, contemplando os lagos das proximidades de Stuttgart, lhe vieram a lembrança os do torrão natal, com toda a poesia dos anos de infância. E acrescenta: — “Abstrai da estrada de ferro e de todo este belo espetáculo de uma adiantada civilização que me cercava no caminho de Stuttgart, e deixei meu espírito viajar até Floresta, entre seus bosques de laranjeiras e de outras árvores carregadas de frutos selvagens e saborosos, que eu colhia, correndo com os jovens companheiros de brincadeiras, ora me assentando na relva aveludada, ou sobre a areia branca que marginava os lagos, ora me escondendo nas moitas floridas, para preparar algumas surpresas aos meus companheiros.

Tu me acompanhavas muitas vezes, ó minha cara irmã; mais

idosa que tu, eu te servia de guia, e velava por ti, tôda feliz e orgulhosa de ser tua protetora.

Apegada a mim como eras, choravas quando eu não queria te levar naqueles passeios encantadores e, para os fazer ao teu alcance, continha os meus entusiasmos em meio daquela natureza virginal e rica, que eu já começava a apreciar; retardava a marcha, para que teu passo, ainda débil, conseguisse acompanhar-me; que encantos! que inocência! que felicidade! então, em tôrno de nós! Depois de nos banharmos nas águas cristalinas dos lagos que ainda vejo daqui, voltávamos tôdas aos braços da mais terna das mães, que nos esperava impaciente e inquieta, apesar de ter mandado a boa Pepé nos acompanhar. Ah! todos estes tempos de inocentes prazeres se sepultaram no nada, na eternidade com os dois melhores amigos de nossa infância mas ficou a reminiscência”.

Guardando dêsse tempo as recordações de tudo quanto viu e amou, não era, todavia, presa aos limites da paixão regionalista. A sua concepção do patriotismo se apresentava com um caráter nacional. O Brasil era a perfeita ampliação de tôdas as províncias que se congregavam para constituir a grande Pátria. Não seria possível à integridade de sentimento e à perspicácia de inteligência admitir dentro da comunidade nacional diferenciar entre regiões e diversidade de objetos. Foi essa interpretação política, criadora de rivalidades econômicas e de privilégios geográficos, que

tanto contribuiu para desacreditar os dogmas do verdadeiro nacionalismo. O sentimento de brasilidade já quase não existia. As castas políticas se organizavam no sentido de sobrepor os interesses de determinadas regiões ao interesse da nação. Isso mesmo compreendeu e contra isso se revoltou o nobre patriotismo de Nísia Floresta.

“Nunca nos assomavam — escreveu — os epidêmicos delírios de mal entendido orgulho provincial, funesto germe fomentado outrora entre nós por disfarçados inimigos da prosperidade desta grandiosa e rica terra, tão invejada pelos estrangeiros e tão ameaçada por seus próprios possuidores de perder em sua divisão o prodigioso valor que o seu todo constitue.

Amamos com religioso entusiasmo a nossa Pátria, isto é, tôda a vasta terra de Santa Cruz; em qualquer ponto dela, consideramos em nossa Pátria, e os povos aí nascidos, nossos conterrâneos e irmãos. Que importa termos visto pela primeira vez a luz, nesta ou noutra de suas províncias, se é o mesmo céu brasileiro que nos cobre, o nosso verdejante solo que pisamos, e se o mesmo interesse comum nos reúne e fraterniza?”

E com ênfase ainda maior e um pensamento mais amplo se exprimia, entre as sensações que lhe faziam acordar os centros de cultura universal: “Je porte en Italie un sprit tout américain, un coeur tout brésilien, c'est-à-dire, de l'enthousiasme et de l'amour pour

tout ce qui est grand, noble et malheureux”.

Em todos os seus livros descobrimos a mesma preocupação de exaltar o amor pelo Brasil e fortalecer os laços de unidade nacional. Refletem um profundo sentimento humano e a sublime preocupação de servir aos humildes, cooperando para amenizar a existência dos desgraçados. Um Brasil forte e generoso em que as maravilhas da natureza se integrassem nas virtudes de uma alma sensível às dores dos que sofrem. Não ficou estática na contemplação panteísta. Era dinâmica, ativa e de um entusiasmo contagiante. Mostra por índole e escritora por necessidade orgânica, desde as primeiras fases da adolescência se alistou no combate altruístico de defesa social, educando a criança na religião da família, como o fundamento da grandeza da Pátria e perfeita compreensão dos deveres de humanidade. Nela a inteligência se subordinava aos imperativos do sentimento. Sem ter ainda lido as lindas palavras de Bossuet poderia proclamar a infelicidade da ciência que se não converte em amor.

Um país só pode ser realmente forte quando são virtuosos os cidadãos que o dirigem. E os cidadãos recebem as primeiras influências do caráter ao contacto materno. O afeto da mãe prepara, inconscientemente, através da criança, as atitudes do homem de amanhã. Salvar e desenvolver, portanto, as inatas virtudes da mulher é, sem dúvida o mais sério problema social, de acôrdo com os

princípios da política positiva que não prescinde da superior ação educativa.

Com 23 anos, sem conseguir esconder a revolta contra as injustiças do meio e os preconceitos da época, desfraldou a bandeira reabilitadora da mulher na capital pernambucana. Traduziu, então, o livro de Mrs. Godwin com cujas idéias reacionárias naquela época, mesmo na Inglaterra, logo se solidarisou. O seu aparecimento revela um temperamento combativo e autônomo. A paixão da luta era um imperativo do caráter ardente.

As idéias, hoje triunfantes, a respeito dos direitos da mulher tiveram em Nísia Floresta a sua primeira e mais intrépida defensora na América. E por êsse ideal humano e político, combateu até os últimos dias de sua existência e não alimentava na campanha que empreendera qualquer interesse egoístico nem manifestava disfarces de vaidades. Era sincera e franca, magnanima e profética. São suas essas palavras escritas na introdução do livro da escritora britânica, por ela, vertido para a língua portuguesa, e dedicado à mulher e aos estudantes brasileiros:

“De vós, patricias, espero que longe de conceberdes qualquer sentimento de vaidade em vossos corações, com a leitura deste pequeno livro, procurareis ilustrar o vosso espírito com a de outros mais interessantes, unindo sempre a êsse proveitoso exercício a prática da virtude, afim de que, sobressaindo essas qualidades amáveis e naturais ao nosso sexo, que

até o presente tem sido abatidas pela desprezível ignorância em que os homens, parece de propósito, têm-nos conservado, eles reconheçam que o céu nos há destinado para merecer na sociedade uma mais alta consideração. E de vós, mocidade acadêmica, em quem a Nação tem depositado as mais belas esperanças, que sabereis corresponder à sua expectativa, igualmente espero que, atendendo ao estado a que o nosso infeliz sexo tem sido injustamente condenado, privado das vantagens de uma boa educação, longe de criticardes a minha temeridade, lamentareis a nossa sorte, que, até em pequenas empresas, não podemos desenvolver nossos talentos naturais.

Assim como que, algum dia, nas horas vagas de vossos altos mistérios, lançareis vistas de justiça sobre nosso sexo em geral, se não para empreender uma metamorfose na ordem presente das cousas, ao menos para conseguirmos uma melhor sorte de que não duvidareis, somos dignos. Destarte conseguireis nossos verdadeiros louvores, e vossos nomes imortalizados receberão da posteridade a brilhante coroa de vossas virtudes".

Na perfeita formação moral da mulher brasileira entendia Nísia que estavam os alicerces da estrutura nacional.

As virtudes maternas robustecem o caráter do homem e traçam com segurança os destinos da Pátria. Não é a mulher escrava que atrai o carinho e a admiração do esposo. É a que possui a consciência do próprio valor, transi-

gindo discretamente com as fraquezas para poder ampará-lo nos instantes de desespero e de desânimo e ajudá-lo nas conquistas eminentes do espírito. A filha ingênua e frágil, prestes a mergulhar nas incertezas angustiosas de um mundo cheio de imprevistos, aumenta a noção da responsabilidade e desvenda um cenário das mais delicadas emoções.

Da influência bem orientada dessas forças aparentemente simples, o espírito filosófico sabia depreender o verdadeiro equilíbrio de um povo. A humanidade é menos o reflexo da inteligência agressiva e da ação violenta do homem do que das atitudes gentis ou da sensibilidade da mulher. Conservá-la, portanto, num cativoiro ignóbil, proibindo que as suas qualidades se manifestassem, era contrariar as ânsias naturais da perfeição humana.

A campanha veemente de Nísia não era assim a consequência de qualquer vaidade feminina. Nasceu da exata interpretação do fenômeno social. O sentimento cristão que primeiro libertou a figura da mulher, tão representativa na mais justa doutrina de todos os séculos e a aproximação dos seus estudos com os princípios filosóficos de Augusto Comte, avivaram a convicção da brasileira imortal.

Nísia constituiu-se uma excepcional discipula do preclaro mestre de Montpellier. E o mestre admirava e proclamava o espírito singular daquela filha de uma terra desconhecida aonde não haviam ainda chegado os ecos do novo evangelho. A veneração de Ní-

sia pela inspiradora da Religião da Humanidade criara no espírito do filósofo a certeza de que se acercava mais uma vez de uma mulher singular. Formou-se, rapidamente, reciproca e profunda estima que durou até a morte do mestre. E na tarde úmida em que o caixão do maior pensador do século era conduzido para o cemitério de Paris, no cortejo, silencioso e grave, uma mulher o acompanhava. Era Nísia. Ali estavam o sentimento e a inteligência do Brasil.

As cartas que Augusto Comte escrevera a Nísia devem orgulhar o nosso espírito. São documentos que honram a cultura de um povo e destacam — entre as maiores personalidades — uma brasileira, nascida em uma das mais modestas aldeias do Rio Grande do Norte, a quem o próprio talento, sem outros recursos, distinguiu com extraordinários privilégios científicos e literários. Não resistimos ao desejo de recordar aqui alguns trechos das reminiscências de L. G. de Souza Pinto publicadas no "Boletim Positivista" e onde se encontram as impressões de "Um brasileiro que conheceu Augusto Comte em Paris, na casa de Nísia".

Ali "era recebido sempre com testemunhos de profunda consideração e respeito pelos que frequentavam o salão de D. Nísia. Esta ia pessoalmente receber o filósofo à entrada de seu apartamento, e dizia aos presentes, com visível entusiasmo, "formulando um gesto de silêncio: "Aí está o sr. Comte, a maior glória da França. Procurem ouvi-lo e me darão razão.

Não é um homem como os outros. É um gênio. A originalidade das suas concepções é tão sedutora como o cavalheirismo de que é feito o seu coração. Os clarões de sua inteligência transfiguram-no num homem belo, quando êle expõe os seus grandes pensamentos sobre moral, sobre política, sobre medicina. Sabe tudo, e todos o respeitavam como a maior cabeça do século. Orgulhamo-nos de apertar-lhe a mão. E rematava: *Voilà un titre de gloire.*

Augusto Comte trajava sempre sobrecasaca marron-escuro, com gravata branca. A sua entrada, todos se inclinavam respeitosa-mente, e, dentro em pouco, dominava êle a conversa geral, cercado da admiração coletiva, frequentemente interrompido pela admiração entusiasta de D. Nísia. Recordava-se o velhinho de que Augusto Comte lhe perguntara se êle era espanhol, e que tendo respondido ser brasileiro, do mesmo país de D. Nísia, o filósofo indagou de que parte. Ao saber que era de Pernambuco, Augusto Comte lhe observara prontamente: "Ah! sim, do extremo oriental da América do Sul". Augusto Comte era, em geral, o primeiro a retirar-se, sendo acompanhado até à porta por grande maioria dos presentes, entre os quais estava sempre D. Nísia.

Certa vez, D. Nísia perguntou ao nosso compatriota pernambucano: "O que me diz d'êste homem? Guarde sempre a lembrança de que apertou em minha casa a mão do homem mais extraordinário do século".

O gênio do formidável construtor da Filosofia Positiva empolgara a admiração dessa mulher ímpar entre as suas contemporâneas. Admirava no filósofo a enciclopédica cultura e o elevado conceito da solidariedade humana. O altruísmo da doutrina que ensinava tinha para ela a vibração de uma força divina. Antecipou-se a várias gerações de pensadores. Nenhuma mulher americana subiu tão alto em relação às cogitações da inteligência. Mesmo na Europa, quando ela surgiu, as conquistas da mulher no cenário espiritual se mantinham em plano secundário. Foi uma precursora dos mais sugestivos movimentos sociais entre nós. Discutindo e aprendendo com os orientadores do pensamento universal, entre os maiores filósofos, políticos e poetas daquela época, a revolucionária brasileira queria concretizar em sua Pátria os postulados que guiavam o seu espírito e emocionavam a sua alma.

Manzoni, Lamartine, Maximo d'Azeglio, Duvernoy, Alexandre Herkulano, as mais célebres personalidades das letras e das artes, eram procuradas por Nisia como fontes inspiradoras da trajetória que traçara, com o objetivo superior de uma ação enérgica contra os preconceitos do tempo. A coragem com que entrava na luta espantava. Intrépida panfletária, com seguras e persuasivas argumentações, penetrava nas trincheiras inimigas, destroçando arcaicas teorias. Não pedia licença para expor e defender as próprias opiniões. Estas eram sempre fir-

mes e desafiavam os ataques adversários. Filha dos trópicos, conservou até aos últimos anos idêntico calor da juventude. A pena que defendeu os partidários da revolução praieira dirigida por Nunes Machado na província pernambucana de "laquelle on pourrait dire que le genie de la liberté l'avait choisie pour en faire son séjour" que a mesma que descreveu o heroísmo dos Farrapos, esses bravos campeadores da terra gaúcha, a respeito da qual se exprimia assim: "J'avais quité à regret cette noble terre à laquelle m'attachaient une tombe et la sympathie que je ressentais pour l'heroïque peuple riograndense". (Fragments, página 68); verberava os cruéis exploradores da raça negra, exaltava a bondade da mãe-selvagem "que, algumas vezes têm mais sentimentos maternos que as da alta sociedade".

Nos "Conselhos à minha filha" é o coração da mãe brasileira que fala. Páginas de sentimentos e de profunda psicologia. Tinha ampla experiência da vida. As amarguras e as decepções do primeiro casamento como os encantos do amor que se seguiu, transformado em verdadeiro culto, lhe abriram as diversas paisagens humanas. Desejava para a filha um conjunto harmonioso de virtudes. Os espinhos que lhe haviam enchido a estrada da existência não queria ferissem e atormentassem a filha adolescente. E para melhor iluminar essa estrada enigmática por onde o destino conduz as criaturas é necessário observar

rígorosas prescrições morais. Todas as moças brasileiras deveriam receber como se lhes fôsem dirigidos os admiráveis conselhos que se contêm nas páginas eternas de Nísia e constituem, sem dúvida, o sincero desejo das mães sensatas e carinhosas do Brasil.

... E eu aproveito encontrar-me nesta tribuna, cheia de tamanha responsabilidade e de onde se fala, com o objetivo de ser ouvido nos mais remotos ângulos do país, quando o alto sentido do regime é defender os princípios sagrados da família, conservando-lhe as virtudes ancestrais, para lançar um veemente apêlo ao governo nacional afim de reeditar em nossa língua os livros de Nísia, cuja leitura, sobretudo neste momento de vibração patriótica e sadio nacionalismo, se torna de absoluta oportunidade.

A juventude brasileira que é a preocupação mais bela do Estado Nacional muito aprenderia na meditação e análise dessas páginas eloquentes onde palpitam tôdas as vibrações de um coração que soube lealmente amar o Brasil e se refletem as entusiásticas idéias de um espírito feminino, que defendeu as mais belas causas e se empenhou nas mais nobres campanhas.

Não seria apenas o reconhecimento a um espírito de escol. Seria, principalmente uma valiosa contribuição para a estrutura moral das novas gerações, sem as quais não é possível acreditar na concretização de um futuro promissor.

Na poesia, o motivo que a ins-

pirava era o de afirmação do valor da raça. A defesa entusiástica do selvagem brasileiro espoliado da própria terra e quando não assassinado pelas carabinas dos conquistadores, morrendo de nostalgia, longe das tribus escravizadas. Era a mata espessa que escondia os rios sem fim e em cujos segredos nem mesmo os velhos Pagés haviam penetrado. Segredos que o fogo sacrilego atado pelas mãos criminosas dos exportadores de madeira devorava durante longos anos.

Quando um revolucionário surgia logo enxergava o protesto ingênito do primitivo dono da terra.

Nunes Machado é o bravo Caheté que chora prisioneiro pelo crime de haver querido libertar a sua tribo, antigamente pacífica e ordeira.

Poema de profunda expressão nativista — “A lágrima de uma Caheté” em tôdas as estrofes revela o sentimento humano e cheio de justiça que manteve em Nísia a mesma coerência. Se nela tudo não brotasse, com surpreendente espontaneidade, teriam influído nessa tendência as leituras poéticas de Gonçalves Dias, Gonçalves Magalhães e Santa Rita Durão.

No intenso amor ao habitante da selva que tanto desejava ver incorporado à comunidade nacional, como legítimo filho da gleba, ninguém a sobrepujou cantando a bravura romântica do guerreiro selvagem.

“Indígenas do Brasil, o que sois
[vós?

Selvagens? ou seus bens já não
[gozais...
Civilizados? não... vossos tiranos
Cuidosos vos conservam bem dis-
[tantes
Deseas armas com que ferido
[tem-vos.

.....
O' terra dos meus pais, ó pátria
[minha!
Que teus restos guardando, viste
[doutros
Longo tempo a bravura despertar.
Ao feroz estrangeiro a pátria nossa
A nossa liberdade, os frutos seus!

.....
Em eterno desprezo eis-te esque-
[cido.
Como estão tantos outros teus
[iguais!
Que, perdendo na Pátria os seus
[costumes,
As vantagens não gozam dêsses
[homens,
A que sacrificaram a pátria,
[honra!...

“Quereis ver a mãe — exclama
— na sublime simplicidade do
amor materno? Contemplai as
indígenas em tôdas as correrias
que eram, e são forçadas a fazer
seguindo os maridos através dos
bosques, perseguindo ou fugindo
ao inimigo, sobrecarregadas dos
filhinhos, além dos objetos que
são obrigados a levar. Seguí-as
entre outras, na direção da imi-
gração aconselhada tão patetica-
mente pelo seu chefe Japiassú,
resignadas a deixarem aos usur-

padores de sua Pátria todos os
bens de que ainda gozavam, afim
de subtraírem seus filhos à opres-
são e ao opróbrio, que tanto ha-
via já pesado sobre seus pais!

.....
“Quereis ver a esposa terna, pre-
vidente, dedicada e fiel? Contem-
plai a célebre Paraguassú captan-
do para o espôso as simpatias e
os favores de suas tribus, ajun-
dando-o em sua missão civilizado-
ra, civilizando-se ela mesma, para
amenizar-lhe os dias, privado como
se achava das comodidades euro-
péias.

Circumspecta e fiel aos seus de-
veres, quando passou à França e
apresentou-se à corte de Catarina
de Médicis, que me deu o seu
nome, servindo-lhe de madrinha,
ela atraiu a admiração de todos,
por seu tipo americano, suas gra-
ças ingênuas e sua dedicada afei-
ção pelo espôso com quem voltou
à Baía, no mútuo e constante em-
penho de utilizar aquela nascente
colônia.

Quereis, admirar o amor em tôda
a sua espontaneidade e na gran-
deza da abnegação pessoal? Vêde
Moema, a sensível e infeliz Moe-
ma, lançando-se ao mar, seguindo
o homem por quem só presava a
existência, e por quem queria
morrer, não podendo com ele vi-
ver...

Quereis, enfim, admirar a guer-
reira em tôda a galhardia das ar-
mas? Atentai para a intrépida es-
posa do célebre Camarão, seguin-
do à frente de outras as pégadas
do espôso e duplicando-lhe os lou-

ros colhidos em tantos combates sobre o famoso solo pernambucano!

As privações e perigos que ela arrastou das mais difíceis crises, a coragem e constância que desenvolveu, quando as armas do denodado guerreiro indígena faziam, com os de Henrique Dias e Vieira, o terror dos aguerridos bátavos, foram muito superiores, pelas circunstâncias em que se achavam e pelos combatentes que a rodeavam às que immortalizaram Joanna d'Arc! Elas mereciam, por sem dúvida, de seus vindouros, senão estátuas, que não sabemos ainda erigir aos nossos gênios, ao menos justos tributos de homenagem, que fizessem corar aqueles que têm propalado a falsa reputação de covardia e inatidão dessa raça que cooperou para que o Brasil não fôsse então arrancado ao povo que o havia descoberto! De tantos triunfos, porém, de tanta dedicação e fidelidade, nenhuma glória, nenhum feliz resultado ficou às futuras gerações, que em pouco desaparecerão, talvez, inteiramente, do solo brasileiro".

A mesma sinceridade Nísia Floresta demonstra quando, em 1842, grita contra o tráfico dos negros africanos. Quarenta e seis anos antes da emancipação já o seu espírito independente e lúcido sentia os males sociais da legislação retrógrada. Mas não era simplesmente o aspecto de crueldade que observava. Falava também como educadora que antevia as consequências maléficas produzidas pelos exemplos e costumes desregrados que cercavam a juventude, so-

bretudo nos ambientes rurais. Os perigos morais, cujos sintomas pressentira a intuição sociológica de Nísia, tiveram decisiva influência na formação do caráter brasileiro e ainda hoje reclamam cuidadosa assistência. Não era contra a cooperação do braço africano, sem a qual teria sido impossível estabelecer a civilização açucareira no Nordeste e a economia do café nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Era contra o sistema de serviço que considerava o proletário como um elemento inteiramente afastado do organismo social. Incorporar o operário à sociedade, fazendo-o sentir a dignidade do trabalho, com a exata interpretação do próprio valor, era o móvel de sua campanha abolicionista. Numerosos e vibrantes foram os artigos que publicou, ferindo em cada palavra a hipocrisia conservadora e abalando em cada coração o egoísmo de uma sociedade sem alicerces.

A domesticidade é uma instituição eterna, que a humanidade conserva, aperfeiçoando-a. Mas a escravidão é uma obra maldita pela ciência, pela religião e pela própria política. Embrutece a inteligência do senhor, corrompe-lhe o coração, e, cedo ou tarde, sua própria carne...

Desgraçados os povos que repudiam o remédio enérgico, reclamado por estas horríveis chagas, que a cupidez e a luxúria entretêm no seio das populações incultas!

Se a revolta fôsse alguma vez justificável, não seria quando tem

como protagonistas estas nobres raças selvagens, que se torturam, desgraçando-as?

O único meio de impedir estas soluções violentas é, parece-me, transformar a escravidão em domesticidade, incorporando-a nas famílias. A solução do problema mais temível do Novo Mundo é, pois, bem simples. Amai vossos negros e eles vos servirão, não como brutos, mas como homens livres e devotados.

O' minha pátria! Eden dêsse mundo imenso, extraordinário, aparecido aos olhos arrebatados de Colombo, deixa, ah! deixa livremente rebentar do teu nobre peito o grito humanitário que nele retens com dificuldade, em face dos deploráveis preconceitos que te transmitiram os teus antigos dominadores de além mar! Sê conseqüente com as livres constituições que te regem, com a religião que professas! quebra ah! quebra ah! quebra as cadeias dos teus escravos! Torna-te inteiramente digna, por êsse ato de justiça e filantropia, do renome de generosa bondade que te concedem até os que desconhecem as tuas virtudes!

Senhores do Brasil! êsse solo abençoado em que respirais, mostra-vos dignos dêle, fazendo desaparecer do meio de vós a maior vergonha dos povos cristãos. Vergonha que macula ainda os vossos altivos vizinhos do norte, apesar-dos admiráveis progressos do seu gênio empreendedor e dinâmico. Cessai uma horrível profanação da natureza humana: ela

deve ter, cedo ou tarde, como resultado, terríveis represálias".

Estamos certos de que nenhuma palavra é necessário acrescentar para expor aos olhos do país as insignes virtudes dessa extraordinária brasileira, cuja existência foi uma ininterrupta ação entregue ao serviço do Brasil, honrando a cultura e fortalecendo o sentimento nacional. O último livro que escreveu, depois de visitar, pela última vez, os ambientes artísticos da Itália, foi: "*Scintille d'un anima brasiliana*", poema em prosa, inteiramente dedicado aos heroísmos do povo e ás glórias que guardam os destinos do Brasil, numa saudade mística, como se estivesse adivinhando que os seus derradeiros instantes transcorreriam longe da terra idolatrada.

Tinha o orgulho de ser brasileira e de sentir palpar nas veias o mestiço sangue americano. Nesta hora de pujante vibração nacional em que as forças espirituais da Pátria — essas forças que, há um século passado, Nisia Floresta, corajosamente, proclamava como impossíveis de ser controladas e que marcariam a nossa definitiva situação no mundo — lembrar uma personalidade de tão elevada expressão patriótica é um prazer e uma honra.

Nisia profetizava um Brasil unido e forte, onde todos pudessem trabalhar livremente, sem lutas de classes, nem preconceitos entre sexos; um Brasil orgulhoso do seu passado e confiante no seu futuro, rasgando as artérias por estradas de ferro e cortando os

rios frotas de barcos velozes; um Brasil com a juventude sadia, ardente de civismo e de fé cristã, amando a paz, porém destemerosa na luta, coração aberto e olhos voltados para as estrélas.

Esse Brasil aí está com o sentimento nacional que Nísia Floresta esplendidamente interpretou e o Presidente Getúlio Vargas, com-

preendendo o seu povo, conduz, defende e enriquece.

Dioclecio D. Duarte

(Conferência realizada no "Departamento Nacional de Imprensa e Propaganda", no dia 27 de março de 1941; e publicada no "Dom Casmurro" do Rio de Janeiro).

Lewis Hanke

Silveira Peixoto

O porteiro do hotel depõe o fone no gancho e diz, num tom de amabilidade profissional a sublinhar-lhe as palavras:

— O senhor Lewis Hanke está a sua espera. Apartamento quinhentos e trinta e três, quinto andar.

Trato de dirigir-me ao elevador, enquanto uma alemã alta e angulosa cacareja qualquer coisa a um alemão gorducho e bonacheirão.

Assalta-me a impressão de que esse tipo deve ser um grande bebedor de chopes...

Lewis Hanke é diretor da Fundação Hispânica, da Biblioteca do Congresso, de Washington. Doutorou-se pela Universidade de Harvard e, durante cinco anos, aí lecionou História da América Latina.

Conhece o continente quase inteiro. Fez diversas viagens ao Brasil, e o Brasil muito lhe deve pelo que tem feito, na divulgação

do que vimos produzindo no setor da inteligência.

Durante largos anos dirigiu o "Hand-book of Latin American Studies", que é publicado pelo Conselho Americano das Sociedades Eruditas, e aí tem dado lugar de relevo ao nosso país.

A porta abre-se. Uns olhos brilhantes, um rosto corado e saído, um sorriso bem humorado, uma fronte larga e alta a prolongar-se num princípio de calva, Lewis Hanke convida-me a entrar.

Oferece-me uma cadeira, senta-se em outra, diante de mim. Pergunta-me, num português anglicanizado, em que poderá servir-me.

— Quero uma entrevista.

— Oh, uma entrevista! Sobre que?

— Sobre a sua pessoa, sobre os seus trabalhos, sobre a Biblioteca do Congresso...

— Tanta coisa! E teremos tempo?

— Acredito que sim.

Alto, vigoroso, nem gordo e nem magro, sempre bem disposto, Lewis Hanke parece-me, logo um desses homens que podem vender saúde e bom humor. Serviria, muito bem, como cartaz vivo de uma campanha de boa vontade. Sabe conservar o seu sorriso...

— Sou historiador e historiador de um século... — diz-me êle, sem se fazer de rogado, sem recorrer às escusas de certos entrevistados que fazem questão de refugir, para depois capitular.

Faz uma ligeira pausa e continua fluentemente, numa língua que Monteiro Lobato já chamou, com muita propriedade, de "base-portuguese":

— Sou historiador do Século das Conquistas na América Espanhola e especialmente em relação a um aspecto dessas conquistas — o conflito de idéias.

— O do conflito de idéias?

— Explico-me. Quando os conquistadores chegaram, logo se dividiram em dois partidos: os que achavam que a conquista deveria ser feita suavemente, por meios cristãos; os que não tinham quaisquer interesses na aplicação desses meios. Nasceu a luta e um problema se equacionou: qual a posição dos indígenas, em face dos conquistadores? Deveriam esses indígenas ser tratados como homens ou como animais? O conflito ganhou proporções tais, que acabou repercutindo em Roma. Daí surgiu uma bula do Papa Paulo III, pela qual, enfim, se declarou que os indígenas deveriam ser tratados como homens e não como béstas.

— Já escreveu alguma obra sobre o assunto?...

— Sim. Houve um homem que se distinguiu sobremaneira nesse conflito e que não hesitou em enfrentar corajosamente aqueles que pretendiam ver nos indígenas simples animais. Foi o bispo Bartolomé de Las Casas. Estudei minuciosamente este vulto impressionante daquela época. E meu primeiro livro é "Las teorías políticas de Bartolomé de Las Casas". Nesta obra, examino o papel que esse prelado desempenhou no conflito de idéias em questão.

— Obteve êxito?

— É difícil responder à sua pergunta. Não se pode dizer se um livro de História alcançou sucesso. Não alcançou, por certo, no sentido moderno dessa palavra. Mas, ao menos, não tive de pagar a sua impressão.

— Quando o publicou?

— Em 1935. Nesse mesmo ano...

— Nesse mesmo ano?...

— Foi publicado outro livro de minha autoria: "The Firsts Social Experiments in America".

— A origem desse trabalho?

— Estávamos atravessando, nos Estados Unidos, a fase de experiências de Franklin Roosevelt. Escrevi esse livro, para demonstrar que há quatro séculos, nos primeiros tempos da colonização de nosso continente, já aqui se faziam experiências sociais. Quando começou o conflito de idéias a que aludi há pouco, um governador de Cuba fez interessantíssi-

mas experiências sobre o comportamento dos indígenas, sendo que, para isso, chegou a destinar-lhes um município daquele país. Sobre o assunto fiz o meu livro.

— Depois dessa obra?

— Não publiquei nenhum outro livro, de 1935 para cá. Tive todo esse tempo ocupado com a elaboração do "Hand-book of Latin American Studies" que, como sabe, editado sob os auspícios do Conselho Americano das Sociedades Eruditas. Pude, entretanto, escrever muitos artigos para revistas do Brasil, do Chile, da Bolívia, do México, de Cuba, dos Estados Unidos... Ainda agora, na viagem para cá, escrevi um trabalho sobre Las Casas.

— Outro?

— Uma introdução... Há poucos anos, foi descoberto no México um manuscrito muito interessante sobre o grande prelado. Embora se tratasse de um manuscrito incompleto, despertou grande curiosidade, e resolveram publicá-lo. Pediram-me que fizesse a introdução. Mas os meus afazeres não me permitiam o tempo necessário... Logo ao embarcar, tomei a decisão: fui para a cabine e, em quatro dias, consegui desempenhar-me da incumbência. Fiz uma introdução de cinquenta páginas. Devo ainda acrescentar que sempre estou escrevendo coisas sobre o século das conquistas.

— Que é o "Hand-book"?...

Lewis Hanke nem deixa que eu conclua. Atalha-me, vivazmente, a frase e diz:

— É um anuário bibliográfico que trata de todas as publicações mais importantes editadas, no ano imediatamente anterior, em todos os países da América Latina. Sua publicação iniciou-se em 1935. Dediquei-lhe o melhor de meus esforços, nestes últimos anos. Não sou mais seu diretor. Deixei o encargo a um colega. Hoje, sou apenas conselheiro. É que tenho de prosseguir em meus estudos de História, em minhas investigações, e não posso continuar à frente dessa publicação.

— Nesse anuário, o Brasil?...

Outra vez, e sempre com um sorriso nos lábios, Lewis Hanke interrompe-me:

— Nada menos de seis secções lhe são dedicadas. A arte, a economia, a educação, a história, a geografia e a literatura de seu país são aí carinhosamente tratadas. Contamos, para isso, com a colaboração de três brasileiros eminentes e que honram sobremodo o Brasil: Roberto Simonsen tem a seu cargo a secção de economia; Lourenço Filho incumbem-se da parte referente à educação; o padre Leonel da Franca está encarregado de tudo o que diz respeito à filosofia. Quero acentuar que estou satisfeitíssimo com os redatores brasileiros de "Hand-book".

Não aceita o cigarro que lhe ofereço, dizendo-me, amável, que não fuma. Explica-me, agora:

— Confesso que na América do Norte, em regra, quando se fala em América Latina... Bem... América Latina, nos Estados Unidos, até há pouco, era quase sinónimo de América Espanhola. Mas

já se vem fazendo uma reação contra o erro desse conceito. Desejando cooperar nesse movimento, "Hand-book" tem procurado dar ao Brasil a importância que realmente o Brasil merece. Assim, ainda em 1939, o nosso anuário foi dedicado ao seu país e com ele prestamos a nossa homenagem ao primeiro centenário do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Divulgamos, em português, trabalhos da lavra de escritores brasileiros de nomeada. Tudo fizemos para dar o merecido destaque ao centenário que ocorrerá no ano imediatamente anterior, isto é, em 1938.

Uma ligeira pausa e acrescenta:

— "Hand-book" sempre teve e tem o maior empenho em manter as melhores relações com o Brasil.

— Quanto à Biblioteca do Congresso, poderia dar-me uma idéia do que é?

Lewis Hanke entusiasma-se. E é tal o seu entusiasmo e é tal o colorido de suas palavras, que tenho a impressão de ter sido arrancado do apartamento do hotel...

Estamos em Washington, diante de um edificio monumental. É a Biblioteca do Congresso. É um palácio do livro. Entramos... Agora, aparece diante de nossos olhos uma imensidade de estantes.

— Temos aqui mais de seis milhões de livros... — diz Lewis Hanke. Aqui se encontram inúmeros manuscritos, muitos dos quais relativos ao Brasil. Entre

estes, muitos são os manuscritos holandeses, dos tempos da invasão feita pela gente de Holanda. Temos originais de músicas de Vila Lobos. Nosso diretor, Archibald Mac-Leisch...

— Poeta e escritor...

— Conhece-o?

— Li "Os irresponsáveis". Um trabalho magnífico, notável.

— Sim. Ele é um intelectual admirável. E tem um interesse todo especial pelas obras da América Latina. Por isto, mandou-me à América do Sul, a colher elementos e a explicar que temos uma Fundação Hispânica...

— Esta Fundação Hispânica?...

— É, a bem dizer, uma secção da Biblioteca. Está a meu cargo...

Leva-me a outras dependências. Estamos num salão imenso...

— Aqui estão reunidos milhares de livros brasileiros. Repare que o nome de Gonçalves Dias é aqui reverenciado, ao lado de alguns dos maiores vultos da intelligência latino-americana.

— Das obras brasileiras, quais as mais consultadas?

— As de História e as de Sociologia.

— Romances?

— A língua é pouco acessível ao povo norte-americano. As novelas, porisso, não são muito procuradas.

— Isto deve custar muito dinheiro...

— Temos uma dotação orçamentária equivalente a 70.000:000\$000 anuais. Além disso, contamos com muitas doações de particulares.

Estamos agora em outro salão...

— Aqui é o departamento que cuida dos interesses especiais dos congressistas. É compreensível que lhes dediquemos atenções muito carinhosas...

Encomprida um pouco a reticência e acrescenta num tom de brincalhoniche:

— Dependemos diretamente do Congresso e são os congressistas que nos dão os 70.000:000\$000 de dotação anual...

— Quantos funcionários?

— A Biblioteca tem, ao todo, 1.500. Esta secção conta com 85. Entre estes encontram-se advogados, economistas, historiadores, sociólogos... E todos se empenham em bem atender às solicitações dos congressistas. Nossa organização chegou a tal ponto que estamos habilitados a fornecer, a qualquer momento, todos os dados de que precise um congressista sobre determinado assunto. Há algum tempo, um senador da Flórida telefonou ao chefe da secção, para dizer-lhe que deveria embarcar, dentro de duas horas, para o Canadá, afim de ali proferir algumas conferências sobre as relações interamericanas. Pediu-lhe elementos. Pouco antes da partida do avião, um mensageiro entregava-lhe, no aeroporto, uma grande pasta contendo todos os dados de que precisava.

— Aqui — diz Lewis Hanke — é a secção de música. Veja esse original de Bach, este de Beethoven. Olhe aquele de Villa Lobos.

Vamos até a sala de concertos, agora.

Abre-se uma porta. Estamos num auditório magnífico.

— Dispomos de alguns "Stradivarius" legítimos, que nos foram doados por uma senhora riquíssima, amante da boa música. Também contamos com uma doação para contratar anualmente certo número de artistas. Alguns dos maiores intérpretes de nossos tempos se têm feito ouvir nesta sala e têm tocado nos "Stradivarius". Os concertos são públicos e a assistência não paga os ingressos. É pena que não possa assistir a um desses concertos...

— Quem sabe, mais tarde?...

— Sim. Mais tarde, quem sabe... Não se limitam a estas as funções desta secção. Constantemente estamos fazendo pesquisas de música folclórica. Temos dois funcionários que viajam continuamente, para recolher, em discos, os temas mais interessantes dos cantos de nossos negros, de nossos vaqueiros, de nossa gente do campo. Estamos, agora, empanhados em fazer coisa igual em relação aos outros países americanos. Creio que o Brasil logo terá aqui muitos discos... Também temos uma estação de rádio. Archibald Mac Leisch vem estudando seriamente a utilização do rádio como elemento divulgador da cultura. A estação de que dispomos tem essa finalidade: é um campo de experiências.

Passamos ao anexo da Biblioteca do Congresso — um outro edifício igualmente monumental.

— Observe essas pequenas salas... — diz Lewis Hanke. São, ao todo, duzentas. São como celas de convento... Destinam-se aos estudiosos que desejam recolhimento para suas pesquisas. Mas, para obter uma delas, é preciso que se tenha um livro publicado.

— Há, uma hierarquia do pensamento.

— É aqui a hierarquia mais respeitada. Um detalhe: estas salas têm paredes dotadas de dispositivos isolantes. A pessoa que esteja numa delas pode escrever a máquina, pode fazer barulho; esse barulho não será ouvido na sala vizinha.

Orgulhosamente, Lewis Henke chama-me a atenção para uma vitrina.

— A Biblioteca é, também, um Panteon. Veja o original da Declaração de nossa Independência. Olhe o autógrafo de Franklin, o de Lincoln... Veja bem este outro original: é o da Constituição dos Estados Unidos. Temos ainda muitos outros documentos da história americana...

O tímpano do telefone chama-nos à realidade. Em alguns mo-

mentos, regressamos do sonho... Reparo, meio surpreendido, que estou num apartamento de um hotel paulistano. Reparo-o não sem algum desencanto...

Lewis Hanke toma o fone. Conversa alguns minutos.

— Acredito que já lhe dei assunto para uma entrevista... — diz-me agora, sempre conservando o seu sorriso.

— Gostaria de fazer-lhe ainda uma pergunta...

— Qual?

— Não haveria um meio de fazer que os escritores brasileiros se tornassem mais conhecidos na América do Norte?

— Há e é bem fácil. Dada a pouca acessibilidade de livros em português ao leitor norte-americano, é caso de promover-se a tradução desses livros para o inglês. Aliás, um dos objetivos desta minha viagem é, exatamente, o de tratar do assunto. Estou cuidando de facilitar a tradução de "Os sertões" de Euclides da Cunha. E estou procurando interessar o governo brasileiro na tradução de outras obras.

— Já o interessou?

— Creio que conseguiremos alguma coisa...

(Entrevista publicada pela "Gazeta Magazine", de São Paulo de 12-10-1941).

Joaquim Silveiro dos Reis

LUIZ DE OLIVEIRA BELLO

Comandante

O célebre pensador Vauverna-gues sensatamente escreveu esta verdade: "grande parte de nossos erros vem da falta de luzes; porém ainda maior parte vem das falsas luzes, pelas quais nos deixamos guiar".

A meu ver, a História é uma enorme lente de poderoso e profundo alcance que, à distância no espaço e no tempo, permite focalizar os principais fatos e as pessoas que, por suas ações e influências, nele se destacam da craveira comum em que a humanidade se move e age. O seu elevado poder depende essencialmente da cultura, perspicácia, intenção, sentidos psicológico e filosófico e pertinência do observador. E a precisão e nitidez das imagens focalizadas, como se fôsem impressas em chapas fotográficas continuamente ligadas em um mosaico, dependem dos relances do historiador, isto é, dos ângulos em que divisa os fatos e interpreta as pessoas através dos testemunhos, do-

cumentos, pesquisas, estudos e confrontos de textos.

Os cenários da História são múltiplos, amplos e variados, sucedendo-se contínua e vertiginosamente, sem ritmo harmônico, e por isso mesmo, a sua clara compreensão e verdadeira interpretação exigem cuidadoso, penetrante, rebuscado e paciente estudo para se poder alcançar um fiel ajustamento com a realidade.

Não bastam a árida leitura de vetustos documentos e sua restrita interpretação, nem tampouco a ingênua credulidade em verosímeis tradições e sugestivas lendas ou versões. As relações entre os fatos e suas causas e consequências e as ações das pessoas neles envolvidas precisam ser nitidamente desvendadas, em sua completa realidade, para que não surja disvirtuado o verdadeiro sentido dos seus efeitos e influências e o historiador possa ser conduzido a errôneas interpretações ou falsas conclusões.

Torna-se portanto imprescindível uma hábil e profunda penetração pelo Passado, vinculando lógica, racional e verdadeiramente os fatos aos seus antecedentes causais e às personagens porque tudo tem a sua origem e as suas raízes e cada época a sua peculiar psicologia, que não devem ser ignoradas ou olvidadas se quisermos trilhar o áspero caminho da pura verdade.

Com a História Nacional, próxima em importantes e honrosos eventos, vem ocorrendo, desde os seus primórdios, um claudicante desvirtuamento, a princípio, devido ao desconhecimento de autênticos documentos e, posteriormente, em relação a alguns fatos, ao exagerado respeito a opiniões sensivelmente adulteradas de historiadores, escritores, poetas e dadas, considerados excelsos tabús, que lograram renome e tiveram a ventura de não serem contestados.

Todavia, penso que à luz serena de autênticos documentos, fiel e desapassionadamente interpretados dentro do verdadeiro ambiente em que se movimentaram e agiram as pessoas e da época em que se desenvolveram os fatos que estudamos, e auxiliados pela psicanálise, a História pode e deve ser corrigida para lograr atingir ao seu precípua caráter de realidade construtiva.

Reconheço que é longa, áspera e fatigante a estrada que os historiadores concientes, escrupulosos, desinteressados e desprendidos de vaidade, devem percorrer para alcançar o conhecimento da verdade ou aproximar-se o mais

possível d'êla, partindo de uma suspeita, vestígio, testemunho, tradição, documento ou versão, mas isso não os deve desanimar e fazê-los retroceder do seu pertinaz esforço porque é sempre um prazer, uma honra ou mesmo uma glória conseguir-se a substituição de uma inverdade, fantasia, erro ou versão insubsistentes por uma verdade que até pode modificar o curso da História.

E, assim pensando, julgo que a verdadeira e completa história da Inconfidência Mineira ainda está por ser feita. Baseada somente nos fastidiosos Autos das duas Devassas e na pouco fiel "Conjuração Mineira" pelo ilustre historiador Joaquim Norberto, há mais de século ela vem se arrastando desfigurada e aumentando o martírio dos Inconfidentes que nela figuram imperfeita ou incompletamente focalizados por falta de profundos estudos.

Não se pode alegar falta de documentação autêntica, pelo menos relativa aos principais conjurados, pois ela existe em arquivos nacionais e portugueses. Já é tempo de focalizar com nitidez no confuso cenário da Inconfidência: Maia, Tiradentes, Gonzaga, Claudio Manuel, Francisco de Paula e Joaquim Silverio, cada um no papel que desempenhou. Não é mais possível acreditar-se na insânia de Tiradentes, nos bordados do mavioso Gonzaga, no mistério da morte de Claudio e na traição de Joaquim Silverio.

Torna-se necessário traduzir essas fantasias em evidentes realidades, e não será por falta de sa-

gazes e abenegados historiadores que essas personagens devam continuar na História Nacional. Cada uma delas, estudada separadamente à luz percuciente da psicanálise e fielmente integrada no panorama da Inconfidência, revelar-se-á singular e expressiva no ambiente e época em que viveu e se movimentou.

Após haver lido e relido atentamente a "Conjuração Mineira" por Joaquim Norberto, a "Inconfidência Mineira" por Lucio dos Santos, os Autos de Devassas publicados em 1936 pelo Ministério da Educação e numerosos historiadores e escritores, antigos e modernos, didáticos, publicistas e conferencistas que trataram da Inconfidência de 1789, pasmo cheguei à conclusão de que em nenhum dos trabalhos que li ficaram provadas a insânia de Tiradentes e a traição de Joaquim Silverio. E fazendo mau juízo do meu senso histórico, resolvi, então, com boa intenção, fé e vontade ler todos os documentos que encontrasse nos arquivos nacionais, tratassem do honroso evento e me fôsem acessíveis. E durante oito anos consecutivos me venho dedicando a esta tarefa, sem esmorecimento e com prazer, tanto mais quanto tenho sido feliz na colheita de documentos e novos elementos, alguns ainda inéditos.

Os Arquivos Nacional, Público Mineiro e Histórico Militar de Lisboa, a Biblioteca Nacional e as Revistas do Arquivo Mineiro e Instituto Histórico Brasileiro forneceram-me elementos bastantes que me permitiram, juntamente

com os felizes resultados colhidos em minhas pesquisas realizadas em Minas, constituir tão verdadeiramente quanto possível, as histórias do injustiçado Tiradentes e do malsinado Joaquim Silverio e focalizá-los nitidamente no nevoento cenário da Inconfidência.

Animou-me muito a assim proceder o que apropriado e oportunamente escreveu o ilustre historiador Lucio dos Santos à página X do prefácio da sua "Inconfidência Mineira" ed. de 1927: — "Entretanto dêsse estudo paciente e desprevenido me veio a certeza de que muitos enganos correm por aí, a respeito da Inconfidência, amparados pelos melhores escritores que do assunto têm tratado. Muitos desses enganos provêm de leitura imperfeita do processo, da ignorância de determinadas circunstâncias, de interpretações tendenciosas, ou mesmo falta de senso crítico".

Estou de perfeito acôrdo com o esclarecido escritor e por isso mesmo foi que não me limitei a ler e reler historiadores e documentos e procurar interpretar seus textos; procedi a pesquisas locais durante os últimos cinco anos na antiga Borda do Campo, em Barbacena, São João d'El Rei, Tiradentes (antigo S. José do Rio das Mortes), Prados, Ouro Preto, Paraiibuna e Juiz de Fôra; ouvi pessoas residentes nesses lugares há mais de sessenta anos e, entre elas, dois avançados octogenários, ainda existentes, de medíocre cultura mais possuidores de espírito lúcido e invejável memória, que me

contaram fatos verosímeis que ouviram de seus avós, contemporâneos dos Inconfidentes e que conheceram Tiradentes e Joaquim Silverio. Conversei também com descendentes dêsse coronel e tive a ventura de encontrar em mãos de uma de suas respeitáveis trinetas o único retrato dêle, existente no Brasil, e que lhe fôra transmitido por sucessão familiar, perfeitamente identificada e reconstituída.

Os informes sôbre interessantes fatos que se passaram no triênio — 1787-89 dentro da vetusta Casa Grande da Fazenda do Ribeirão de Alberto Dias, de propriedade da mulher do coronel Luiz Alves de Freitas Bello, na antiga Borda do Campo, ainda existente, e cujas ciclópicas paredes desafiavam o tempo e a maldade dos homens, trouxeram-me tal luz sôbre a pessoa de Joaquim Silverio e sua atitude em face da Inconfidência que me permitiram focalizá-lo nitidamente e precisar as razões que o conduziram a denunciar o levante em preparo e os conspiradores, o que nenhum historiador nacional ou estrangeiro o pôde fazer.

Os novos elementos históricos que hoje desvendarei aqui ligeiramente não podiam realmente ser conhecidos em seus detalhes, se bem que alguns venham palidamente referidos nos depoimentos dos irmãos inconfidentes, coronel Francisco Antonio de Oliveira Lopes e padre José Lopes de Oliveira, cunhados do coronel Luiz Alves, tios da noiva de Joaquim Silverio e seus desafetos e credores,

por êle denunciados como inconfidentes, porque a família dêsses três coronéis sempre os conservou reservados com recato e carinho.

Ao desvendá-los agora, não o faço por indiscreção, leviandade ou prurido de vaidade. Não me move também interesse algum, parentesco, simpatia, rancor ou dó pelo delator e sim exclusivamente amor à História e respeito à verdade e, por isso mesmo, sinto-me tranquilo e satisfeito por poder, ao fim de tantos anos de pertinaz esforço, contribuir para aclarar um ponto sombrio da história da Inconfidência.

Não é esta a primeira vez que me preocupo publicamente com Joaquim Silverio, pois fi-lo em 1924, em Belém do Pará, em resposta a um jornalista que o accusou erradamente. Posteriormente, a 13 de janeiro de 1940, publiquei na "Revista da Semana" do Rio de Janeiro, o seu retrato, jamais conhecido no Brasil, e acompanhei-o de ligeiras considerações acérca da Inconfidência. E ultimamente, em março passado, enviei ao ilustre secretário do Instituto Histórico de Minas Gerais um estudo da vida e da atitude de Joaquim Silverio em face da Inconfidência para ser lido nesse elevado centro de cultura visto que um jovem escritor de efêmerides publicara em fevereiro último no "Diário da Tarde" de Belo Horizonte e em seguida fizera reproduzir na "Gazeta" de São Paulo, decalcado sôbre aquele meu trabalho, um artigo ilustrado com o mesmo retrato, emprestando-lhe

suspicaç colaboração de ineditismo e prioridade.

Com os novos elementos históricos que logrei colher não venho hoje inoventar, justificar ou defender as infelizes atitudes de Joaquim Silverio e isso deixarei provado no decorrer do estudo que aqui vou ler. Não abrigo este intuito e meu único objetivo é focalizá-lo no cenário da Inconfidência tal como de fato ele ai se revelou e não como confusamente sua figura vem registada na História da Inconfidência, ora como simples denunciante por patriotismo, ora como vil traidor por maldade.

É provável que considerem audaciosa a tese que a seu respeito agora levanto neste recinto de que, em face da Inconfidência, Joaquim Silverio foi tão somente "um delator confesso porém não um traidor comprovado". Bem sei que ela diverge do conceito geral expresso por historiadores, didáticos e escritores nacionais sobre ele, mas não me perturba a responsabilidade que assumo em lançá-la agora e defendê-la posteriormente com elementos seguros que integralmente, em trabalho substancial que pretendo publicar, oportunamente divulgarei.

A Inconfidência Mineira não foi uma sedição, insurreição, rebelião ou revolução, pois faltou-lhe o caráter concreto de qualquer ato revolucionário. Também não foi uma conjuração porque os poucos homens que a preparavam, honrados, patriotas, generosos e de boa fé, visionados por um nobre ideal, confiavam nas suas palavras e

promessas como seguros penhores de fé e nada juraram. Por isso, então, ela foi tão somente uma conspiração entre alguns poetas, militares e clérigos inflamados pelo ideal libertador da Capitania das Minas, patrioticamente exaltado no estrangeiro pelo jovem José Joaquim de Maia, inhabilitamente propagado no solo pátrio pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier e proveitosamente delatado pelo coronel Joaquim Silverio dos Reis. Foi enfim uma obra de três Joaquims inteiramente diversos.

Todavia, ela afetou o caráter de uma inconfidência porque o motim premeditado, do qual devia resultar uma rebelião que, se fôsse vencedora, naturalmente se desenvolveria até uma revolução com o objetivo de libertar a capitania do domínio luso, importava em uma quebra de fidelidade à real soberania portuguesa.

A Inconfidência, de fato, existiu mais no espírito sonhador e patriótico de um punhado de conspiradores do que propriamente no ânimo do povo e das tropas, cuja adesão e apôio não chegaram a ser pleiteados, mais com o receio de uma desaprovação ou quebra de sigilo do que por falta de tempo e oportunidade. Pensavam os ingênuos inconfidentes que, como o povo vinha há muitos anos conservando grandes maguas contra os governadores e seus auxiliares e as tropas eram parcimoniosamente alimentadas e irregularmente pagas, isso tudo constituiria razões bastantes para que ambos aderissem ao levante espon-

tânea, sincera e rapidamente, no momento em que elle deflagrasse.

Julgavam também ser simples e talvez sem luta depor um governador retraído, dissimulado mas esperto, que havia poucos meses vinha exercendo o seu cargo sem visível demonstração prática de suas intenções, dando a impressão de que ainda não conhecia bem o ambiente social, moral e político da capitania.

Pensando mais como idealistas do que como homens de ação, preparadores de um movimento de larga envergadura que, se iniciando com a libertação da capitania, poderia finalizar com a da Colônia, e estimando falsamente que o ambiente da sua prosaica Vila Rica era o geral da capitania, os conspiradores descuidavam-se de propagar o seu ideal pelas outras regiões também habitadas e ricas, principalmente a dos garimpeiros e negociadores de ouro, que seriam mais seriamente atingidos pela próxima derrama, e reuniam-se clandestinamente para desperdiçarem o tempo em discussões sem finalidade prática.

Não é só com intuitos nobres, generosos e patrióticos, inspirados ou aceitos por homens virtuosos, desprendidos e desinteressados, nem tampouco com um punhado de bravos dinâmicos e audaciosos porém descoordenados, que se fazem levantamentos ou revoluções. Para isso é essencial uma sólida sintonia de idéias e interesses entre os dirigentes do movimento e os elementos lutadores, isto é, entre o espirito e a ação. Sem ella é periclitante o êxito de qualquer movi-

mento revolucionário, pois o ardor das paixões mesmo latentes, a cupidez dos interesses dissimulados e os vários imponderáveis que, por imprevisão, surgem sempre em situações confusas, constituem, em geral, os primórdios das derrotas.

Entre os inconfidentes, poetas, militares e clérigos e seus adherentes, não havia nenhum homem com o caráter rígido, o espirito clarividente, o feitio ativo e dinâmico, gozando de geral prestígio entre elles e na Capitania, capaz de poder assumir com supervisão e penacho de general a elevada investidura de chefe de um movimento libertador. E não há porque se admirar disso visto que o ambiente social, cultural e político da Capitania, e quicá de toda a Colônia, era demasiado mediocre. Aí como lá pouco se respirava com liberdade de espirito e de ação. Os raros homens cultos, em geral reinóis, não influíam na mentalidade do povo.

O domínio português não era verdadeiramente tirânico mas era atrasado, manhoso, judaico, onzeneiro e pouco escrupuloso, carregando para o Rei e o Reino as riquezas da Colônia e enriquecendo-os enquanto os seus leais e submissos vassallos empobreciam e eram extorquidos com pesados tributos. Uma justiça vêsga, que só enxergava os interesses do Rei e dos reinóis, tornava o ambiente social desconfiado, tímido, insincero e deshonesto. Faltavam conforto social, instrução, indústrias, iniciativa, um racional programma administrativo fomentador

da economia pública e do progresso e um conciente respeito à Lei e às autoridades.

Abundantes em tôda a Colônia e em sensível número na Capitania, os clérigos pouco respeitavam os sagrados mandamentos e muitos negociavam com o corpo e o espírito, possuindo filhos, bens e escravos e oferecendo ao rebanho cristão, de que enfaticamente se consideravam pastores, frequentes maus exemplos.

Os governadores e seus principais auxiliares, todos procedentes do Reino, em geral eram indiferentes ao progresso da Capitania e à sorte do seu povo e se preocupavam demasiadamente em agradar ao rei e aos seus ministros fazendo cumprir leis e ordens, muitas das quais eram inadequadas ao desenvolvimento de uma terra nova onde tudo era necessário criar e fomentar. Ansiosos em regressar para o Reino, cuidavam muito dos seus interesses, isolando-se das necessidades dele.

O ouro e os diamantes da Capitania, bateados com sacrifícios de saúde e vida, eram o maná que o povo oferecia obrigatoriamente aos desperdiçados, vaidosos, e estultos reis e lhes permitiam deslumbrar com exóticas jóias e sumtuosas riquezas o Papa e as Cortes européias, em vez de procurá-las conquistar com provas de cultura, nobreza e sabedoria. O povo sabia de tudo isso porém magoava-se mais com a canalhice dos reinóis analfabetos que, em poucos anos, através de engodos às autoridades e deshonestidades, enriqueciam solertemente.

Todavia, não confiava em se inclinar para o ideal dos inconfiados e se envolver no premeditado levante: almejava a libertação da Capitania mas vivia desconfiado, reservado e tímido, tendo em mente o injusto sacrifício de Felipe dos Santos, vítima do cruel e nefando Conde de Assumar; lembrava-se também do pusilânime e deshonesto Pimentel Caldeira, que sacrificara vilmente os paulistas e talvez soubessem do amargo e sombrio destino do patriota Bernardo Vieira de Melo, o que primeiro soltou o grito de liberdade nos rincões brasileiros.

Ignoravam os inconfiados que os felizes êxitos das revoluções, como mesmo das guerras estão condicionados à justa execução de planos previamente concebidos e ponderadamente estudados, apropriado preparo dos elementos materiais e pessoais que os devem executar, balanceadas previsões e, especialmente, oportuno início das ações; e que, além dessas medidas de caráter essencial, outras há dependentes de fatores variáveis que vão surgindo com o desenvolvimento do plano concebido.

Não compreendiam também que para conceber, propagar e preparar um movimento de elevado objetivo e grande âmbito, como o da libertação do solo pátrio, são necessárias sólidas razões de caráter geral, mais econômicas que políticas, e homens realmente patriotas de clara visão, boa moral, são idealismo e aguçado senso psicológico e para fazer executar os planos concebidos e dirigir as várias ações, homens são de corpo

e espírito, dinâmicos, enérgicos, abnegados e audazes, porque estes são os táticos ou condutores do movimento e aqueles, os estrategos, que conceberam os planos e as ações e dentre os quais, muitas vezes, saem os homens de governo.

Mas entre o reduzido número dos conspiradores quais os que possuíam tão especiais qualidades e atributos, necessários a um homem de ação? Nenhum, nem mesmo os militares a quem se poderia atribuir alguma capacidade organizadora, coordenadora ou de ação. O chefe que escolheram por indicação de Tiradentes, então seu comandante, não era um inconfiante convicto, privava da intimidade do governador e revelava tendências tolerantes. Era tão somente o comandante das tropas de Vila Rica mas faltava-lhe fibra militar e penacho para a elevada investidura que lhe conferiram.

E foi por tôdas estas considerações e outras de somenos importância que a Inconfidência não passou de uma conspiração e não deve ser classificada como um movimento militar. Ela existiu somente em pensamento se bem que os conspiradores houvessem concebido e combinado um plano para o motim inicial, mas não tomaram nenhuma medida de caráter prático para a sua execução. Esperdiçaram seu precioso tempo em divagações subjetivas acerca de leis e bandeiras, obra própria de poetas e padres.

Todavia, tendo fracassado antes da sua experiência ou execução — pelo seu injusto e trágico des-

fêcho e suas sombrias consequências, ela deve ser elevadamente conceituada por todos os brasileiros e mesmo inscrita na História Nacional como um importante acontecimento da insípida Era Colonial e registada como uma nobre, justa e audaciosa tentativa de libertação nacional.

A meu ver no confuso cenário da Inconfidência, sobressaíram somente dois homens que nele ainda se acham mal focalizados; foram o jovem José Joaquim de Maia, o criador do ideal libertador da Colônia, e que sem a ventura de vê-lo propagado ou triunfante, cêlere como um relâmpago desapareceu longe da Pátria sem deixar um êmulo tão sincero como ele e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o ultrajado patriota, coração generoso e alma varonil que não vergou, até a sua última hora, com o peso da temerosa responsabilidade que seus compartes na Inconfidência, transidos de dôr ou arrependimento, sem dô lhe arremessaram sobre os largos ombros.

Reflexivamente destacaram-se o dissimulado visconde de Barbacena e o astucioso delator coronel Joaquim Silveirio dos Reis. Os demais inconfiáveis moveram-se confusos em espírito e morosos em ação no restrito ambiente em que residiam ou exerciam as suas atividades parecendo que não percebiam a importância do movimento que projetavam para libertar a Capitania, talvez a própria Colônia, e não somente a decantada Vila Rica do ouro e dos poetas. O campo em que deviam de-

envolver as suas ações propagadora e preparatória do levante era por demais extenso para tão poucos conspiradores, mas parece que assim não compreenderam ou então perderam as oportunidades para agir e colher adeptos em outras regiões ricas e habitadas.

Todavia, isso não lhes deve ser computado como grande erro visto que receosos de trocar correspondência, não encontravam outro processo senão a conversa direta sobre o assunto. Demais, parece que não conheciam bem o ambiente social das regiões em que precisavam desenvolver uma sutil e hábil propaganda para sondar os espíritos e captar novas adesões e, por falta de contínuos, rápidos e seguros caminhos entre as fazendas e arraiais adjacentes, encontravam sérias dificuldades para estabelecer o contacto direto entre os simpatizantes do movimento e as pessoas que convinha atrair.

El foi numa oportunidade verdadeiramente fortuita e circunstância aparentemente propícia que o sargento-mor Vaz de Toledo, animado pelas considerações que seu irmão, o vigário de S. José, padre Corrêa, lhe fizera sobre o caráter e a situação social e financeira de Joaquim Silverio, resolveu abordá-lo acerca do levante com o intuito de solicitar seu apoio com força e material. O tenente-coronel Carlos Ferrão, ajudante de ordens do governador, o coronel Joaquim Silverio e o sargento-mor Vaz de Toledo em fevereiro de 1789 passaram revista de mostra nos regimentos que iam ser dissolvidos e no regresso da

excursão que fizeram dormiram na fazenda do inconfidente capitão Rezende Costa.

Vaz de Toledo então enxergou a ocasião oportuna que procurava e alta hora da noite penetrou no quarto onde Joaquim Silverio dormia sozinho e entrou em conversa com êle sobre o lançamento da derrama e, em seguida, falou na idéia do levante, do novo regime que seria republicano e perdoaria as dívidas ao Erário Real aos que apoiassem o movimento libertador. El, para valorizar as suas palavras e animá-lo a aderir, citou-lhe os nomes dos conspiradores, desvendou-lhe o plano do levante, já combinado, e acabou por convidá-lo a aderir com força e pólvora.

Joaquim Silverio ouviu tudo atentamente e não acreditou na realização do levante: limitou-se a censurar a derrama que prejudicava seus interesses e a prever o fracasso do movimento. El na manhã seguinte, sem haver narrado essa conversa ao tenente-coronel Carlos Ferrão, seu companheiro de viagem, e ter empenhado o apoio ao movimento, assumido algum compromisso ou feito alguma promessa ao sargento-mor Vaz de Toledo ou ao capitão Rezende Costa, despediu-se de ambos e retirou-se para a fazenda do Ribeirão de Alberto Dias, onde estava morando com o seu futuro sogro, que era reinol e contrário ao levante.

Não tendo Joaquim Silverio, com seu fêlto arrogante, se exorbitado ao ouvir as palavras e o convite de Vaz de Toledo, supu-

seram êste e o capitão Rezende Costa que em breve tempo êle aderiria ao movimento e seria um dos "sócios da Inconfidência". Mal, sabiam êsses ingênuos sonhadores que, por não privarem da intimidade de Joaquim Silveiro e desconhecereem seu caráter, espontaneamente e sem o perceber, acabavam de se entregar de corpo inteiro ao apetite maquiavélico de um astucioso e ladino, que já sabia do preparo do levante, ao qual não era favorável.

A sua adesão e o seu apóio ao levante representavam um ato inteligente, necessário, oportuno e valioso — porque com seus relêvo social, prestígio de comandante de força, recurso de materiais que possuía e equívoco caráter, inclinado sempre para os interesses e vantagens, era êle um elemento que precisava ser conquistado para o conluio dos inconfidentes, pois era preferível contá-lo como "sócio da Inconfidência" do que deixá-lo indeciso ou contra o movimento. Demais, a sua adesão estimularia os tímidos ou indecisos que simpatizavam com o levante porém não se animavam a aderir com receio do seu fracasso ou de suas consequências.

De fato, o coronel Joaquim Silveiro ainda não havia encontrado uma oportunidade para se aproximar do novo governador, que vivia retraído no Palácio da Cachoeira do Campo, por plano ou embevecido com sua vaidosa mulher, e manifestava-se agora sentido com as autoridades que o vi-nham apertando para prestar contas do seu contrato de entradas,

expirado em 1785 e ainda não liquidado. Além disso, o seu Regimento, que por vaidade êle fardara e custeava algumas despesas, figurava entre os que o visconde pretendia dissolver.

Orgulhoso, arrogante, prepotente e temido como era, êsse golpe abalaria fundamente o seu prestígio, enfraquecendo a sua autoridade e animando os seus credores que começariam a compreender a sua próxima ruína financeira, pois não poderia contar mais com a proveitosa benevolência das autoridades. Sua alma sangrava de pesar e receios e êle já as censurava, quando dantes sempre se manifestava lisonjeador e maneiroso com elas, com quem sabia ajeitar os seus interesses. Como exemplo disso haja vista as suas boas e estreitas relações com o governador D. Luiz da Cunha Menezes, seu amigo e benfeitor, que por ter sido acusado pelo ministro Martinho de Mello, do govêrno de D. Maria I, como "associado com defraudadores do Erário Real", perdeu o cargo de governador, que vinha exercendo havia oito anos.

Português, nascido na freguezia da Sé de Leiria em 1756, era filho do capitão José Antonio dos Reis Monte Negro e d. Tereza Jeronima Figueiredo Vidal, residentes no Reino, e irmão do cônego Jacinto Cesario dos Reis Monte Negro, da Sé de Lisboa, do coronel de cavalaria auxiliar da comarca do Rio das Velhas, João Damasceno dos Reis Figueiredo Vidal e duas ou três irmãs donzelas.

Em documento dirigido em 1794 ao Vice-Rei, conde de Rezende, (existente no Arquivo Histórico Militar de Lisboa) solicitando-lhe uma graça, que lhe foi concedida, lê-se: "Exm. Snr. o Suppe. hê nacional deste Reino, passou aos Estados do Brazil em qualidade. Negociante, vivia na Capitania das Minas Geraes com todas as comides. pa. se tratar com grandeza, e acreditado de maneira que o Exmº Conde de Cavalleiros seu Gal. que então era de Conformide. com a Junta de Fázenda lhe confiarão a Rematação de um Contracto por perto de hum milhão".

Em outro documento (existente no mesmo arquivo) datado de Villa Rica a 29 de maio de 1781 e assinado por D. Rodrigo José de Menezes, governador e capitão-general da Capitania das Minas, lê-se: "Certifico que o Sargento-Mór Joaquim Silverio dos Reis Leiria fez fundir em seu nome dentro de hum anno contado de nove de Janeiro de mil setecentos e setenta e sette athé quatro de Outubro do mesmo anno na Real Casa de Fundição da Villa, de Sabará em duzentas e noventa parcellas, doze arrobas, Secenta Marcos, e duas onças de Ouro, das quaes setirou de quinto duas arrobas trinta e sette marcos, Sinco Onças, huma oitava quarenta e tres Grãos e hum quinto de Ouro Satisfazendo aos Requizitos determinados na Ley de Trez de Dezembro de mil settecentos e sincoenta."

Em sua obsoleta linguagem estes dois documentos permitem estimar o ano em que Joaquim Sil-

verio entrou na Capitania das Minas e por que direção o fez. Se entre nove de janeiro e 4 de outubro de 1777 êle conseguiu apresentar à Casa de Fundição de Sabará a copiosa quantidade de 12 arrobas e fração de ouro, isto é, pouco mais de 170 quilos, pode se presumir que já se achasse nela, pelo menos, havia um ano e a sua preferência por essa Casa de Fundição indica que penetrou na Capitania procedente da Baía, donde provinha grande parte dos bateadores de ouro que faiscavam na região de Sabarabogú, onde deve ter comprado o ouro.

Assim, pois, acreditando-se no que escreveu ao Vice-Rei, êle deve ter entrado na Capitania das Minas no ano 1775 — 76 na qualidade de negociante, e apenas com 19 anos de idade.

Continuou a prosperar nos seus negócios e a 26 de maio de 1780, por indicação dos officiais da Villa de N.ª S.ª das Mercês de Arassuahy do Termo das Minas Novas, pelo general e governador da Capitania, D. Luiz da Cunha Menezes, foi escolhido em lista triplíce e nomeado sargento-mor e comandante das ordenanças de pé do Distrito dessa Villa, "por ser pessoa condigna do seu exercicio e concorrerem nela os requisitos necessários e esperar do nomeado que em tudo que fôr encarregado do Real Serviço e sua obrigação se haverá com a devida satisfação desenvolvendo o conceito que formo de sua pessoa". (vd. Liv. 217 pag. 179v do Arq. Pub. Min.).

Protegido pelo opulento contratado-mor da Capitania, o reinol

João Rodrigues de Macedo, e afiançado pelos seus conterrâneos, os irmãos Freitas Bello, José Alves, guarda-mor da Borda do Campo e Luiz Alves, tenente-coronel e administrador do Registro de Paraíba, conseguiu arrematar pelo triênio 1782-84, por 355:612\$00 rs., um contrato de cobranças de entradas na Capitania devendo "ser o proprio caixa com as condições de fazer toda a sua escrituração nos Livros do Contrato e a mostra-los á Real Junta de Fazenda quando ella lhe determinar e a entrar com todas as cobranças que fizer para que não haja desvio algum dos Cabedades do Contrato devendo estar pago o Contrato no anno de mil setecentos centos oitenta e cinco", (vd. Liv. 220 pag. 152 MF. 1771-1800 Arq. Pub. Min.),

A 31 de dezembro de 1784 expirava êsse contrato e um ano depois o prazo fixado para a prestação final de suas contas e devido pagamento, porém de tal modo Joaquim Silverio lhe dera execução que não o pôde prorrogar. Apesar de citado duas vezes no triênio 1786-88, a 3 de março de 1789 ainda não havia prestado suas contas, ignorando-se o valor real de seu alcance, então estimado, a grosseiro modo, em mais de duzentos contos.

Havia muito tempo que o Procurador da Junta Real de Fazenda o desembargador Grogorio Pires Bandeira, o tinha em mau conceito, conforme repetiu em sessão da Junta na presença do governador da Capitania, que era o seu presidente, nestes termos: "a fraude

e o dolo deste Contrr. me hé conhecida desde 12 de agosto de 1784 em que representei isto mesmo a esta Junta... (Vd. Liv. dos Termos das Sessões da J. R. F. Arq. Pub. Min.).

Somente no ano de 1791, quando Joaquim Silverio residia na cidade do Rio de Janeiro, com ela por homenagem, e não podendo ausentar-se para nenhum lugar, foi que por ocasião do falecimento do seu procurador em Vila Rica, a Junta Real de Fazenda se apossou dos livros e papéis que lhe pertenciam e êsse procurador trazia sonogados, desde maio, de 1789, e pôde apurar as suas contas e computar o seu alcance que atingiu á avultada quantia de 241:757\$720 rs. Mais tarde, por encontro de contas com quantias por êle recebidas e entregues mas ainda não registadas ela ficou reduzida ao líquido de 167:763\$719, seu valor definitivo.

No seu tempo, por serem frequentes os alcances dos contratadores com o Erário Real não tinham grande importância nem lhes restringia o conceito moral e o prestígio social que então gozavam, desde que os contratadores possuissem bens, fôsem protegidos pelas autoridades ou afiançados por pessoas de pro e abastadas. Era êste o caso de Joaquim Silverio, afiançado por dois fazendeiros honestos e ricos, e protegido pelo contratador-mor João Rodrigues de Macedo, proprietário da maior, melhor e mais opulenta casa de Vila Rica, a célebre Casa dos Contos, também alcançado na importante soma de

426:108\$056 rs. e padrinho de sua noiva.

A-pesar-de alcançado, a 17 de dezembro de 1785, o governador D. Luiz da Cunha Menezes também presidente da Junta Real de Fazenda, amigo de Joaquim Silverio e o tendo em alto aprêço, o promove a tenente coronel para o terceiro Regimento de Cavalaria, recém-criado e sediado na Vila Rica e do qual êle era coronel comandante por mais uma vez "haver reconhecido nele os requeziitos necessários para bem exercer o dito posto e confiar dele desempenhando bem o conceito que forma de sua pessoa". (Vd. Liv. 243 pag. 19v. Pat. e Nomb. do Arq. Pub. Min.).

Continuava Joaquim Silverio fazendo seus escusos negócios e já citado para prestar contas do seu contrato como remisso devedor, quando a 21 de agosto de 1787 o seu grande amigo e benfeitor, o mesmo governador, D. Luiz da Cunha Menezes, o promove a coronel agregado ao Regimento de Cavalaria Auxiliar, estabelecido e aquartelado nos Campos Gerais da Piedade da Comarca do Rio das Mortes, do comando do coronel Luiz Alves de Freitas Bello e sediado na Borda do Campo.

Ignoram-se "os novos e relevantes serviços" que o recém-promovido prestara no triênio 1785-1787, mas pode se ler na sua carta patente de coronel as razões de sua promoção nos seguintes termos: "pelo eficaz prestimo com que se tem condutado e não ficar sem a devida remuneração os seus leais serviços e confiar da sua aptidão

zelo e honra que em tudo mais do que for encarregado do nosso Real Serviço e sua obrigação se haverá com igual satisfação desempenhando o bom conceito que formo de sua pessoa". (Vd. Liv. 249 pags. 180 a 181v. Pat. e Nomb. do Arq. Pub. Min.).

Em virtude desta promoção Joaquim Silverio passou imediatamente a residir na Borda do Campo em cuja região fez vários negócios com escravos e terras, tendo adquirido a prazo, do coronel Francisco Antonio de Oliveira Lopes, as fazendas da Trapizonga e Ressaquinha e, de um tal Nascimento, a da Caveira de Cima, onde passou a residir, as quais nunca saldou conforme ficou provado quando elas lhe foram sequestradas em 1791).

Foi por ocasião dessa mesma promoção que se aproximou do coronel Luiz Alves, já seu fiador desde 1782, e então seu comandante e com as suas inteligência, astúcia, esperteza, prática e felicidade nos negócios dentro de um ano o havia empolgado completamente, negociando com os seus haveres e sido por êle escolhido para casar com sua primogênita, ainda púbere de dez anos. E a simpatia e intimidade que o velho coronel lhe dispensava cresceu tão rápida e sensivelmente que quando êle, por haver contraído enfermidade que o privava de montar a cavalo, solicitou sua reforma do serviço ativo, interessou-se por ser substituído no comando do Regimento por Joaquim Silverio, o que conseguiu com o seu prestígio de militar efetivo há vinte e oito anos e administrador de três Re-

gistos durante vinte e seis. Então D. Luiz da Cunha Menezes, governador da Capitania e grande amigo de Joaquim Silverio, o brindou com mais uma promoção, confirmando-o no posto de coronel e nomeando-o para comandante daquele Regimento a 14 de junho de 1788, "por ser preciso provello em — pessoa condigna do seu exercicio, e concorrerem aos requeзитos necessarios para bem o exercer em Joaquim Silverio dos Reis Leiria, não só — pelo justo acesso que ao mesmo Posto tem como coronel agregado ao mesmo Regimento havendo cooperado muyto para asua Regular dessiplina. Com asua pessoa, edespeza consideravel desua Fazenda mas tão bem pellas suas boas qualidades, eprestimto e confiar delle que em tudo omais do que for encarregado do Real Serviço esua obrigação sefar conduzir comigual satisfação dezempenhando o bom conceito que formo da sua pessoa". (Vd. Liv. 250 pag. 27v. Pat e Nomb. do Arq. Pub. Min.).

Do teor das cartas-patentes com que o governador D. Luiz da Cunha Menezes, em oito anos, galardoou com quatro postos militares a Joaquim Silverio por desconhecidos — notáveis serviços — prestados, depreende-se que ele habilitou o seu amigo com um alibi de "apto, honrado e zeloso pelos serviços Reais", dizendo mais que "confiava nas suas boas qualidades e no resultado das obrigações que lhe fôsem cometidas". Entretanto, esqueceram a mesma autoridade de que, como presidente da Real Junta de Fazenda, ouvira, em sessão

plena, o Intendente Real de Vila Rica expressar mau conceito sobre a honestidade do seu protegido e esqueceu — tambem que o desembargador Thamaz Gonzaga quando era Ouvidor em Vila Rica, se exprimira identicamente acêrca de Joaquim Silverio a propósito da sua dívida ao Erário Real.

Tal attitude daquele nefasto governador explicase porque, medíocre e inescrupuloso como ele era, apreciava as pessoas insinuantes por esperteza e interesse, lisonjeadoras e particularmente prestativas e presenteadoras como Joaquim Silverio, que provavelmente assim lhe testemunhava a sua gratidão pelos muitos favores que lhe havia concedido.

Se o prestígio de Joaquim Silverio, de fato, era grande entre as autoridades e pessoas de relevo social das regiões onde viveu e exerceu as suas atividades commercial e militar, já entre as pessoas do povo, nacionais ou reinóis, a quem dirigiu ou com quem negociou, era fraco e pejorativo, pois alcunharam-no de "Leiria", nome de sua terra natal donde, segundo o senso popular, procediam os maiores maganões de Portugal que exploraram os povos da Capitania; "Guites", termo de gíria lusa, cuja significação não logrei descobrir e, finalmente, "Salterio" corruptela de Silverio porque andou lesando em negócios alguns ingênuos que desconheciam as suas espertezas.

Isto pode ser atestado mesmo por documentos, entre os quais o Termo da Junta Real de Fazem-

da lavrado sob a presidência do Visconde de Barbacena a 12 de março de 1791, no qual figuram os nomes de vários lavradores lesados por Joaquim Silvêrio e as respectivas quantias que dêles recebeu e não deu quitação. O padre José Lopes, em seus depoimentos às pags. 15 do vol. III e 448 do vol. IV dos Autos de Devassa da Inconfidência, ed. 1936, disse que seu irmão o coronel Francisco Antonio inimizou-se com Joaquim Silverio por causa da venda de fazendas que lhe fizera, as quais ele não saldou, o que, mais tarde, em 1791, foi confirmado em Juízo.

Mas na época e no ambiente em que viveu e prosperou na Capitania, exclusivamente administrada por autoridades reinóis, em geral interesseiras e inescrupulosas, o caso de Joaquim Silverio não era o único e os portugueses astutos, espertos, gananciosos e vaidosos como ele, abastados e prestigiados não eram poucos e eram temidos e respeitados porque agiam com solércia e força. Esta era a moral reinante nos oito anos do governo do mediócre, mau, pusilânime e inescrupuloso D. Luiz da Cunha Menezes, o "*Minezio Fanfarrão*", das cartas chilenas de Crítilo", atribuídas a um dos poetas Gonzaga e Claudio Manuel.

Assim então, quando em julho de 1788, esse governador foi substituído pelo visconde de Barbacena, a situação de Joaquim Silverio era bastante lisonjeira, a saber: Com trinta e dois anos de idade e treze de permanência na

Capitania, onde entrou pobre, era agora abastado proprietário das Fazendas da Trapizonga, Ressaquinha e Caveira de Cima e de mais de duzentos escravos, alcançado com a Fazenda Real em mais de duzentos contos sem ser executado para o devido pagamento, devedor a particulares sem ser acionado por eles, que o temiam, coronel efetivo e comandante do Regimento de Cavalaria Auxiliar dos Campos Gerais da Piedade que à sua custa fardava e mantinha por vaidade, cargo este que lhe emprestava grande prestígio e força, e, finalmente, escolhido para casar com uma das filhas do coronel Luiz Alves, a quem sucedera no comando do Regimento e em cuja casa já vinha residindo há mais de um ano. (Vd. carta dirigida ao ministro de D. Maria I, Martinho de Mello, a 15 de março de 1791, pub. na Rev. de I. H. B. tomo LXV.).

Eis aí em traços rápidos quem era Joaquim Silverio quando o visconde de Barbacena iniciou a sua administração.

O coronel Luiz Alves que lutou com os índios Puryrs, negros malfeitores, bandidos de estrada e contrabandistas de ouro e diamantes e foi fiscal e arrecadador de tributos durante vinte e seis anos na maior Comarca das Minas, conhecia bem o ambiente econômico e social dessa Comarca, onde vivia desde 1763. Por isso e ainda como militar, em efetiva função — até ha seis meses, não ligava importância às conversas sobre o levante que

julgava impróprio e destinado ao fracasso por falta de elementos materiais e pessoais, pois não podia confiar em poetas e padres para dirigir um movimento libertador, uma vez que a tropa não estava conluiada com eles.

Quanto a Tiradentes, o maior propagandista do movimento, relacionado com Joaquim Silverio desde que se conheceram em Minas Novas, julgava-o um agitado que não se firmava em profissão alguma e que pela sua incontinência de linguagem só atraía desafetos. Conhecia-o bem porque, por alguns anos, ele fizera parte da força do seu comando que patrulhava o caminho do mato, entre o registo Velho e o Novo, e também quando ele tentara colonizar com escravos a Rocinha da Negra, situada na região de sua fiscalização e na vizinhança de sua residência no registo de Parafubuna.

Joaquim Silverio, que havia substituído o velho coronel Luiz Alves no comando do seu Regimento e com ele morava em sua fazenda, conhecia sua opinião sobre o levante, com a qual estava de acôrdo, por pensar do mesmo modo, por interesse próprio ou para lhe ser agradável. Fato é que a nenhum dos inconfidentes, em ocasião alguma, hipotecou apóio ao movimento ou garantiu qualquer compromisso ou promessa e, portanto é lícito crer que realmente não tivesse procurado apoiar o levante.

Que vantagens teria Joaquim Silverio se aderisse aos inconfidentes e lhes prestasse apóio ma-

terial? conforme lhe pediu Vaz de Toledo. Perdão de sua dívida à Fazenda Real e talvez restituição do comando do seu Regimento. Realmente isso lhe era muito importante e proveitoso, porém pouco, e será que, mesmo vitorioso em Villa Rica, o levante se alastraria por toda a Capitania e impediria que as forças de S. Paulo e Rio de Janeiro nela penetrassem e o vice-rei acabasse dominando os rebeldes? Pensando assim, ele não considerava garantidas aquelas vantagens.

O coronel Luiz Alves, mesmo adoentado, e seus irmãos, o coronel José Alves e o capitão Alexandre Bello e seu cunhado, o sargento-Mor Manuel Caetano, todos moradores na Borda do Campo e contrários ao movimento, estavam prontos a defender o governador e a soberana. Joaquim Silverio, que privava com eles, sabia disso. Não tinha, há menos de um ano, substituído o coronel Luiz Alves no comando do seu Regimento exatamente porque este resolvera se reformar e, confiando nele se interessara junto ao governador, para que ele o substituisse nesse comando? Não era ele fiador do seu contrato desde 1782 e, depois disso, não lhe havia emprestado dinheiro para comprar ao coronel Francisco Antonio, seu cunhado, as fazendas da Ressaquinha e da Trapizonga? Não era hóspede, comensal e noivo de sua filha? Como poderia então divergir de sua opinião, que lhe parecia sensata e certa e atenderia melhor aos interesses de ambos? Realmente andava bemmagoadado

com o Visconde, que vinha se revelando seu desafeto, e temia os parentes do coronel Luiz Alves que eram inconfidentes e com quem havia se indisposto. Prevía que, mesmo entrando no movimento, não poderia esperar — deles nenhuma mercê. Por que então aderir e apoiar o levante?

Demais, a sua precária situação social, moral e financeira, com perspectiva de miséria, demandava uma situação rápida e garantida para os seus interesses e que não podia ficar dependente de uma aventura em cujo êxito não confiava.

Estava intimado a prestar suas contas e a pagar seu avultado alcance dentro do prazo de lei, isto é, trinta dias, sob pena de sequestro de seus bens e dos bens dos seus fiadores, que eram seus amigos, os coronéis José e Luiz Alves, urgia, portanto, tomar uma resolução.

Três soluções se apresentavam ao seu espírito para sair dessa angustiosa situação: Primeiro — fazer desaparecer os livros do seu contrato para que não se pudesse computar o valor exato do seu alcance, queimando-os conforme lhe insinuara o padre José Lopes, mas isso não impediria o sequestro dos mencionados bens e talvez agravasse a sua situação; segunda — prestar as suas contas e procurar pagar o seu alcance, que fôsse computado, porém isso seria um opróbrio para si porque se veria imediatamente na miséria, visto que os seus bens, reunidos aos dos seus fiadores, não cobririam o alcance; terceira — aproximar-

se do governador, advertir-lhe que a próxima derrama iria perturbar demasiadamente o povo da Capitania e talvez o levasse a uma rebelião e, finalmente, contar-lhe o plano do levante, nomeando-lhe os conspiradores, porque assim se livraria de alguns inimigos poderosos.

Das três soluções a única que se lhe afigurava mais garantidora dos seus interesses era a última porque, denunciando o levante e avisando ao Visconde de que a sua cabeça correria perigo, naturalmente prestar-lhe-ia um grande serviço, através do qual, posteriormente, poderia obter o perdão da sua dívida e a sua reposição no comando do seu Regimento — prêmios suficientes para readquirir o seu prestígio, impedir as demandas dos seus credores e a ruína dos seus fiadores e permitir-lhe que realizasse o seu casamento com uma joven inocente, flor de estufa criada e educada entre o altar e o tear, a escolhida para o sacrifício de casar-se com um homem de trinta e dois anos, a quem não podia amar porque ainda ignorava o que era o amor.

Balaceou bem a sua vida passada na grandeza, conforme afirmou em documento ao conde de Rezende em 1794 (Arq. Militar Hist. de Lisboa), a atual, em perspectiva de miséria, e a futura, prestigiado, talvez enobrecido, e casado com a filha de um homem respeitado e abastado. Depois de conversar com o seu futuro sogro optou pela última das soluções. Clandestinamente se

dirigiu à Cachoeira do Campo, onde o Visconde residia, e denunciou-lhe detalhadamente o preparo do levante.

Tendo o Visconde se admirado que houvessem tantos homens importantes da Capitania envolvidos no levante, desconfiou que o denunciante fôsse um dos conspiradores ou estivesse exagerando sua narrativa para obter-lhes algum grande favor e simulou não acreditar no que acabava de ouvir.

Joaquim Silverio percebendo isso, inteligente, astuto e ladino como era, não podendo perder os seus passos, declarou-lhe: "e saiba V. Excia. que rolarão cabeças e a primeira será a de V. Excia. e depois as dos auxiliares de sua Ex.". Dissimulado o Visconde, que o ouvira atentamente, ordenou-lhe então que escrevesse tudo quanto lhe contara e intencionalmente disse-lhe que já havia pensado em suspender a derrama.

Joaquim Silverio regressou para a Borda do Campo, onde espalhou tão alvicaireira notícia. Aí entrou ainda em contacto com alguns conspiradores e, receoso do Visconde, escreveu na Fazenda do Ribeirão de Alberto Dias, onde morava, a denúncia que mostrou ao coronel Luiz Alves, conforme afirmou em carta dirigida a Martinho de Mello, ministro de D. Maria I, datada de 15 de março de 1791 (Vd. Rev. do I. H. G. B. tomo LXV parte I^a.) e depois voltou à Cachoeira do Campo, onde a entregou ao Visconde.

Agindo como agiu, sem nenhum proposito patriótico a meu ver,

consultou somente os seus interesses e prestou ao Reino um importante e valioso serviço porque impediu que se formasse na Capitania um movimento cujas consequências então não podiam ser bem avaliadas.

Teria sido Joaquim Silverio simples denunciante, delator ou traidor?

Divergem os vários historiadores nacionais e os dois ou três estrangeiros que, somente baseados nos termos da Sentença lavrada contra os conspiradores escreveram sobre a Inconfidência. Mesmo Joaquim Noberto e Lucio dos Santos, que manusearam detalhadamente os Autos das duas Devassas, não o apreciaram com justezas. A maioria dos historiadores classifica-o como traidor. Estarão certos? Penso que não.

Joaquim Silverio nunca fez parte dos "sócios da Inconfidência" e isso os próprios conspiradores sabiam porque o evitavam reccosos do seu caráter dúplice. Somente depois que o Visconde de Barbacena descarregou-lhe em fevereiro o primeiro golpe, exonerando-o do comando do seu Regimento que dissolveu, foi que os Inconfidentes compreenderam que Joaquim Silverio, maguado com essa autoridade, de quem não conseguirá ainda se aproximar, se lastimando e a censurando, alcançado com o Erário Real e já citado por duas vezes a prestar contas do seu contrato, estava em propícias condições de ser atraído para o levante, pois já não lhes inspirava tantos receios,

porque tinha perdido força e arrogância.

E isso é verdade porque nos vários depoimentos, autos de perguntas e acareações das sessenta e sete pessoas que foram ouvidas nas duas devassas para se apurar a responsabilidade dos inconfidentes, nenhuma acusou-o de haver tomado parte nos "conventículos" reunidos nas casas de Claudio Manuel, Thomaz Gonzaga, João Rodrigues de Macedo e Francisco de Paula em Vila Rica onde se tramou o levante. Também nenhuma delas afirmou que êle houvesse jurado fé aos princípios do ideal libertador da Capitania, nem confirmou que tivesse lhe empenhado qualquer apóio ou feito a algum dos inconfidentes alguma promessa. Mesmo os que o acusaram de haver declarado que possuía dinheiro para mandar buscar homens em São Paulo para apoiar o levante, e foram êles o coronel Francisco Antonio, seu credor e desafeto, o padre Carlos Corrêa e o sargento-mor Vaz de Toledo, nos sucessivos autos de pergunta a que responderam, foram pouco a pouco retirando essa acusação e outros detalhes com que procuraram intencionalmente comprometer Joaquim Silverio até que na acareação entre êle e o coronel Francisco Antonio, êste coronel confessou que somente por perfídia havia inventado aquela grave acusação e a transmitido, como verdadeira, àqueles dois inconfidentes, com o exclusivo intuito de procurar envolver Joaquim Silverio nas tramas do levante porque era seu desafeto e o

havia denunciado bem como a seu irmão, o padre José Lopes, e a seu primo, o padre Francisco Vidal Barbosa, quando estivera na Cachoeira do Campo confabulando com o Visconde.

Daquelas sessenta e sete pessoas, somente vinte e nove foram classificadas pela Alçada como conspiradores e, dentre estas, apenas quinze, em seus depoimentos fizeram referências a Joaquim Silverio, sendo que, assim mesmo, somente oito acusaram-no gravemente em seus depoimentos iniciais e depois foram se desdizendo à proporção que iam tomando conhecimento nos Autos de perguntas a que responderam, do que os outros haviam deposto. Foram os próprios inconfidentes que estabeleceram confusão nos seus depoimentos quando procuraram se inocentar e carregaram contra Joaquim Silverio e Tiradentes. Êste confessou tôda a sua ação e assumiu a responsabilidade de muitos atos alheios, porém não procurou afundar Joaquim Silverio, com acusações falsas tanto assim que, quando se resolveu a falar a verdade, não desdisse nenhuma de suas afirmações.

Desafeto que se tornara de Joaquim Silverio, a quem não apreciava e de quem tinha queixas, por que iria poupá-lo? Gonzaga, que havia expressado mau juízo do seu caráter, por que não o acusou de convivência com os inconfidentes? Claudio Manuel, que nunca o recebeu em sua casa, porque não lhe apreciava o caráter, também por que não o acusou? Tão somente porque, de fato, êle não

havia sido conspirador e eles tinham pudor em mentir.

Ora, nessas condições, se Joaquim Silverio não frequentou as casas de Gonzaga, Claudio Manuel e Francisco de Paula, onde os conspiradores tramaram o levante e também ninguém o accusou de haver frequentado a do seu amigo e padrinho de sua noiva, o poderoso João Rodrigues de Macedo, que albergou Gonzaga, Alvarenga e outros simpatizantes do levante e até lhes emprestou dinheiro e nem por isso foi ouvido pela Alçada, por que considerá-lo como "um dos sócios da Inconfidência"?

Se ele não foi conspirador ou inconfidente e nada jurou, nada prometeu, nem empenhou, nem a palavra da honra, já nesse tempo desmoralizada, o que foi que traiu? e a quem traiu?

Dizem os léxicos latinos, portugueses, franceses, italianos, espanhóis e alemães, em uma mesma significação que trair — é cometer uma traição e traição — é a quebra de um juramento, fidelidade, compromisso, apóio ou palavra empenhados. Mas Joaquim Silverio não empenhou nada disso, nem mesmo a promessa de que não denunciaria o levante e os seus preparadores.

Demais, no seu tempo, em que o direito era ainda consuetudinário e poucos países possuíam um Código, que era um arremêdo do desfigurado Código Romano, Portugal se regia pelas Ordenações Afonsinas, Joaninas, Manuelinas e Filipinas e várias Ordens Régias.

E o Código Romano, bem tra-

vestido e, em uso nos países civilizados da era de D. Maria I, considerava dois crimes de traição, a saber: o "lesal magestas", que compreendia os delitos contra a soberania e integridade do Estado e a vida dos soberanos e pessoas das Casas Reais, mesmo por afinidade, a tentativa revolucionária de mudança de regime político ou de Soberano, a entrega das cidades, praças fortes, armas, munições ou documentos ao inimigo e a passagem para o campo adversário, o que tudo era punido com a pena de morte por enforcamento ou outros processos; e os crimes de "diminuta magestas", que tinham menos importância e consistiam em assassinatos ou tentativas de assassinatos de ministros, autoridades em função de seus cargos, testemunhas de delitos ou crimes que tivessem feito juramentos e raptos ou injúrias à pessoas das Casas Reais. Predominava em todos os países a concepção geral de traição como "a quebra de juramento ou de fidelidade".

Ora, se Joaquim Silverio nada jurou a qualquer autoridade ou qualquer inconfidente, ele não traiu a nenhuma idéia e a nenhuma pessoa. Ao contrário, denunciando o levante e os conspiradores, manteve fidelidade à soberana, se bem que não se saiba se alguma vez lha houvesse jurado. De acôrdo com a concepção corrente nos Códigos dos vários países e nas Ordenações do Reino Português, os conspiradores, por quererem depor o governador e mudar o regime monárquico para

republicano, foram que se tornaram infiéis ou inconfidentes e incorreram nos crimes de “lesa majestade” ou alta traição, razão porque os principais dêles foram condenados à fôrça.

Se depois lhe concederam indultos foi porque o movimento não teve existência real e não passou de um esbôço ou delineamento de um plano rebelde. O que é certo é que Joaquim Silverio nunca se revelou simpático ou aderente ao levante e se por iniciativa própria ou atraído pelos conspiradores, soube dos detalhes do movimento e mais tarde, por precisar sair da precária situação moral, social e financeira em que foi colhido, resolveu tudo contar ao governador para tirar partido próprio, procedeu de um modo útil somente para si, porém, aviltante para a sua honra. Tovia, este gesto no conceito moral então corrente, consuetudinariamente ou juridicamente, não foi mais do que uma denúncia, porque, de fato, faltou-lhe a característica de traição, que é a “quebra de fidelidade, compromisso, apóio ou palavra empenhados”.

Os mesmos léxicons, de que me socorri para significar a palavra traição, dizem que denunciar é: acusar à Justiça ou aos magistrados em segredos, crime ou criminoso com os sem provas, porém com a assinatura do denunciante e “delatar”: é denunciar com ou sem assinatura, um crime, delito ou pessoa por interesse ou maldade.

Quando Joaquim Silverio denunciou o levante ainda eram os

Soberanos quem classificavam os crimes de traição e os faziam punir ao seu arbítrio. D. João V, D. José I, e o marquês de Pombal haviam deixado recentes provas disso com as inúmeras vidas que mandaram tirar sob o pretexto ou fundamento de crimes de lesa majestade ou alta traição. O gesto de Joaquim Silverio, nem realmente, nem figuramente, deve ser classificado de “lesa ou diminuta majestade” e, portanto, de traição porque, de fato, não o foi.

Denúncia, sim, porque realmente o foi. O interesse em obter vantagens que lhe tirassem da crise que estava prestes a levá-lo à miséria e ao opróbrio, e a maldade para se vingar de inimigos, que agora temia, depois que perdeu seu prestígio, foram que o impeliram a denunciar e em vista disso a denúncia transformou-se em delação.

À primeira vista parece que denúncia e delação tenham a mesma significação; entretanto pode-se constatar, desde os tempos dos romanos, que sempre houve sensível diferença entre os dois atos. A denúncia era apresentada verbal ou por escrito, com a responsabilidade do autor e conduzida por boa fé, amor à verdade, respeito à lei, utilidade ao bem público ou mesmo ao particular e sem propósito deliberado de vantagens ou interesses. A delação, que podia ser anônima e em geral o era, podia se basear em suspeita ou vestígios e era sempre impelida por interesses, maldade ou vingança. O Código Romano e seus sucedâneos só consideravam

a denúncia e a delação como delitos, passíveis de punição, quando ficava provado em juízo que eram falsas.

Em Roma, nos tempos dos primeiros imperadores, havia em cada rua ou via "dois índices ou quadroplators", secretamente conhecidos e remunerados, cuja função precípua era "denunciar os crimes políticos e as lesões fiscais e, posteriormente, na França e Alemanha, haviam os "delators" com idênticas atribuições".

A inquisição de Torquemada e o Santo Offício de Portugal foram as últimas consagrações da vil função dos denunciante e delatores oficiais, hoje renascida pelos espíões.

Assim sendo, o gesto de Joaquim Silverio, como delator, não merece tanta acrimônia porque elle agiu com o espírito reinante na sua época, que não classificava como crime as denúncias e delações quando elas ficavam plenamente comprovadas. E foi o seu caso, porque, a pesar de haver apresentado duas denúncias escritas, isto é, uma ao visconde de Barbacena e outra ao vice-rei Vasconcellos, consideradas suspeitas, como essas autoridades não confiassem no seu caráter e o suspeitassem de conivência com os conspiradores, elle esteve preso na ilha das Cobras durante nove meses, que foi o prazo durante o qual a primeira Devassa, feita na Capitania das Minas, apurou a responsabilidade dos inconfidentes.

E como os juizes dessa Devassa nada houvessem apurado que provasse tal conivência foi elle

sólto em janeiro de 1799, tendo a cidade por homenagem, isto é, não podendo se retirar dela para lugar algum. Somente quando a segunda Devassa, aberta nessa cidade, depois de ouvi-lo e várias vezes aos inconfidentes, lavrou a Sentença em outubro de 1791, mesmo antes da apelação dos condenados, foi que elle tornou-se livre de qualquer suspeita, delito ou crime porque os juizes da Alçada, vinda do Reino, nada apuraram contra elle e constataram a verdade das suas acusações verbais e escritas.

Bem sei que nessas acusações Joaquim Silverio não foi muito radical, pois sabia mais do que disse ao visconde e escreveu nas suas denúncias e também que os juizes das duas Devassas, especialmente os da Alçada do Reino, não se revelaram sinceros, justos, imparciais e generosos, pois sacrificaram os conspiradores em sucessivos depoimentos, autos de inquirição e de perguntas e muitos, ainda, com acareações afim de obterem d'elles o maior número de informes, donde resultou cansá-los, enfraquecê-los e até alterar-lhes o espírito. Contudo, isso não impedia que os inconfidentes, acusadores de Joaquim Silverio, confirmassem suas acusações se elas fôsssem verdadeiras. Puderam elles fazer carga sobre o injuriado Tiradentes, o mais pobre e desprotegido d'elles, com o intuito de melhorar a própria situação e por que não continuaram a agravar Joaquim Silverio? Porque sabiam que lhes faltava consistência nas acusações que lhe

fizeram intencionalmente e não de acôrdo com a verdade.

Assim, então, em virtude destas ligeiras considerações e outras menos importantes que, por escassez de tempo deixo de fazer aqui, estou convicto, que Joaquim Silverio dos Reis nada traiu e, portanto, não deve figurar na História da Inconfidência Mineira, como "ignóbil traidor".

De acôrdo com a realidade ele não deve figurar plenamente dentro dessa História e sim, tão somente, em face dela, mas como um esperto e indefensável delator.

Não se lhe pode atribuir o caráter de "simples denunciante" por patriotismo, porque não o foi. Sabedor por Tiradentes da idéia do levante desde dezembro de 1788 e posteriormente, no começo do ano de 1789, pelo padre José Lopes, capelão da igreja da fazenda do Ribeirão de Alberto Dias, e, em fevereiro, tendo sido convidado pelo sargento-mor Vaz de Toledo para aderir e apoiar o movimento, somente a 15 de março, depois de saber que, em sessão do dia 3, a Junta Real de Fazenda havia resolvido mandar intimá-lo a fazer o pagamento do seu alcance, dentro do prazo da lei, sob pena do sequestro dos seus bens e dos bens dos seus dois fiadores, foi que Joaquim Silverio sentiu pruridos de patriotismo e resolveu denunciar. Até então ficou calado, indeciso ou marom-bando, para ver se o levante se efetuaría e o visconde de Barbacena, "seu perseguidor", seria deposto e ele poderia tirar proveito da nova situação.

Fez tão somente o que se tem visto fazer em tôdas as rebeliões, revoluções e guerras, nas quais tomam parte "patriotas" de toda espécie desde "o pechisbeque até o ouro de verdadeiro quilate".

Não o maltratemos com rancor pelo seu feio gesto, impellido exclusivamente por interesses para fugir de uma situação angustiosa da sua vida, porque o seu caso vem muito repetido na História Universal, desde os gregos, persas, romanos, cartagineses, e, por séculos sucessivos, em todos os países, mesmo em Portugal e no Brasil. E na época contemporânea, tal gesto, com os lauréis de glória, tem-se multiplicado de tal modo que a atual mentalidade humana já o considera um fato natural e mesmo o espera em tôdas as rebeliões, revoluções ou guerras. Na atualidade, Joaquim Silverio, com as suas intelligencia, astúcia, arrogância, ambição e ganância, se possuísse cultura, pertenceria naturalmente a algum "Intelligent Service" e ainda poderia vir a ser um varão notável, heróico e glorioso, na insidiosa peleja das trevas, dos segredos, das espionagens, denúncias e delações, com direito a comendas, títulos e, até mesmo, aposentadoria, depois de haver prestado "relevantes serviços" à sua Pátria.

Joaquim Silverio não foi um traidor, nem de fato, nem de "jure" e nenhuma prova houve, nem existe, que possa provar qual foi essa traição. Foi tão somente um "delator" e confesso, porque fez questão que o visconde de Barbacena e o vice-rei Vasconcellos

declarassem por escrito haver sido ele o primeiro denunciante. E conseguiu esse padrão de glória, confirmado também no texto da Sentença dos Inconfidentes.

Com este valioso documento, frequentemente referido nos vários requerimentos que dirigiu à rainha D. Maria I, que se tornou sua comadre três vezes, solicitando-lhe graças e mercês que lhe foram concedidas, ele obteve os prêmios que julgou convenientes.

Joaquim Silverio conseguiu em 1794, mediante petição, adicionar ao seu nome o de Monte Negro, pertencente a seu pai; foi cavaleiro da Ordem de Cristo, moço fidalgo da Casa Real, nomeado tesoureiro-mor da Bula da Cruzada nas Capitanias das Minas, Rio de Janeiro e Goiás, perdoado da sua *vultuosa* dívida, reintegrado na posse dos seus bens, morando em Lisboa em uma das casas da rainha, com direito a uma ração diária da Ucharia Real para si, família e cavalgaduras; percebia também uma pensão anual de 400.000 cruzados.

A-pesar-de tudo isso, depois que delatou a Inconfidência, foi sempre um infeliz porque não reencontrou na posse de seus bens, que foram requêstrados em 1791 e arre-matados em hasta pública para pagar as suas dívidas; não logrou exercer a função de tesoureiro-mor da Bula nas Capitanias das Minas, Rio de Janeiro e Goiás, por haverem ameaçado a

sua vida com um tiro de arcabuz e a da sua família com um incêndio na sua casa, nem a de donatário da ilha de S. Miguel nos Açores, porque o príncipe D. João, achando exorbitante o pedido, em nome da rainha o negou alegando-lhe que já se achava provido de recursos.

Quando a família Real em 1808 trasladou-se para o Brasil ele se transferiu para a Capitania do Maranhão onde viveu humildemente e desdenhado, sustentado pela sua módica pensão e os recursos que a sua sogra e cunhados lhe enviavam. Ai nasceram-lhe dois filhos e faleceu a 16 de fevereiro de 1819, deixando à viúva somente a pensão que recebia. Foi enterrado na igreja de S. João Batista da freguezia de N. S. da Vitória na cidade de S. Luiz, onde devem se achar os seus restos.

Entre as pessoas da sua família e da família de sua mulher ambas educadas, honradas e cristãs com varios padres, frades e freiras, gozou de respeito e consideração: testemunhou casamentos, foi padrinho de inocentes e sogro de duas sobrinhas de sua mulher. Foi pouco culto, porém, pelas qualidades que revelou, até mesmo a do estoicismo na decadência, demonstrou haver sido um homem com os defeitos de sua raça e de sua época.

(Do "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, de 14 de Setembro de 1941).

Livros

HISTÓRIA DO DIREITO NACIONAL — Martins Jr. — Cooperativa Editora e de Cultura Intellectual — Pernambuco 1941.

Em II edição aparece agora um livro raro há quase 50 anos publicado, lições professadas por T. Izidoro Martins Jr. na Faculdade de Direito de Recife. — E', pois, um livro de grande expressão nas letras jurídicas do país e mesmo diante da evolução do direito e sua conceituação não deixa de ser uma obra de mérito e fonte histórica para o estudo da nossa cultura jurídica. — O livro é prefaciado pelo ilustrado jurista Andrade Bézerra que em notável síntese histórica e explica a obra reeditada que tanto se recomenda e que todos os estudiosos em assuntos de direito devem ler e aproveitar-lhes os ensinamentos. — O. S.

BRIGADEIRO JORDÃO (Manoel Rodrigues Jordão) — Frederico de Barros Brotero — São Paulo — 1941.

O sr. Frederico de Barros Brotero apresenta-nos um interessante opúsculo onde é estudada a árvo-

re genealógica do Brigadeiro Jordão. — E' uma ótima contribuição histórica e nessa especialidade intellectual o autor se mostra um hábil conhecedor da matéria. — Os genealogistas não são muitos entre os nossos historiadores e bem merecem uma atenção particular os trabalhos que versam sobre tão empolgante especialidade.

Merece nossos melhores aplausos o trabalho do sr. Frederico de Barros Brotero. — O. S.

UM ANO DE ORTOGRAFIA SIMPLIFICADA BRASILEIRA — General Klinger — Cia. E. Americana — Rio de Janeiro — 1941.

E' o 3.º opúsculo comemorativo do 1.º aniversário da publicação da O. S. B. o que temos em mão. — O General Klinger propôs-se a defender um princípio ortográfico brasileiro bastante ingrato do que resultaria, se seu método medrasse, revolucionar os fundamentos clássicos da língua. — Pena que os scientistas portugueses não possam dar hoje sua opinião a respeito desse método simplificador que está confundindo uma matéria que no Brasil sempre foi confusa. — O. S.

RUY BARBOSA — Tavares Pinhão
— Ribeirão Preto — 1941.

O sr. Tavares Pinhão realizou uma conferência no Grêmio Ruy Barbosa do Instituto de Ensino Campos Elyseos de Ribeirão Preto que versou sobre a personalidade do grande brasileiro. Esse trabalho foi agora editado para maior divulgação. É uma apreciável síntese onde o vitorioso de tantos prêmios internacionais é estudado com carinho e superioridade. — Exaltação liberal, o sr. Tavares Pinhão põe em relêvo essa marcante faceta do glorioso jurista que sempre se bateu pela liberdade em todos os setores do pensamento.

Seus conceitos merecem a melhor atenção e Ruy Barbosa, — o mestre do direito — mais uma vez foi lembrado numa comemoração patriótica e cheia de amor cívico. — O. S.

LOS FUNDAMIENTOS METAFÍSICOS DEL ORDEN MORAL —
Octavio Nicolás Derisi — Facultad de Filosofía y Letras —
Buenos Aires.

O sr. Octavio Nicolás Debrisi desenvolve nesta obra que temos em mão um tema transcendental, trabalho de pensamento e de idéia apurada. Sendo uma tese doutoral apresentada à Facultad de Filosofía y Letras de Universidade de Buenos Aires não impede que seja um livro de alta expressão filosófica e intelectual. Sua leitura deve ser feita com meditação afim de melhor assimilar seus conceitos e doutrina que se contém neste

grosso volume de mais de 400 páginas de grande formato.

O autor escreveu um livro de valor e fadado a repercutir de maneira empolgante entre os centros culturais americanos pois sua obra é mais que oportuna no momento em que o mundo se debate entre elementos de assustadora materialidade. — O. S.

RECORDANDO... — Max Fleiuss
— Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1941.

O sr. Max Fleiuss está ligado profundamente às letras históricas do país. — Sua fecunda atividade no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro bastaria para glorificá-lo o nome. Mas sua inteligência não se limita ao exame de arquivos e investigações do nosso passado. Jornalista e historiador, não quis que ficassem dispersos pelos jornais seus trabalhos divulgados e reunidos agora em grosso volume prestando dessa maneira um grande serviço à cultura nacional.

Em "Recordando..." separata do Instituto, dá-nos *casos e perfis* de relevância histórica e os estudos buscarão neste livro elementos preciosos para monografias e biografias do futuro. Um livro excelente e indispensável a todos os homens de pensamento. — O. S.

GETÚLIO VARGAS E A IDÉIA
FEDERATIVA — H. Canabarro
Reichardt — Rio de Janeiro.

Trata-se de uma conferência realizada no Instituto Nacional de Ciência Política do Rio de Janeiro onde é estudado o espírito federa-

tivo através da história americana e à luz da ciência jurídica. O autor, que é um dos brilhantes membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ao abordar a evolução da idéa federativa vai particularizando os fatos e observações em todos os ângulos políticos até alcançar o Brasil, o decênio farrapo, o advento republicano e nessa marcha cronológica chega ao ciclo histórico do momento nacional para finalmente estudar o grande brasileiro Getúlio Vargas chamando-o "inspirador do pacto político" que se converteu na denominação de "Estado Novo".

O trabalho do dr. H. Canabarro Reichardt é uma afirmação da sua brilhante cultura. — O. S.

PEDRO II NA ESCANDINÁVIA E NA RÚSSIA — Argeu Guimarães — Livraria T. Leite — Rio de Janeiro.

O sr. Argeu Guimarães é um historiador incansável e brilhante. Seus trabalhos condensam um alto sabor de cultura e honestidade. Dá-nos agora "Pedro II na Escandinávia e na Rússia", obra que reúne todos os méritos e nos revela um período histórico do grande monarca brasileiro nessa longa viagem iniciada em 1876, com todos os mais curiosos pormenores.

Talvez pouca gente do país, mesmo entre os estudiosos, conheça o itinerário do Imperador que Argeu Guimarães com grande inteligência expõe e divulga no Brasil com este livro precioso. Foi um grande cruzreiro através de continentes celebrado a começar pelos

Estados-Unidos da América do Norte e concluído no Egito. O livro dêsse ilustrado historiador e diplomata, Argeu Guimarães, deve ser lido por todos os que se integram no ritmo nacional e merece os aplausos de quantos se dedicam à cultura das letras históricas. — O. S.

ALGUNOS ASPECTOS DE LA FUNCION PUBLICA — Rafael Bielsa — Santa Fé — 1941.

O trabalho que nos chega às mãos procedente da Universidad Nacional del Litoral não é mais que um estudo jurídico à função do funcionário público. O autor analisa os preceitos constitucionais conjugados aos estatutos do elemento colaborador dos governos. — Dentro dessa esfera o panorama dêsse setor é amplamente aprofundado com observações judiciosas e o que possa aconselhar a matéria de direito com suas boas doutrinas.

A própria força sindical não é esquecida estabelecendo os limites dos direitos e obrigações de tal forma e clareza que o sr. Rafael Bielsa fez uma excelente obra condensada numa síntese que congrega todos os méritos. — O. S.

ICONOGRAFIA DE BUENOS AIRES COLONIAL — Félix F. Outes — Buenos Aires — 1940.

Um excelente trabalho que aparece agora dando-nos novos elementos para um estudo mais nítido da história do Rio da Prata. Félix Outes está ligado à série dos grandes historiadores do passado.

CARTA INEDITA DE LA EXTREMIDAD AUSTRAL DE AMERICA — Félix F. Outes — Buenos Aires — 1940.

É um apreciável estudo geográfico que Buenos Aires divulga numa publicação esmerada.

CENTENARIO DEL PRONUNCIAMIENTO DE TUCUMAN — 1840
7 de Abril — 1940 — La Liga del Norte Contra Rosas — Tucuman — 1940.

É uma síntese histórica de grande expressão que assinala o acontecimento de Tucuman.

Contribuição e evocação no momento comemorativo do centenário festejado.

LA NUEVA MISION DE LOS ESPAÑOLES EN LOS PUEBLOS HISPANOAMERICANOS — José de los Rios — Ciudad Trujillo — Republica Dominicana — 1941.

Trata-se de um breve estudo sociológico de grande alcance que muito interessa ao povo americano do sul.

MARECHAL GRADUADO INOCENCIO GALVÃO DE QUEIROZ — Coronel Laurenio Lago — 1801-1903 — Imprensa Militar — Rio de Janeiro — 1941.

Traça o autor a biografia do

ilustrado militar que foi Galvão Queiroz pondo em destaque sua ação militar.

O ESTADO NOVO — Princípios e realizações — Edições S. P. N. — Lisboa.

Como o nome indica, o livro que temos em mão é uma súmula e um estudo da fase nacional porque está passando a República Portuguesa. A nova concepção do Estado com todos os seus resultados práticos surgem claros nessa síntese luminosa da história dos nossos dias.

PEQUENO ESBOÇO DE HISTÓRIA MONETÁRIA DO BRASIL COLONIAL — S. Sombra — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1940.

Livro de uma admirável expressão para a história econômica do Brasil-colônia, o trabalho do cap. Severino Sombra está fadada a um grande e invulgar sucesso. O que evidencia este livro é que o autor está perfeitamente identificado com a matéria que com tanta erudição desenvolve e comenta. — O. S.

Revistas

Boletim Municipal — Vol. 4 — Janeiro — Abril 1941 — Pôrto Alegre — Excelente revista local sob a direção do brilhante historiador Walter Spalding. — Abundante matéria atual e de arquivo representando uma admirável fonte histórica.

Revista da Academia Paranaense de Letras — N.º 9 — Janeiro-Março 1941 — Belas ilustrações com 167 páginas de texto.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — 2 vol. ns. 38.º e 39.º. O 1.º vol. com 324 páginas e o segundo com 532 páginas de texto com matéria escolhida.

Revista do Arquivo Municipal — São Paulo — 1941 — Vol. n.º 74 ilustrado com 482 páginas de texto.

Revista Genealógica Brasileira — São Paulo — 1941 — Vol. n.º 3 abundantemente ilustrado com 222 páginas de texto.

Revista da Faculdade de Direito — Universidade de São Paulo — Fasc. n.º 2 e 3 com 162 e 204 páginas de texto respectivamente.

Boletim do Serviço de Imigração e Colonização — Vol. n.º 3 — Mar-

ço de 1941 — São Paulo — Com 120 páginas de texto.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Vol. n.º 174 — Rio de Janeiro — 1940 — Com 1.007 páginas de excelente texto.

Anais da Sociedade Brasileira de Filosofia — vol. 1939-40 — Rio de Janeiro — Com 232 páginas de texto.

Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — Vol. n.º 47 — 1940 — Com 210 páginas de texto.

Vultos da Geografia do Brasil — Novembro 1940 — Rio de Janeiro — Otimamente ilustrada.

Tipos e aspectos do Brasil — Novembro 1940 — Rio de Janeiro — Otimamente ilustrada.

Visão Brasileira — Rio de Janeiro — Ns. 32 e 37 — Revista cultural, noticiosa e ilustrada.

Santo Antônio — Revista dos Franciscanos no Brasil meridional — 194 — Baía.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Baía — N.º 166 — 1940 — Volume com 571 páginas de texto.

Tradição — Revista de cultura — Maio 1941 — Pernambuco.

- Revista do Instituto do Ceará* — Vol. n.º 54 — 1940 — Fortaleza — Volume com 304 páginas de texto.
- Revista de la Academia Colombiana de Ciencias exactas, Fisicas e Naturales* — Setembro-Dezembro 1940 — N.º 13 — Bogotá — Colômbia — Excelente revista científica admiravelmente ilustrada.
- Revista del Instituto Historico y Geografico del Uruguay* — Tomo 15 — 1939 — Montevideo — Excelente volume com 458 páginas de texto.
- Boletin de Historia y Antigüedades* — Órgão da Academia Colombiana de História. — Maio-junho 1941 — Bogotá — Revista de grande interesse e ilustrada.
- Boletin de la Sociedad Geografica de Colombia* — Vol. 6 — Novembro 1940 — Bogotá.
- Universidad Catolica Bolivariana* 3 volumes ns. 16-17, 19-20 e 21 — Medellin — Colômbia — Revista de cultura e de sabor religioso.
- Anuario de la Universidad de Santo Domingo* — Ciudad Trujillo — Republica Dominicana — 2 volumes — 1940 e 1940-1941 — Belos volumes com excelente matéria.
- Bases y organizacion de la Facultad de Filosofia* — Ciudad Trujillo — Republica Dominicana — 1940.
- Boletin del Archivo General del Gobierno. Guatemala* — 2 volumes — Outubro 1940 e janeiro 1941.
- Annals of the Association of American Geographers* — 2 vol. ns. 1 e 2 de Março e junho 1941 — Lancaster — Pa. U. S. A.
- Geographical Review — The American Geographical Society of New York* — 2 vol. de Abril e julho de 1941.
- The Hispanic American Historical Review* — Maio 1940 — Durhan — Norte Carolina — U. S. A.
- Natural History* — 1941 — Junho 1941 — Revista do American Museum of Natural History — New York.
- Assistência Pública* — Órgão oficial da Secretaria da Assistência Pública — 1941 — México.
- Archivum Historicum Societatis Iesu* — Revista do Instituto Histórico S. J. — Roma.
- Humanidades* — Tomo 28 — História e Geografia — La Plata Argentina — Trata-se de um admirável volume ilustrado e quase com 700 páginas de texto.
- Universidad* — Maio de 1941 — Santa Fé — Argentina — Ótima publicação com 320 páginas de texto.
- Prontuário de Legislação* — vol. II — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio de Janeiro — 1939.
- Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro* — Seu histórico desde a fundação até 1927 — Um grosso volume ilustrado.
- Anuário do Museu Imperial* — Ministério da Educação e Saúde — Petrópolis — 1940 — Excelente edição ilustrada com 334 páginas de texto.
- Tucuman y la Liga del Norte* — Publicações da Junta Conservadora del Archivo Historico de

- Tucuman — 2 volumes alentados respectivamente 1939 e 1940.
- Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas* — Buenos Aires — 1.º trimestre de 1936 — Precioso e alentado volume com 780 páginas de texto.
- Boletín de la Sociedad Geográfica de Colombia* (Academia de Ciencias Geográficas) Bogotá. — Julho de 1941 — Ótima publicação primorosamente ilustrada.
- Publicações* — Academia Carioca de Letras — Rio de Janeiro — Relato do 1.º Semestre 1941 — Amplos pormenores da atividade literária da Academia Carioca de Letras que tem como presidente Affonso Costa, dinâmico e brilhante homem de Letras.
- Revista Genealógica Brasileira* — São Paulo — II Semestre de 1941 — Excelente volume com material precioso sob a orientação intelectual do operoso genealogista Salvador de Neoya.
- Centro de Estudos Históricos* — Universidade Nacional de la Plata — Argentina — 1941 — Substancioso volume de alta contribuição para a história americana.
- The Hispanic American Historical Review* — Agosto 1941 — Duke University Press — Durham — U. S. A.
- Boletim Municipal* — N.º 8 — vol. 4 — Porto Alegre — Ótima matéria, boletim publicado sob a direção do ilustre historiador prof. Walter Spalding.
- Revista da Academia Brasileira de Letras* — Anais de 1941 — vol. 61 — Rio de Janeiro — Grosso e precioso volume com mais de 500 páginas de texto.
- Revista del Instituto de Antropología de la Universidad de Tucuman* — Ns. 3, 4, 5 e 6 — 1941 — Tucuman.
- A Amazônia vai resurgir* — Prefeitura Municipal de Belem — Outubro de 1940 — Reúne o movimento cívico provocado com a visita do presidente Getúlio Vargas.
- Anaes do Arquivo Público da Baía* — Vol. XXVII — 1941 — Grosso volume com 644 páginas de texto.
- Seminário de Legislação Social* — Universidade de São Paulo — Vol. I — Novembro 1940 — Um volume com 148 páginas de texto.
- Cidade da Criança* — D. E. I. P. do Ceará — Edição ilustrada.
- Boletín del Arquivo General de la Nacion* — Imprenta Montalvo — Ciudad Trujillo — N.º 17 — Vol. 4.
- Revista Histórica* — Museu Histórico Nacional — Montevideo — 1941 — Excelente volume com mais de 300 páginas de texto.

Atas das Sessões do Instituto

ATA DA 55.^a SESSÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de Maio de mil novecentos e quarenta, — numa das salas do Museu Júlio de Castilhos, às dezessete horas, reunidos os sócios srs. Leonardo Macedonia, presidente, — Walter Spalding, secretário, — Olinto Sanmartin, bibliotecário, Aurelio Porto, padre Luiz Gonzaga Jaeger, J. Tupi Caldas, Dante de Laytano e Gaston Hasslocher Mazon, não tendo comparecido os demais a-pesar-do aviso especial a todos enviado, o Sr. Presidente abriu a presente sessão, declarando que tinha por fim tratar do III Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense que seria patrocinado pela Prefeitura Municipal de Porto-Alegre. Antes de entrar na ordem do dia mandou ler a ata da sessão anterior que foi aprovada e o expediente que constou de officios do sr. Prefeito de Porto-Alegre, sobre o bi-centenário e convite para fazer parte da Comissão de festejos, do sr. Bibliotecário do Museu Paulista, da Associação dos Geógrafos Americanos, de Cincinnati, convite da Diretoria do II Congresso Rio Grandense de Agronomia a realizar-se a 15 do corrente, do sr. Summer Welles, sub-secretário de Estado e presidente da Comissão do 8.º Congresso Científico Americano, a realizar-se em Washington, de 10 a 18 do Corrente e entre vários outros, uma carta do sr. Castilhos Goycochea nosso sócio correspondente, enviando cópia de um documento sobre o contrato de Casais e fotografia de Rafael Pinto Bandeira, do quadro existente em Lisboa. O primeiro foi copiado por Dona Evangelina Alves de Britto e Cunha e o segundo oferecido pelo Dr. Murilo Bastos. — Tratando-se, em seguida, do assunto da Ordem do Dia, comunicou o Convite do sr. Prefeito para a organização de um Congresso Comemorativo do bi-centenário de Porto-Alegre, tendo já nomeado uma comissão especial incumbida de se pôr em ligação com o Instituto e a Prefeitura e organizar, com o Instituto o programa. A Comissão foi composta dos srs. Dante de Laytano, presidente, P. Luiz Gonzaga Jaeger, coronel Luiz Carlos de Moraes, Dr. Mário Teixeira de Carvalho, Coronel João Pereira de Oliveira, Coronel Gaston Hasslocher Mazon e prof. Walter Spalding. Esta Comissão apresentou o regulamento e programa que foi aprovado, ficando portanto assentado a realização do Congresso pelo Instituto coadjuvado pela Comissão Especial nomeada pelo Sr. dr. Prefeito

de Pôrto-Alegre, ficando também ciente o Instituto que a Prefeitura patrocinaria o Congresso moral e financeiramente. A seguir pediu a palavra o Sr. Walter Spalding que falou sobre a Revista do Instituto e a atual Lei de Imprensa do país mostrando a necessidade que havia de ser a Comissão substituída por um redator responsável, visto não ser possível, continuar a publicação da Revista pela Comissão, sem registo especial de cada um dos membros, o que acarretaria grandes despesas para o Instituto e, ao mesmo tempo declarou que pediria ser nomeado ou eleito um redator que não é visto estar assoberbado pelas funções que ora exerce na Prefeitura e com a publicação do Boletim Municipal. Pedindo a palavra, o sr. Tupi Caldas depois de se referir elogiosamente à atuação do sr. Walter Spalding e Comissão da Revista, propôs, apoiado nas alegações do sr. Spalding, fôsse indicado o sr. Dante de Laytano redator responsável da Revista. Apoiando-o, falou o rev. padre Luiz Gonzaga Jaeger dizendo que, em verdade, o sr. Spalding não poderia bem cuidar de nossa revista visto ter que cuidar do Boletim Municipal que qualificou de primoroso e digno do apóio do Instituto e de todos os seus membros. Por êsse motivo achava justo fôsse a nossa Revista entregue a outro, moço e trabalhador, e que, portanto apoiaria a proposta do sr. Tupi Caldas. Tendo sido por todos apoiada, o sr. Presidente declarou o sr. Dante de Laytano Redator-Responsável da Revista, encarregando-o de tratar do Competente registo. Antes de encerrar a sessão pediu novamente a palavra o sr. Tupi Caldas que em uma proposta de voto de reconhecimento ao venerável Roque Gonzalez de Santa Cruz, que foi aplaudido ordenando o sr. Presidente fôsse ela integralmente transcrita na presente ata, o que se faz: — “Proposta — Considerando o papel desempenhado, no território do Estado do Rio Grande do Sul, pelo R. P. Roque Gonzalez S. J. no século dezessete, como fator para a evolução da humanidade; Considerando, que o R. P. Roque Gonzalez S. J. estudando os problemas humanos, procurou achar solução para a Solidariedade Americana; — Considerando, que o R. P. Roque Gonzalez, S. J. colaborou no desenvolvimento da Geografia e da história americana, deixando-nos conhecimentos escritos sobre as relações existentes entre a organização econômica e a estrutura Social das Missões, nas primeiras décadas do Século dezessete, bem como entre a ordem jurídica e a expressão de atividade espiritual do ameríndio; — Proponho, que nesta Sessão, primeira que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul realiza, depois da passagem dos restos mortais do grande americano pela nossa Capital, seja prestada a homenagem de levantamento da sessão, durante três minutos, e que da ata conste um voto de reconhecimento aos méritos do Sacerdócio Católico, que despertou a Consciência Social nos vales do Uruguai e do Alto-Jacuí. — Salas das sessões do I. H. G. R. G. S. — 9 — Maio — 1940 — *J. Tupi Caldas*”.

E, nada mais havendo, foi encerrada a sessão lavrando de tudo, para constar, a presente ata que assino, — Leonardo Macedonia.

Walter Spalding, 2.º S.

ATA DA 56.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de Julho de mil novecentos e quarenta, numa das salas do Museu Júlio de Castilhos, às quinze horas, reunidos os sócios srs. Leonardo Macedonia, presidente; Walter Spalding, secretário; Dante de Laytano, J. Tupi Caldas, Angelo Guido, A. G. Lima, De Paranhos Antunes, Darcí Azambuja e Gaston Hasslocher Mazon, não tendo comparecido os demais a-pesar-do aviso, o sr. Presidente abriu a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior passou-se ao expediente que constava de officios vários solicitando nossa Revista, outro comunicando a fundação da Sociedade Brasileira de Estatística e, entre outros, um do sr. Fortunato Pimentel ofertando algumas de suas obras ao Instituto e inscrevendo-se candidato ao quadro social. A êsse respeito disse o sr. Spalding que o regulamento do Instituto não permitia essa candidatura académica, pois exigia a apresentação por 3 membros, e que estaria pronto a fazer com outros confrades a apresentação do sr. Pimentel. Pedindo a palavra, o sr. Tupi Caldas declarou que o sr. Pimentel havia feito tal pedido por ignorar o regulamento e que estaria pronto a formar com Spalding e Mazon a proposta e passou a fazer breve apreciação da obra do sr. Fortunato Pimentel. Feita a proposta e apresentada a mesa, acrescida do nome do sr. Carlos de Paula Couto a pedido do sr. Spalding, propôs o sr. De Paranhos Antunes fôsse também apresentada a proposta para sócio efetivo do sr. Cap. Severino Sombra que, feita e firmada pelos srs. De Paranhos Antunes, Darcí Azambuja e Dante de Laytano, passou às mãos do Sr. Presidente, com a anterior para ser enviada, em seguida à Comissão de História, sendo relator o Revm.º P. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J. e, mais tarde, à Comissão de admissão de Sócios. — *Revista*: — O sr. Dante de Laytano, novo redator responsável de nossa Revista, desejando dar mais amplitude à ela, apresentou rascunho de contrato a ser feito com um editor para a publicação da Revista, lido o qual, disse o sr. Presidente que deveria ser nomeada uma Comissão para tratar do assunto. O sr. Darcí Azambuja pediu a palavra dizendo que essa Comissão deveria ser Composta dos srs. Presidente e Dante de Laytano o que foi aplaudido, por unanimidade. *Centenário de Portugal*: — Foi proposta uma sessão especial para comemorar os Centenários de Portugal, ficando resolvido combinar-se com o sr. Cônsul de Portugal sobre a possibilidade de ser ela realizada a primeiro de Dezembro pf., ou antes. E, falando-se em sessões, o sr. Secretário pediu fôsse marcado o dia para a recepção do confrade que havia sido eleito por unanimidade logo após a leitura do expediente, sr. MARINO JOSETTI DE ALMEIDA, ficando marcado o dia 14 de Agosto para a sessão extraordinária de recepção. E o Sr. Tupi Caldas, pedindo a palavra, apresentou, em seu nome e no do Sr. Mazon, a seguinte *proposta*: "Considerando que, na data de 16 de novembro do corrente, passará o segundo centenário de nascimento do cidadão Rafael Pinto Bandeira, o Grande Fronteiro, primeiro brigadeiro nacional nascido no torrão continentista; — Conside-

rando que Rafael Pinto Bandeira foi figura de projeção no Estado do Brasil, no quadro militar e político do Reino de Portugal; — Considerando que Rafael Pinto Bandeira viveu muito bem seu tempo, empregando de modo precioso todo o grande zêlo cívico, que lhe ia na alma de patriota, servindo à Nação, desde o posto de soldado de Cavalaria Auxiliar até o de Coronel-comandante do corpo de Dragões do Rio Grande de São Pedro, havendo posteriormente exercido as funções de Governador da extremadura sulina; — Propomos, num preito de homenagem póstuma ao eminente cidadão, que foi um dos vultos mais dignos da profissão das armas portuguesas e brasílicas, como Comandante das ações de Santa Bárbara, São Martinho e Santa Tecla, que o I. H. G. do Rio Grande do Sul tome a iniciativa do culto cívico do herói que traçou no terreno a fronteira meridional da Pátria, concebida pela inteligência e descrita pela pena de Alexandre de Gusmão. — Sala das Sessões do I. H. G. Rgs. 6 — Julho — 1940. — J. Tupi Caldas — Gaston Hasslocher Mazon. Submetida a votação foi a proposta aplaudida lembrando o sr. Secretário fôsse ela comunicada ao Rio de Janeiro, o que também se aprovou depois de ficar designado o dia 16 (dezesseis) de Novembro p. para uma sessão especial comemorativa do bi-centenário de Rafael Pinto Bandeira. — O sr. Dante de Laytano propôs fôsse uma comissão visitar o Dr. Eduardo Duarte que se achava de passagem nesta cidade, tendo sido designados os srs. Dante, Spalding e De Paranhos. — Propôs ainda o sr. Dante fôsse enviada uma portaria de louvor e agradecimento ao Dr. Julio Porto pelo carinho com que tratou e cuidou as cousas do Instituto durante os dez anos que trabalhou no Museu Júlio de Castilhos, o que foi aprovado. — E nada mais havendo foi encerrada a sessão às dezesseis e meia horas, do que, para constar, lavrei a presente que assino *Walter Spalding*, Secretário.

Leonardo Macedonia

ATA DA 57.^a SESSÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e quarenta e um, às dezessete horas, na sala da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, presentes os srs. sócios efetivos Sr. Leonardo Macedonia, presidente, Otelo Rosa, Vice-presidente, Guerreiro Lima, Tesoureiro, J. Tupi Caldas, secretário, Dante de Laytano, redator da Revista, Gastão H. Mazon, P. Luiz Gonzaga Jaeger, De Paranhos Antunes, Manoel Duarte, foram instalados os trabalhos da 57.^a Sessão Ordinária.

De ordem do sr. Presidente procedeu-se a leitura de longo expediente, que foi mandado arquivar; pelo sr. secretário foi dado conhecimento da carta do sr. Walter Spalding, que impossibilitado de comparecer, se fazia representar, como consta do livro de presença. Passando-se à hora de

trabalhos, foram apresentados pelo sr. Presidente, os diversos processos de admissão de sócios, que se encontravam devidamente preparados. Foram discutidas e aprovadas as propostas para sócios efetivos dos srs. General Leitão de Carvalho, Dr. Jorge Felizardo e Carlos de Paula Couto; outrossim, foram discutidas e aprovadas as propostas para sócios correspondentes dos senhores; Dr. Anibal Mattos, Artur Cesar Ferreira Reis, Angione Costa, Dr. Epifanio da Fonseca Doria, Tenente Coronel Lima de Figueiredo, Luiz Lavanère, Dr. Osvaldo Cabral, Plínio Ayrosa e Capitão Severino Sombra. Para encaminhar à votação da proposta do sr. General Leitão de Carvalho falaram os srs. Paranhos Antunes, Manoel Duarte e Tupi Caldas. Pelo sr. Othelo Rosa foi solicitado vistas das propostas restantes para sócios do Instituto, as quais estavam registadas na Secretaria, o que lhe foi concedido. Pelo sr. Dante de Laytano foi apresentada a proposta para que os "diplomas de sócios do Instituto" fôsem redigidos em latim; após discussão, resolveu a casa conservar o "modelo em vigor", autorizando a reimpressão de diplomas, na forma dos Estatutos atuais. E, para constar, lavrei a presente ata.

Pôrto-Alegre, 6 de Junho de 1941.

J. Tupi Caldas

Leonardo Macedonia

ATA N.º 58.º SESSÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de junho de mil novecentos e quarenta e um, às dezessete horas, na Sala da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, presentes os srs. Leonardo Macedonia Franco e Souza, presidente, Othelo Rosa, Vice-presidente, J. Tupi Caldas, secretário, Afonso Guerreiro Lima, tesoureiro, Dante de Laytano, redator da Revista, Manoel Duarte, R. P. Luiz Gonzaga Jaeger, de Paranhos Antunes e Gaston Hasslocher Mazon, foram instalados os trabalhos da 58.ª sessão ordinária.

De ordem do sr. Presidente procedeu-se a leitura do expediente, que foi mandado arquivar, após respectivo despacho.

Passando-se à ordem do dia, falou o sr. Othelo Rosa, levantando a preliminar de que o "quadro efetivo de sócios" encontrava-se completo; falou o sr. Dante de Laytano solicitando que o sr. Secretário informa-se à casa, relativamente à preliminar apresentada; falou o Sr. Secretário, confirmando que os srs. sócios efetivos dr. Lindolfo Collor, Dr. Alcides Maia e Coronel Aurelio Porto, há longos anos encontravam-se com residência no estrangeiro e no Rio de Janeiro, pelo que ex-vi dos artigos 6.º e 52.º dos Estatutos em vigor, são considerados "Sócios correspondentes"; em plenário ficou constituída a Comissão de verificação do quadro social efetivo, composta pelos Srs. Othelo Rosa, de Paranhos Antunes e P. Luiz Gonzaga Jaeger, a qual revisou as fichas dos sócios efetivos apresentadas pelo Sr. Secretário.

Foi verificado que o “Quadro efetivo” do nosso Instituto está constituído dos seguintes sócios:

- 1 — Adroaldo Mesquita da Costa
- 2 — Afonso Guerreiro Lima
- 3 — Armando Dias de Azevedo
- 4 — Angelo Guido
- 5 — Clemenciano Barnasque
- 6 — Darcy Azambuja
- 7 — Dioclecio de Paranhos Antunes
- 8 — Dante de Laytano
- 9 — Eduardo Duarte
- 10 — Gastão Hasslocher Mazon
- 11 — Jaci Antônio Louzada Tupi Caldas
- 12 — João Candido Maia
- 13 — Jorge Bahlis
- 14 — José Pereira Coelho de Souza
- 15 — Leonardo Macedonia Franco e Souza
- 16 — Luiz Carlos de Moraes
- 17 — Luiz Gonzaga Jaeger
- 18 — Manoel de Faria Corrêa
- 19 — Mansueto Bernardi
- 20 — Manoel Duarte
- 21 — Manoelito de Ornelas
- 22 — Mario Teixeira de Carvalho
- 23 — Othelo Rosa
- 24 — Olinto Sanmartin
- 25 — Walter Spalding
- 26 — Carlos de Paula Couto
- 27 — Estevão Leitão de Carvalho
- 28 — Jorge Felizardo

Verificada a existência de duas vagas no “quadro efetivo” o sr. presidente apresentou a discussão para sócios efetivos, (na forma dos Estatutos a Sessão passou a funcionar em regime secreto). Foi eleito o sr. Dr. Edgard Schneider, para Sócio efetivo.

Falou o sr. Gastão H. Mazon pedindo um voto de saudades à memória do General Conde de Porto Alegre, o que foi aprovado pela Assembléia. Falou o sr. Manoel Duarte pedindo um voto de saudades à memória do Desembargador Franco e Souza, o que foi aprovado pela Assembléia. Falou o Dr. Macedonia Franco e Souza agradecendo a homenagem prestada à memória de seu finado pai, cujo centésimo aniversário de nascimento passava nesta data. E, para constar, lavrei a presente ata que assino, com o Sr. presidente. Porto-Alegre, 13 de Junho de 1941.

J. Tupi Caldas, secretário

Leonardo Macedonia

ATA N.º 59

Sessão Ordinária

Aos vinte dias do mês de junho do ano de mil novecentos e quarenta e um, às dezessete horas, na sala da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, presentes, os srs. Othelo Rosa, J. Tupi Caldas, Gastão Hasslocher Mazon, de Paranhos Antunes, Manoel Duarte, P. Luiz Gonzaga Jaeger, Dante de Laytano, foram instalados os trabalhos da 59.ª sessão ordinária, sob a presidência do sr. Othelo Rosa, vice-presidente.

Na hora do expediente, o sr. secretário leu a comunicação do sr. presidente Dr. Leonardo Macedônia, comunicando a impossibilidade de comparecer por motivos de força maior.

O de mais expediente constava de comunicações sociais, das quais tomando conhecimento, foi mandado arquivar.

Constatando o sr. vice-presidente a falta de número para deliberar, fez tal declaração a casa, determinando nova convocação para o dia 27 de junho, às 17 horas. — Outrossim, comunicou à casa, que se encontrava na secretaria, em visita, o sr. tenente coronel José de Lima Figueiredo, eleito sócio correspondente; foi então nomeada a comissão para introduzir o novo consócio no recinto da Assembléia; acompanhado pelos srs. de Paranhos Antunes, Gastão H. Mazon e Manoel Duarte, deu ingresso no Salão o sr. tenente-coronel José de Lima Figueiredo, prestando imediatamente o compromisso regulamentar, sendo-lhe expedido o respectivo diploma. Não havendo mais assunto para tratar, foram encerrados os trabalhos e para constar lavrei a presente ata, que assino com o sr. presidente. Pôrto-Alegre, 20 de Junho de 1941.

Leonardo Macedônia

J. Tupi Caldas, secretário

ATA N.º 60

Sessão ordinária

Aos vinte e sete dias do mês de Junho de mil novecentos e quarenta e um, às dezessete horas, na sala da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, presentes os srs. Leonardo Macedônia, presidente, J. Tupi Caldas, secretário, Guerreiro Lima, tesoureiro, Dante de Laytano, redator da Revista, Manoel Duarte, de Paranhos Antunes, Gastão H. Mazon, Olinto Sanmartin, P. Luiz Gonzaga Jaeger, foram instalados os trabalhos da 60.ª Sessão ordinária. De ordem do sr. presidente, o sr. secretário procedeu a leitura do expediente, o qual constava de extensa correspondência, que foi mandada arquivar.

O sr. Secretário comunicou à casa que os confrades professores Walter Spalding e J. Bahlis, se faziam representar respectivamente pelos consócios srs. Dante de Laytano e Gastão H. Mazon, como consta do livro de presença.

Passando-se à ordem do dia foi pelo sr. Presidente posta em discussão a proposta para sócio efetivo do sr. Nestor Ericksen; falou o sr. Gastão H. Mazon para encaminhar a votação; realizada a eleição na forma dos Estatutos, o sr. presidente declarou eleito sócio efetivo o candidato sr. Nestor Ericksen, que foi aceito por unanimidade.

Pelo sr. Secretário foi apresentado à casa o "Comunicado n.º 6" contendo os "Subsídios para o estudo da divisão administrativa do Rio Grande do Sul", oferecido ao Instituto pelo Departamento Estadual de Estatística; pelo sr. presidente foi o estudo, em aprêço, encaminhado à Comissão de História, para dar parecer. — E, para constar, lavrei a presente ata, que assino com o sr. presidente. Pôrto-Alegre, 27 de junho de 1941.

Leonardo Macedonia

J. Tupi Caldas, secretário

ATA N.º 61

Sessão extraordinária.

Aos cinco dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e quarenta e um, na sala de conferências da Biblioteca Pública de Pôrto-Alegre, presentes os srs. consócios:

- 1 — Leonardo Macedonia
- 2 — Eduardo Duarte
- 3 — J. Tupi Caldas
- 4 — Manoel Duarte
- 5 — Gastão H. Mazon
- 6 — Dante de Laytano
- 7 — Angelo Guido
- 8 — De Paranhos Antunes
- 9 — Edgar Luiz Schneider
- 10 — Paula Couto
- 11 — Estevão Leitão de Carvalho
- 12 — Olinto Sanmartin
- 13 — Luiz Carlos de Moraes
- 14 — Nestor Ericksen
- 15 — Jorge Felizardo.

Assumiu a presidência dos trabalhos o sr. Dr. Leonardo Macedonia.

O sr. secretário procedeu a leitura do expediente e das efemérides do dia. Passando-se à ordem do dia foram introduzidos no recinto da Assembléia os srs. Carlos de Paula Couto e Nestor Ericksen, que prestaram, como novos sócios, os compromissos dos Estatutos sociais; fizeram uso da palavra os referidos consócios, saudando a Instituição; falou o sr. Dante de Laytano dando as boas-vindas aos novos sócios; falou o sr. Presidente recordando a vida da instituição, cujo aniversário de fundação transcorria nessa data. — E, para constar, lavrei a presente ata que assino, com o sr. Presidente. Pôrto-Alegre, 5 de Agosto de 1941.

Leonardo Macedonia

J. Tupi Caldas, secretário

Endereços dos sócios do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul

- ADROALDO MESQUITA DA COSTA (DR.) Rua Duque de Caxias, 978 N/C
AFONSO AURELIO PORTO — Arquivo do Itamarati — Rio de Janeiro
AFONSO GUERREIRO LIMA (Prof.) Caixa Postal, 213 N/C
ALBERTO JUVENAL DO REGO LINS (DR.) "Correio da Manhã" — Rio de Janeiro
ALCIDES MAIA (DR.) Academia Brasileira de Letras — Rio de Janeiro
AMARO BATISTA (DR.) Telégrafo Nacional — Rio de Janeiro
ANTONIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS (DR.) Irapuá — Cachoeira N/E
ARMANDO DIAS DE AZEVEDO (DR.) Rua Riachuelo, 726 — N/C
ANGELO GUIDO (Prof.) Rua Demétrio Ribeiro, 469 — N/C
AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY (DR.) Museu Paulista — S. Paulo
AGUSTIN VENTURINI (DR.) Santiago — Chile
ALFREDO FERREIRA RODRIGUES (DR.) Rio Grande — N/E
ALFREDO VARELA (DR.) Edifício Paraná — Alojamento, 41 — Senador Vergueiro, 192 — Rio de Janeiro
ALVARO OTAVIO DE ALENCASTRE (CEL.) — Rua Guairicema, 20 — Ilha do Governador — Rio de Janeiro
ANTONIO BATISTA PEREIRA (DR.) Rua Marquês de S. Vicente, 476 — Gávea — Rio de Janeiro
ANTONIO XAVIER DE OLIVEIRA — Passo Fundo — N/E
AUGUSTO PORTO ALEGRE — Rua Gonzaga Bastos, 237 — Rio de Janeiro
AUGUSTO TASSO FRAGOSO (GAL.) Rua David Campista, 53 — Rio de Janeiro
ANGIONE COSTA (Prof.) Museu Nacional — Rio de Janeiro
ANIBAL MATOS (Prof.) Avenida Francisco Sales, 1446 — Belo-Horizonte
ARTUR FERREIRA REIS (DR.) Avenida Nazaré, 499 — Belém — Pará
BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA (MINISTRO DR.) Rua Candido Gafre, 196 — Rio de Janeiro
BUENAVENTURA CAVIGLIA HIJO — Calle Paraguai, 1291 — Montevideo
CARLOS DE PAULA COUTO — Rua República, 547 — N/C

- DANTE DE LAYTANO (DR.) Rua Quintino Bocaiuva, 954 — N/C
DARCY AZAMBUJA (DR.) Rua Jerônimo Coelho, 295 — N/C
DEOCLECIO DE PARANHOS ANTUNES (CAP.) Rua Evaristo da Veiga, 256 — N/C
DANIEL ORTEGA RICAURT (DR.) Ministerio de Relaciones Exteriores — Bogotá — Colombia
EDUARDO DUARTE (DR.) (Secretário perpétuo) Rua da Azenha, 1115 — N/C
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA (CEL.) Rua Viveiros de Castro, 122 — apartamento 14 — Rio de Janeiro
EDGARD SCHNEIDER (DR.) Rua Gal. Portinho, 549 — N/C
Estevão Leitão de Carvalho (Gal.) Avenida João Pessoa, 567 — N/C
EMILIO A. CONY (DR.) Valle, 1004 — Buenos Aires — R. Argentina
ÉPIFANIO DA FONSECA DORIA (DR.) Instituto Histórico — Aracajú — Sergipe
FLORENCIO CARLOS DE ABREU E SILVA (Desembargador) Presidente honorário) Avenida Rio Branco, 91 — 4.º andar, sala 10 — R. de Janeiro
FRANCISCO DE LEONARDO TRUDA (DR.) Marechal Cantuaria, 182 — Urca — Rio de Janeiro
FELIX CONTREIRAS RODRIGUES (DR.) a/c — Venancio Silva — Rivera — R. O. U.
FERNANDO CALLAGE — Rua S. Antonio, 109 — S. Paulo
FRANCISCO DE PAULA CIDADE (CEL.) Estado Maior do Exército — Rio de Janeiro
GASTON HASSLOCHER MAZERON (CEL.) Avenida Getulio Vargas, 1464 — N/C
GASTÃO PENALVA (COMTE.) Rua da Matriz, 80 — Botafogo — Rio de Janeiro
GERALDO JOSÉ PAUWELS (PADRE) Colégio S. Inácio — Rua S. Clemente — Rio de Janeiro
GETULIO VARGAS (DR.) (Sócio grande benemérito) Palácio do Catete — Rio de Janeiro
HENRIQUE FONTES (DR.) Instituto Histórico — Florianópolis — S. Catarina
HERBERT CANABARRO REICHARDT (DR.) Rua Benjamin Constant, 152 — Rio de Janeiro
HORACIO ARREDONDO HIJO (DR.) Museu Municipal — Montevideo
JOÃO CANDIDO MAIA (DR.) Rua Demétrio Ribeiro, 900 — N/C
JOÃO PINTO DA SILVA (DR.) Embaixada do Brasil — Paris
JOSÉ VIEIRA DE REZENDE E SILVA (DR.) Ministério da Fazenda — Rio de Janeiro
JORGE FELIZARDO (DR.) Rua Duque de Caxias, 1234 — N/C
JOSÉ PEREIRA COELHO DE SOUZA (DR.) Rua Hilário Ribeiro, 303 — N/C

JOSÉ LIMA FIGUEIREDO (CEL.) Biblioteca Militar — Ministério da Guerra — Rio de Janeiro

JOÃO BORGES FORTES (GAL.) Rua Barata Ribeiro, 16 — Rio de Janeiro

JOAQUIM LUIZ OSORIO (DR.) Rua 15 de Novembro, 471 — Pelotas — N/E

JOSÉ OTAVIANO PINTO SOARES (CEL.) Rua Itabaiana, 141 — Grajaú — Rio de Janeiro

JACI ANTONIO LOUZADA TUPÍ CALDAS (Prof.) Praça Garibaldi, 68 — N/C

JORGE BAHLIS (Prof.) Praça Parobé, 42 — N/C

LINDOLFO COLOR — Sul América — Rio de Janeiro

LUIZ MARIANO DA ROCHA (Monsenhor) Matriz da Olaria — R. de Janeiro

LEONARDO MACEDONIA FRANCO E SOUZA (DR.) Avenida Independência, 1082 — N/C

LUIZ CARLOS DE MORAES (CEL.) Rua Ramiro Barcelos, 1760 — N/C

LUIZ GONZAGA JAEGER (Padre) Ginásio Anchieta — N/C

LUIZ LAVANÉRE (DR.) Instituto Histórico — Maceió — Alagoas

LUIZ DA CAMARA CASCUDO (DR.) Rua da Conceição, 565 — Natal — Rio Grande do Norte

LUIZ FELIPE DE CASTILHOS GOICOCHEA (DR.) Avenida Vieira Souto, 258 — Ipanema — Rio de Janeiro

MANOEL JOAQUIM DE FARIA CORRÊA (CEL.) Avenida Belem, 1660 — N/C

MANOEL DUARTE (DR.) Rua Formosa, 146 — N/C

MANOELITO G. DE ORNELAS — Jornal do Estado — N/C

MARIO TEIXEIRA DE CARVALHO (DR.) Avenida Independência, 1008 — N/C

MANSUETO BERNARDI (DR.) Secretaria do Interior — N/C

MARIO CARNEIRO DO REGO MELO (DR.) Rua S. Elias, 306 — Recife

MARINO JOSETI DE ALMEIDA — Triunfo — N/E

NESTOR ERICKSEN — Rua João Manoel, 417 — N/C

OLINTO SANMARTIM — Avenida Independência, 949 — N/C

OTELLO ROSA — Rua Andrade Neves, 9 — N/C

OSVALDO CABRAL (DR.) Instituto Histórico — Florianópolis — Santa Catarina

PERCY ALVIM MARTIM (DR.) Stanford University, Califórnia — U. S. A.

PLINIO AYROSA (DR.) Caixa Postal, 2926 — S. Paulo

SETEMBRINO EZEQUIEL PEREDA (DR.) Calle Durazno, 1481 — Montevideo

WALTER SPALDING (Prof.) Rua Int. Alfredo Azevedo, 445 — N/C

*CADASTRO DAS CORPORAÇÕES E PUBLICAÇÕES COM AS QUAIS O
INSTITUTO MANTÉM INTERCÂMBIO*

AMERICAN GEOGRAPHICAL SOCIETY — Broadway at 156th Street —
New-York — U. S. A.

"AEVUM" — Piazza S. Ambrogio, 9 — Milano — Itália

ACADEMIA RIOGRANDENSE DE LETRAS — Caixa Postal, 515 — N/C

ARQUIVO NACIONAL — Rio de Janeiro

ARQUIVUM HISTORICUM SOCIETAS JESU — Borgo Santo Spirito, 5 —
Roma

ARQUIVO GENERAL DE LA NACION — Ciudad de Trujillo — República
Dominicana

ARQUIVO PÚBLICO — S. Salvador — Baía

ARQUIVO DE LA BIBLIOTECA NACIONAL — Apartado, 163 — Quito
— Equador

ARQUIVO E BIBLIOTECA PÚBLICA — João Pessoa — Paraíba

ACADEMIA DE LA HISTORIA DE CUBA — LA Habana — República
de Cuba

ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS — Av. Rio Branco, 181, sala 1605 —
Rio de Janeiro

ACADEMIA NACIONAL DE HISTÓRIA — Venezuela

ACADEMIA DE HISTÓRIA — Madrid

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO — Belo Horizonte — Minas Gerais

ACADEMIA PANAMEÑA DE LA HISTORIA — Panamá

ACADEMIA COLOMBIANA DE HISTÓRIA — Bogotá — Colômbia

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS — Rio de Janeiro

ACADEMIA COLOMBIANA de Ciencias Exatas, Físico-Químico y Natura-
les, Observatorio Astronomico Nacional — Carrera 8.^a, n. 8-00 — Apar-
tado 2584 — Bogotá — Colômbia

ARQUIVO PÚBLICO PAULISTA — S. Paulo

ARQUIVO GENERAL DE LA NACION — Buenos Aires — Rep. Argentina

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA — Rio de Janeiro

- ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS — University of Cincinnati Library Burnet Woods Park — Cincinnati, Ohio
- ACADEMIA DE TEÓLOGOS — S. Leopoldo — N/E
- ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE IMPRENSA — Ed. Imperial — Praça da Alfândega
- ACADEMIA ARGENTINA DE LETRAS — Mexico, 564 — Buenos Aires
- ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA — San Martin, 336 — Buenos Aires
- BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE MACEIÓ — Maceio — Alagoas
- BIBLIOTECA PÚBLICA — N/C
- BIBLIOTECA NACIONAL — Rio de Janeiro
- BIBLIOTECA DO CLUB LITERÁRIO — Rio Pardo — N/E
- BIBLIOTECA E ARQUIVO — Pará
- BIBLIOTECA PÚBLICA — Pelotas — N/E
- BIBLIOTECA DEL PODER LEGISLATIVO — Montevideo
- BIBLIOTECA PANAMERINA — Apartado n. 57 — Cuenca — Equador
- BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO — S. Paulo
- BIBLIOTECA PÚBLICA — Recife
- BIBLIOTECA PÚBLICA — Rio Grande — N/E
- BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO E CIÊNCIAS SOCIAIS DE BUENOS AIRES — Las Heras, 2214 — Buenos Aires
- CENTRO DE CIÊNCIAS E LETRAS — Campinas
- CENTRO GAÚCHO — Caixa postal, 2667 — S. Paulo
- CÍRCULO DE ESTUDOS “BANDEIRANTES” — Rua José Loureiro, 286 — Curitiba
- CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — Av. Augusto Severo, 4 — Rio de Janeiro
- DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL — S. Paulo
- DEPARTAMENTO DE CULTURA MUNICIPAL — Divisão de Biblioteca — S. Paulo
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO — Rio de Janeiro
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS — Praça S. Sebastião — N/C
- FACULDADE DE FILOSOFIA Y LETRAS — Moreno, 350 — Buenos Aires
- FEDERAÇÃO DAS ACADEMIAS DE LETRAS DO BRASIL — Caixa Postal, 32 — Lapa — Rio de Janeiro
- GINÁSIO ANCHIETA — Rua Duque de Caxias — N/C
- GRANDE ORIENTE DO R. G. S. — N/C
- GINÁSIO DO ROSÁRIO — Rua Independência — N/C
- INSTITUTO DO LIVRO — Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro
- INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES — Herrera y Obes, 1317 — Montevideo
- INSTITUT FÜR WELTWIRTSCHAFT AN DER — Universitaet Kiel — Alemanha
- INSTITUTO HISTÓRICO — Ráfa

- INSTITUTO HISTÓRICO — Cuiabá — Mato Grosso
INSTITUTO HISTÓRICO — Belém — Pará
INSTITUTO HISTÓRICO — Ouro Preto — Minas
INSTITUTO HISTÓRICO — Fortaleza — Ceará
INSTITUTO HISTÓRICO — Florianópolis — S. Catarina
INSTITUTO HISTÓRICO — João Pessoa — Paraíba
INSTITUTO HISTÓRICO — Manaus — Amazonas
INSTITUTO HISTÓRICO — Paranaguá
INSTITUTO HISTÓRICO — Aracajú
INSTITUTO HISTÓRICO — Curitiba
INSTITUTO HISTÓRICO — Piauí
INSTITUTO HISTÓRICO — Maceió
INSTITUTO HISTÓRICO — Espírito Santo
INSTITUTO HISTÓRICO DE PETRÓPOLIS — Estado do Rio
INSTITUTO HISTÓRICO NACIONAL — Colômbia
INSTITUTO ARQUEOLÓGICO — Cuzco — Perú
INSTITUTO ARQUEOLÓGICO — Recife
INSTITUTO HISTÓRICO — Rio de Janeiro
INSTITUTO HISTÓRICO — S. Paulo
INSTITUTO HISTÓRICO — Montevideu
INSTITUTO HISTÓRICO — Belo Horizonte
INSTITUTO DEL LIBRO — Habana — Cuba
INSTITUTO IBERO-AMERICANO — Breite Strasse — Berlim
INSTITUTO DE INVESTIGACIONES HISTORICAS — Florida, 691 —
Buenos Aires
INSTITUTO DE CULTURA LATINO-AMERICANA — Florida, 691 —
Buenos Aires
INSTITUTO PORTO ALEGRE — Caixa postal, 267 — N/C
JUNTA NUMISMÁTICA — Buenos Aires
JUNTA NUMISMÁTICA DE ENTRE RIOS — Paraná — Argentina
JUNTA DE ESTUDIOS HISTÓRICOS DE MENDOZA — Garibaldi, 141 —
Mendoza — Argentina
MUSEU IMPERIAL — Petrópolis — Est. do Rio
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL — Chile
MUSEU HISTÓRICO — Rio de Janeiro
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL — Montevideu
MUSEU NACIONAL — Quinta da Boa Vista — Rio de Janeiro
MUSEU PAULISTA — S. Paulo
MUSEU MUNICIPAL — Montevideu
MUSEU DE LA PLATA — Argentina
MUSEU PARANAENSE — Curitiba
MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL — Montevideu
MUSEU DE ENTRE RIOS — Argentina
NEW YORK LIBRARY — Fifth Avenue And 42th Street — New York

- REVISTA MILITAR Y NAVAL — Ministerio de Defensa Nacional — Montevideo
- REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA — N/C
- REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA — Ministério da Marinha — Rio de Janeiro
- REVISTA AMERICANA — Saens Peña, 530 — Buenos Aires
- SOCIEDADE SULRIOGRANDENSE — Rio de Janeiro
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA — Rio de Janeiro
- SOCIEDADE CEARENSE DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — Fortaleza
- SOCIEDAD ARGENTINA DE ANTROPOLOGIA — Moreno, 350 — Buenos Aires
- SOCIEDAD DE HISTORIA ARGENTINA — Rivadavia, 578 — Buenos Aires
- SOCIEDAD GEOGRAFICA DE COLOMBIA — Observatório Astronómico Nacional — Carrera 8.º n. 8-00 — Apartado n. 2584 — Bogotá
- SOCIEDAD AMIGOS DE LA ARQUEOLOGIA — Guyaquil, 2991 — Montevideo
- SOCIEDAD EQUATORIANA DE ESTUDIOS HISTORICOS — Ecuador
- SEMINÁRIO — S. Leopoldo — N/E
- THE HISPANIC FOUNDATION — Washington, D. C. — U. S. A.
- THE LIBRARY OF CONGRESS — Washington, D. C. — U. S. A.
- UNIVERSIDADE NACIONAL DE SANTA FÉ — Argentina
- UNIVERSIDADE DE BUENOS AIRES — Biblioteca Viamonte, 430 — Buenos Aires
- UNIVERSIDADE NACIONAL DE TUCUMAN — Cassilla Correo, 76 — Tucuman — Argentina
- UNIVERSIDADE CATÓLICA BOLIVARIANA — Apartado de Coreos, 109 — Medellín
- UNIVERSITAS CATOLICA SACRI CORDIS JESU — Piazza S. Ambrogio, 9 — Milão
- UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE — N/C